



**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-
PPG-HIS**

**Movimentos Sociais, Fluxos Culturais e
Identidades**

NÓS MULHERES (1976-1978):

FEMINISMO, IMPRENSA E TRABALHO NA DITADURA MILITAR.

CAROLINE COPETTI DE VARGAS

Foz do Iguaçu

2023

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA-PPG-HIS**

**Movimentos Sociais, Fluxos Culturais
e Identidades**

NÓS MULHERES (1976-1978):

FEMINISMO, IMPRENSA E TRABALHO NA DITADURA MILITAR

CAROLINE COPETTI DE VARGAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Integração Latino Americana, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dra. Endrica Geraldo

Foz do Iguaçu

2023

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

V297n

Vargas, Caroline Copetti de.

Nós mulheres (1976-1978): feminismo, imprensa e trabalho na ditadura militar / Caroline Copetti de Vargas. - Foz do Iguaçu, 2023.

122 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, ILAACH, Programa de Pós-Graduação em História - PPGHIS.

Orientador: Endrica Geraldo.

1. Brasil - História - 1964-1985. 2. Publicações da imprensa alternativa. 3. Feminismo. I. Geraldo, Endrica. II. Título.

CDU 32:305-055.2(81)

CAROLINE COPETTI DE VARGAS

NÓS MULHERES (1976-1978):

TRABALHO, FEMINISMO E IMPRENSA NA DITADURA MILITAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Integração Latino Americana, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dra. Endrica Geraldo

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dra. ENDRICA GERALDO
UNILA

Prof. Dra. SORAIA CAROLINA DE MELLO
UFSC

Prof. Dr. PAULO RENATO DA SILVA
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): _____

Curso: _____

Tipo de Documento

(.....) *graduação*

(.....) *artigo*

(.....) *especialização*

(.....) *trabalho de conclusão de curso*

(.....) *mestrado*

(.....) *monografia*

(.....) *doutorado*

(.....) *dissertação*

(.....) *tese*

(.....) *CD/DVD – obras audiovisuais*

(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: 18 / 04 / 2023

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) *Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.*

b) *Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.*

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública [Creative Commons Licença 3.0 Unported](#).

Foz do Iguaçu, 15 de Maio de 2023.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho a Irio de Vargas Silveira e a Francisco Copetti de Vargas Backes. Meu pai e meu filho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a minha professora orientadora Endrica não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade. Compartilhou comigo desde o início dessa pesquisa entre leituras, discussões e escritas de artigos, passamos pela pandemia e por uma gestação não planejada durante o processo de escrita da dissertação.

Aos professores da banca pelas orientações e sugestões que utilizarei para melhorar o trabalho e levarei comigo para o resto da carreira acadêmica.

A minha família que sempre apoiou meus sonhos e não me deixaram me desmotivar durante os atrasos e dificuldades do processo.

A minha rede de apoio direta, minha mãe, Ivone e minha sogra Lisete, por cuidar do Francisco com tanto amor e carinho enquanto termino os trabalhos.

Ao Ney, meu amor, que esteve comigo desde a escrita do projeto de pesquisa ainda como amigo e colega de trabalho e hoje caminhamos juntos como família, nos apoiando em nossos sonhos e construindo nosso futuro ao lado de nosso filho.

Por último ao meu pai, que não está aqui para comemorar as coisas boas da vida, mas está sempre presente em cada palavra desse trabalho, pois foi o maior incentivador no caminho da educação.

*Nela eu encontrava não mulher que fosse minha mas a mulher de mim, essa que,
em diante, me acenderia em cada lua.*

— Me deixa nascer em ti.

Mia Couto

RESUMO:

O trabalho pretende analisar o Jornal *Nós Mulheres* publicado entre os anos 1976 e 1978 no contexto da Ditadura Militar Brasileira. O objetivo é discutir, a partir da análise do material gráfico, da coletânea de reportagens e editoriais, assim como de registros de memória e outras produções das mulheres envolvidas com o periódico, uma articulação entre a experiência na militância de esquerda, o exílio imposto pela Ditadura e o contato com debates feministas em outras regiões para a criação e o desenvolvimento do *Nós Mulheres* e dos debates que aproximaram as perspectivas marxistas e feministas especialmente para o tema das mulheres trabalhadoras do período.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Imprensa Alternativa. Feminismo. Trabalhadoras.

RESUMEN

El trabajo pretende analizar el Jornal *Nós Mulheres*, que fue publicado entre 1976 y 1978 en el contexto de la Dictadura Militar Brasileña. El objetivo es discutir, a partir del análisis del material gráfico, del acervo de reportajes y editoriales, así como de registros de memoria y otras producciones de las mujeres involucradas con el diario, una articulación entre la experiencia en la militancia de izquierda, el exilio impuesto por la Dictadura y el contacto con los debates feministas de otras regiones para la creación y desarrollo de *Nós Mulheres* y los debates que conjugaron las perspectivas marxista y feminista, especialmente para el tema de la mujer trabajadora de la época

Palabras claves: Dictadura militar. Prensa alternativa. Feminismo. Trabajadoras.

ABSTRACT

The work intends to analyze the *Jornal Nós Mulheres*, which was published between 1976 and 1978 in the context of the Brazilian Military Dictatorship. The objective is to discuss, based on the analysis of the graphic material, the collection of reports and editorials, as well as memory records and other productions of the women involved with the journal, an articulation between the experience in leftist militancy, the exile imposed by Dictatorship and contact with feminist debates in other regions for the creation and development of *We women* and the debates that brought together Marxist and feminist perspectives, especially for the issue of working women of the period.

Keywords: Military Dictatorship, Feminism. Alternative Press. Women Workers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. MULHERES EM TEMPOS DE REPRESSÃO: Feminismo transnacional	31
1.1. Relendo a memória da ditadura a partir do gênero	38
1.2. O exílio durante a Ditadura Militar: motivos, sujeitos e oportunidades da história	39
1.3. Os grupos de mulheres do exterior e o contato com a autorreflexão	48
1.4. O Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris	53
1.5. O Círculo de Mulheres em Paris	58
2. <i>NÓS MULHERES</i>: Agendas, trajetórias e caminhos	65
2.1. Fontes Impressas e a História através dos periódicos	66
2.2. <i>Nós Mulheres</i> : criação, protagonistas e histórias	69
2.3. A censura sobre a Imprensa Alternativa	80
3. <i>NÓS TRABALHADORAS</i>: marxismo, operárias e trabalho doméstico como pauta do <i>Nós Mulheres</i>	87
3.1. Trabalho, imprensa e feminismo: as operárias nas páginas do <i>Nós Mulheres</i>	91
3.2. Racismo nas páginas do <i>Nós Mulheres</i>	99
3.3. A SOBRECARGA: O trabalho doméstico não remunerado	102
3.4. O Movimento pela Creche	109
CONCLUSÕES	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1964 e 1985, o Brasil viveu o que ficou consolidado na historiografia como a Ditadura Militar. Segundo Napolitano, foi um período de ruptura do Estado de direito a partir do golpe realizado por militares que derrubou João Goulart da presidência:

A economia cresceu, alçando o país ao oitavo PIB mundial. Mas, igualmente, cresceram a desigualdade e a violência social, alimentadas em boa parte pela violência do Estado. A vida cultural passou por um processo de mercantilização, o que não impediu o florescimento de uma rica cultura de esquerda, crítica ao regime. Os movimentos sociais, vigiados e reprimidos conforme a lógica da “segurança nacional”, não desapareceram. Muito pelo contrário, tornaram-se mais diversos e complexos, expressão de uma sociedade que não ficou completamente passiva diante do autoritarismo. (NAPOLITANO, 2014, p. 10)

É importante destacar que há uma disputa a respeito da abordagem histórica do período da Ditadura Militar. A partir do “deslocamento de sentidos” apontado por Fico (2004, p.30), ocorre a partir dos anos 1980 uma nova etapa da construção de produção histórica sobre o período. Com esse novo interesse propiciado pelo distanciamento histórico dos acontecimentos, deixam de protagonizar na história explicações simplistas e clichês como a divisão cronológica entre militares “duros” e “moderados”, a hipótese de que somente após 1968 ocorreu tortura e censura, entre outras ligadas a imagem da ditadura, os militares e a resistência de esquerda. O aprofundamento da ditadura a partir da instauração do Ato Institucional nº 5¹ não ocorreu aleatoriamente. O governo militar já utilizava de táticas de violência e repressão. O AI-5, conforme articula Fico, ocorreu como resultado de um amadurecimento do projeto ditatorial, e não como uma nova etapa: (FICO, 2004, p.30-34)

Trata-se de reafirmar a importância, como projeto, do que se pode chamar de “utopia autoritária”, isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer

¹O Ato Institucional nº 5 decretado em 13 de dezembro de 1968, no governo do general Arthur da Costa e Silva, marcou o aprofundamento do período de censura e repressão da ditadura militar no Brasil. Segundo Codato (2004), é a partir do Ato Institucional 5 que o golpe político-militar de 1964 se materializa enquanto regime ditatorial-militar.

formas de dissenso (comunismo, subversão, corrupção) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da “democracia ocidental cristã”. (FICO, 2004, p.34)

De acordo com o estudo de Dreifuss, o domínio econômico do capital estrangeiro na economia brasileira e sua influência nos quadros políticos ocorreu a partir da organização e consolidação de “grupos de pressão e federações profissionais de classe, escritórios técnicos e anéis burocrático-empresariais, com o objetivo de conseguir que seus interesses tivessem expressão ao nível de governo (DREIFFUS, 1981.p.104). A dificuldade de fortalecer uma liderança política que fosse ao encontro dos “interesses multinacionais e associados” gerou a necessidade do golpe. Para engrossar o coro a favor do golpe, era necessária uma ação ideológica e a construção de uma “rede de apoio” entre os militares. Nesse contexto, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática foram utilizados como recursos para a “campanha de desestabilização” (DREIFUSS, 1981). A colocação de civis em posições de poder no IPES/IBAD, em cargos técnicos e burocráticos apontam para o controle de mecanismos e processos de tomada de decisões no Estado. Segundo Dreifuss (1981, p. 418),

os tecno-empresários e empresários do IPES viam nos militares a fonte de apoio político e de autoridade que aqueles não poderiam obter através de apelo político à população como um todo, tendo em vista seu programa de governo modernizante-conservador nitidamente impopular.

Assim, em concordância com Dreifuss, o que ocorreu em 1964 foi a “culminância de movimento civil-militar” em que durante as gestões dos executivos foram dados aos integrantes do bloco multinacional grandes vantagens econômicas e empreendimentos industriais. Porém, para sintetizar o período abordado neste trabalho, utilizarei a expressão “Ditadura Militar”, contudo lembrando que a noção de um golpe de estado e uma ditadura realizada apenas por uma classe política é demasiada simplista para entender o que ocorreu em 1964 e que outras camadas da sociedade civil e do empresariado nacional e internacional estiveram presentes no planejamento e execução do golpe de 1964. (DREIFUSS, 1981, p.361 e 455)

Segundo Carlos Fico (2017, p.7), a exposição do conjunto de fontes e acervos preservados e abertos ao público a partir de 1980, o que ele define como “ditadura documentada”, teve como consequência um aumento exponencial da pesquisa empírica

sobre o período. Dessa forma, a análise sobre a Ditadura Militar teria passado do campo da ciência política para a história, alterando o perfil de produção sobre o tema, com o surgimento de novos questionamentos, debates e hipóteses. Neste sentido, o estudo do período com o enfoque nas mulheres e na relação entre feminismo e marxismo na vida das militantes, por exemplo, foram alguns dos temas aprofundados, especialmente a partir dos anos 2000. Assim, trabalhos como os de Soraia Carolina de Mello, Jair Zandoná e Cristina Scheibe Wolff (2020), que analisam de forma minuciosa os movimentos feministas durante o período ditatorial no Cone Sul, e Elizabeth Cardoso (2004), que investiga a imprensa feminista, contribuíram significativamente para esse aprofundamento nas investigações acadêmicas.

O objetivo deste trabalho é o desenvolvimento de uma investigação sobre o periódico *Nós Mulheres*², produzido em São Paulo entre 1976 e 1978 e distribuído pelo Brasil e outros países a partir de redes de grupos feministas espalhados pelo mundo. A distribuição do periódico era feita com o esforço da própria equipe. Teve 8 edições lançadas de forma irregular. Para coordenar a produção, Mariza Corrêa³ foi convidada para se tornar a jornalista responsável da primeira edição, já que as mulheres não tinham como formação principal o jornalismo (MORAES, 2018). Pretendo discutir, a partir da análise do material gráfico, da coletânea de reportagens e editoriais, assim como de registros de memória e outras produções das mulheres envolvidas com o periódico, uma articulação entre a experiência na militância de esquerda, o exílio imposto pela Ditadura e o contato com debates feministas em outras regiões para a criação e o desenvolvimento do *Nós mulheres* e dos debates que aproximaram as perspectivas marxistas e feministas especialmente para o tema das mulheres trabalhadoras do período.

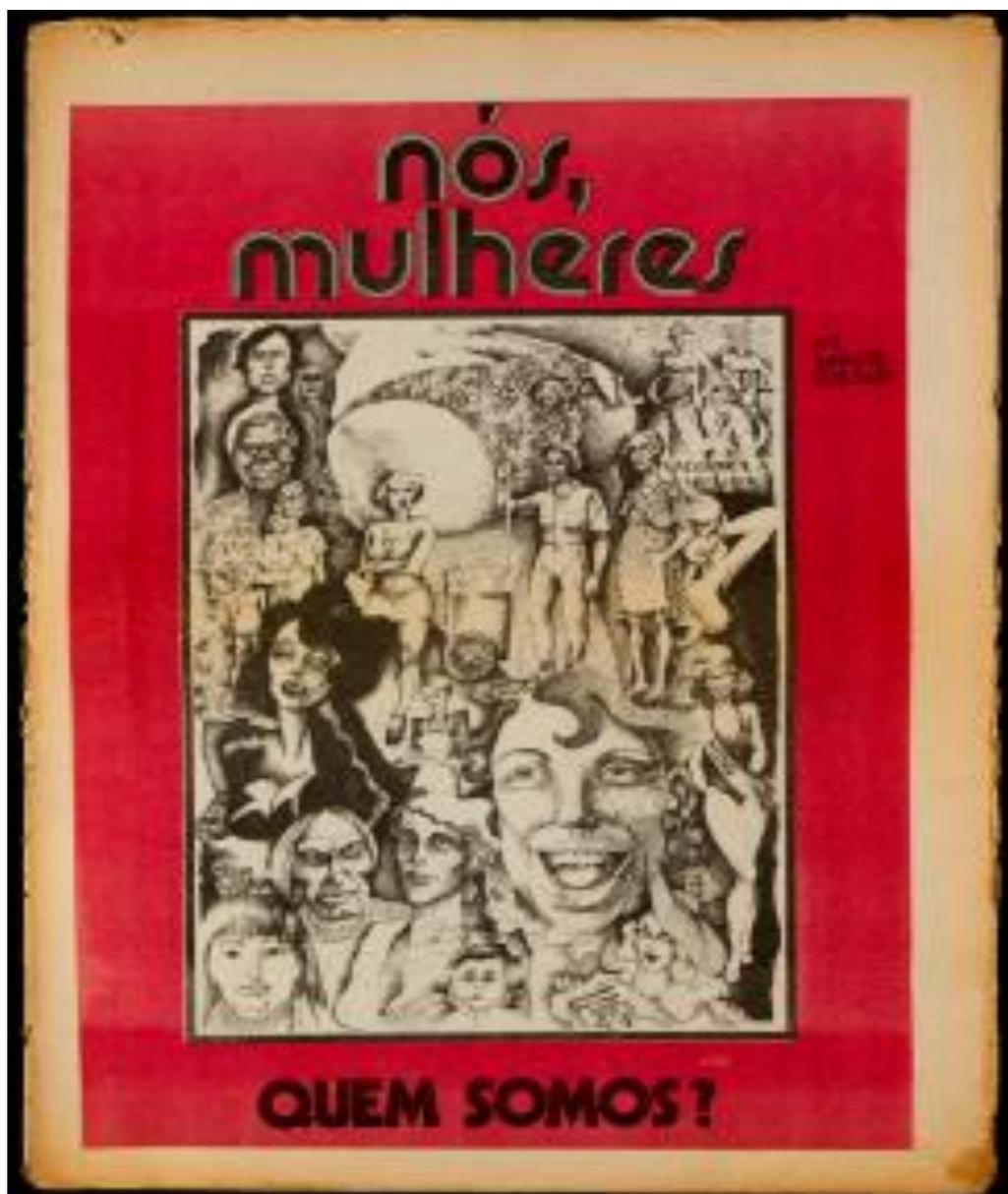
Além do periódico, será utilizado como fonte o livro “Memórias de Mulheres no Exílio”, organizado por Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes,

² Obtido em forma integral e digital no site da Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>>. Acesso em: 29 de maio de 2019.

³ Mariza Corrêa, graduada em jornalismo em 1969 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo em 1982. Foi professora do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Participou de outros periódicos como o *Mulherio* durante a década de 1980. Foi pesquisadora do Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP. Disponível em: <[Mariza Correa | PAGU \(unicamp.br\)](http://MarizaCorrea|PAGU(unicamp.br))>. Acesso em 05 de Novembro de 2021.

Norma Marzola, Valentina da Rocha Lima. O livro, publicado em 1981, será discutido principalmente ao longo do primeiro capítulo, pois fornece elementos importantes a respeito da experiência dessas mulheres no exílio. Além disso, utilizarei o “Mulheres em Movimento”, organizado pela equipe do Projeto-mulher do Instituto de Ação Cultural e publicado pela editora Marco Zero em 1981. Como apoio referencial bibliográfico, utilizo artigos, dissertações, monografias e livros a partir do banco de dados “Aparecidas” do Centro de Referência em Estudos sobre Mulheres na Ditadura Civil-Militar Brasileira ([UFRGS](#)), Scielo e outros domínios de publicações acadêmicas digitais.

O *Nós Mulheres* se caracteriza como um periódico da imprensa alternativa produzido de forma artesanal - sem o aporte de grandes máquinas que produziam centenas de cópias em pouco tempo - por um pequeno grupo de mulheres, em sua maioria estudantes universitárias com pouco ou nenhuma experiência na área do jornalismo. Produzido pela chamada “Associação das Mulheres”, a qual era formada por mulheres que haviam sido presas políticas e/ou exiladas durante a Ditadura. Nas palavras de Maria Amélia Teles e Rosalina Santa Cruz Leite (2013, p.65), as pautas das reportagens e editoriais eram deliberadas por reuniões da mesma forma como ocorriam nos partidos políticos de esquerda, com intensa discussão política e análises da realidade da mulher brasileira: “transformando estes momentos em atos de construção de um feminismo popular, contra a ditadura e comprometido com a luta de classes”. Maria Amélia de Almeida Teles, conhecida como Amelinha, foi militante do PCB e PCdoB e presa política, participou da luta armada contra a ditadura brasileira e milita pelo movimento feminista em diversas frentes. Entre 1975 e 1980 fez parte do jornal *Brasil Mulher* e atuou na Comissão Estadual da Verdade de São Paulo. Rosalina também participou da luta armada como guerrilheira da Vanguarda Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), foi presa política, trabalhou junto com Amelinha no *Brasil Mulher* e concluiu seu doutorado com a tese *A imprensa alternativa pós-luta armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres*. (TELES; LEITE, 2013, p. 67; TEIXEIRA, 2015).

Imagem 1⁴

⁴ *Nós, mulheres*, n. 1, 1976, n.p. – Capa da primeira edição do Nós, Mulheres.

Este estudo, portanto, trata o periódico pelo título que passou a utilizar: *Nós Mulheres*, sem o uso da vírgula. A capa da primeira edição apresentava o título com letras minúsculas e com o uso de vírgula: “*Nós, mulheres* - QUEM SOMOS?” como se pode notar na imagem acima. O destaque dado ao pronome na primeira capa a partir do uso da vírgula, demonstra uma tentativa de se aproximar da leitora, enfatizando que o “Nós” corresponde tanto às mulheres que produziram o jornal quanto àquelas que tinham acesso, causando uma sensação de empatia e proximidade que não se percebe em outros jornais da época, a partir de uma “linguagem íntima, pessoal, estabelecendo uma relação de confiança de forma a lhes fazer se apropriar das lutas populares em favor da causa feminista’ (MARTINS E NUNES, 2020 p.501).

Além disso, a primeira capa mostra um mosaico com mulheres de diferentes etnias, classes sociais e raça, para assim responder à questão a que se propõe: Quem somos? A imagem sugere uma resposta como: “Somos várias, somos plurais, negras, indígenas, misses, crianças e trabalhadoras”. Entre editoriais, crônicas, reportagens, cartas, notas e charges foram 204 textos que variam entre um conteúdo que ia da condição da mulher brasileira, a articulação de grupos femininos no Brasil e no exterior, além de críticas à realidade social da mulher operária. O jornal também amplia a visão de mulher que era colocado pela esquerda tradicional, defendia a autonomia dos movimentos sociais, demonstrava o apoio à democracia e à anistia e destacava a necessidade de uma transformação social e econômica para a vida das mulheres, especialmente as trabalhadoras. Dessa forma, suas autoras fizeram parte da construção do pensamento feminista e do debate político da época, inovando, como será discutido aqui, em termos da linguagem que direcionaram ao público e da abordagem.

A análise do conteúdo das reportagens, ensaios, entrevistas e charges possibilita delinear o investimento em um processo de formação de uma consciência feminista marcada pela pluralidade, pelo olhar sobre o universo das mulheres trabalhadoras e por uma perspectiva transnacional. O *Nós Mulheres* apresenta elementos que permitem compreender melhor o próprio processo de construção de identidades feministas no Brasil, passando pela trajetória de mulheres que construíram, produziram ou colaboraram com o

periódico, assim como ao abordar o tema das mulheres que foram personagens presentes no conteúdo da publicação, como as operárias.

Segundo Alonso (2009), os movimentos sociais que surgem na Europa e nos Estados Unidos a partir dos anos de 1960 foram inicialmente percebidos como um ressurgimento de um movimento da classe operária, a partir da crise do capital e do sistema de produção baseada no Taylorismo/Fordismo⁵. A explosão dos movimentos operários emergiu em conjunto com demandas como o fim da discriminação racial (como, por exemplo, no Movimento pelos Direitos Civis dos Estados Unidos), e pela libertação feminina (como no Movimento de Libertação das Mulheres) (ALONSO, 2009, p.52). Um dos problemas a ser discutido neste estudo, portanto, é que, ainda que inicialmente uma face desse movimento de mulheres não se identificasse com questões de classe e de raça, esses temas passariam a ganhar espaço nos debates e nas páginas do periódico aqui analisado.

Na década de 1960, a historiografia e as ciências sociais passaram a incorporar novas perspectivas de análise e a reconhecer os excluídos também como sujeitos da história. Até então, os estudos desenvolvidos a partir de bases teóricas marxistas consideravam o “proletariado” como principal agente de transformação social e, dessa forma, o principal personagem dos movimentos sociais do século XIX e início do XX. Especialmente durante a segunda metade do século XX, a historiografia passou a dar mais atenção a outros atores envolvidos em movimentos sociais. A década de 1960 foi um período de intensa agitação política e cultural em que há o aprofundamento de questionamentos e críticas sobre a estrutura da sociedade condicionada a um modelo econômico capitalista.

De acordo com Alonso (2009), as críticas sobre esses temas foram aprofundadas, assim como sobre os costumes, padrões familiares, afetivos e instituições sociais como o casamento. No Brasil, entende-se que os movimentos sociais que

⁵ De acordo com Santos (2009), o Fordismo se caracteriza como um modelo de acumulação de capital que mudou o modo de produção e os métodos de trabalho do proletariado, em que as indústrias passam a produzir bens de consumo em massa seguindo um padrão único. Como consequência, evita o desperdício de matéria-prima e aumenta a produtividade.

protagonizaram as lutas políticas dos anos 1960 ocorreram em um momento de diminuição da influência dos movimentos operários e passaram a se constituir principalmente por pautas sociais com influência direta do Movimento Estudantil Europeu. A partir da segunda metade da década de 1960, segundo Alonso, frente ao aumento da repressão política no Brasil, os “novos” movimentos sociais vão se radicalizando e entrando em contato novamente com o movimento operário, propondo de um lado uma ruptura radical com o capitalismo e de outro, um ideal reformista:

Tratava-se seguramente de "movimentos", no sentido de ações coordenadas de mesmo sentido acontecendo fora das instituições políticas, mas não eram, de modo algum, protagonizadas por mobs, tampouco por "proletários". Eram jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média, empunhando bandeiras em princípio também novas: não mais voltadas para as condições de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a qualidade de vida, e para afirmação da diversidade de estilos de vivê-la. (Alonso, 2009, p.51)

Em sua tese de doutorado defendida na USP em 1981, a socióloga e feminista Maria Lygia Quartim de Moraes, que atuou no *Nós mulheres*, apontava que a transformação social ocasionada pelo feminismo era então inédita, no sentido de que não teria ocorrido uma revolução econômica ou um conflito armado: “O feminismo está propondo não apenas a revisão do que foi dito e escrito sobre a mulher, mas, fundamentalmente, a valorização de novas atitudes, relações e objetivos sociais” (MORAES, 1981, p.3)⁶. Maria Lygia Quartim de Moraes é uma autora essencial na pesquisa dessa dissertação. Socióloga e uma das principais pesquisadoras sobre Feminismo e Marxismo no Brasil, através de suas publicações conta em detalhes suas experiências enquanto mulher, pesquisadora, exilada e participante do *Nós Mulheres*. A maior parte dos textos utilizados se encontra em dois tomos na coleção “Trajetórias” (IFHC-Unicamp), em que reúne dezessete trabalhos escritos e publicados entre 1976 e 2009. A

⁶ Na presente dissertação, indico dois nomes que correspondem à mesma autora: Maria Lygia Quartim de Moraes e Maria Lygia Quartim de Moraes Nehring. Moraes utilizava o sobrenome do marido - considerado terrorista e morto pela ditadura- NEHRING. Posteriormente passou a assinar somente o sobrenome MORAES. Optei neste trabalho referenciar a autora de acordo como a própria passou a assinar suas obras, como MORAES.

partir de seus textos vemos o processo de autorreflexão e tomada de consciência⁷ sobre o movimento feminista. Em concordância com Freire, escreve sobre o processo de autonomia dos movimentos sociais e da situação do oprimido⁸. Freire afirmou que “Foi a sua inserção lúcida na realidade, na situação histórica, que a levou à crítica desta mesma situação e ao ímpeto de transformá-la.” (FREIRE, 1981, p.34).

No que lhe concerne, Danilo Streck (2009) destaca cinco elementos essenciais para a compreensão de Freire sobre a construção dos movimentos sociais. O primeiro: a importância da rebeldia que compõem esses movimentos, como combustível de transformação da realidade. Segundo: a especificidade de cada movimento social, que dialoga com demandas e locais específicos de cada grupo social, diferentemente do que ocorre com uma instituição. Terceiro: apesar das demandas específicas apontadas no ponto anterior, os movimentos sociais possuem, no seu âmago, um caráter universal resultante na busca da humanização. Quarto: a compreensão dos movimentos sociais, como espaço de construção de identidades, que constituem homens e mulheres como sujeitos de sua própria história. Por último: a mudança de paradigma sobre a centralidade da cultura e a valorização de diferenças. Freire apontava que os movimentos sociais de então demonstravam “a ultrapassagem de uma visão antropocêntrica em direção a uma visão antropológica” (FREIRE, 1981, p.171).

No começo dos anos 1970, com o endurecimento da ditadura, grande parte da chamada nova esquerda brasileira⁹ estava em situação de exílio, principalmente em

⁷ Segundo Santana e Botelho (2018, p.38) “O método da autorreflexão consiste no compartilhamento, em grupos de mulheres, de reflexões elaboradas a partir das experiências de vida das participantes, seguindo fundamentos como o respeito ao momento de fala de cada uma, o não julgamento e o sigilo sobre as experiências compartilhadas, visando a construção de um espaço de confiança e a interpretação crítica feminista sobre processos de dominação. Os encontros de autorreflexão podem acontecer pontual ou periodicamente, é possível também trabalhar em cada um a criação de uma linha da vida coletiva, da discussão sobre um tema específico, o qual deve ser trabalhado em ‘primeira pessoa’, ou de outras maneiras que irão dar-se de acordo com a criatividade das pessoas que facilitam o processo.”

⁸ Como oprimidos, penso na intersecção e articulação de no mínimo das três categorias de análise — gênero, raça e classe — Para Joan Scott (1995, p.73) o seu desenvolvimento é essencial para a compreensão de uma nova história, que incluiria a experiência das mulheres, incluindo aqui três eixos principais de análise que o pesquisador deve se atentar: a “narrativa dos oprimidos”, “análise do sentido e da natureza de sua opressão...” e “uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo três eixos”.

⁹ Caracterizada pela ruptura com os partidos reformistas, assumindo uma postura revolucionária baseada principalmente nas leituras de Guevara e Debray. (GOLDBERG, 1989, p.142)

países como Chile, Cuba e França. A situação dos grupos de resistência se deteriorava: houve intervenções nos movimentos sindicais e organizações estudantis. Partidos políticos foram levados à clandestinidade e qualquer movimento poderia ser considerado suspeito de atividade subversiva:

A sociedade é levada a se organizar a partir do cotidiano — os estudantes reunindo-se nas salas de aula; as mulheres em suas casas ou nas igrejas; os operários aproveitando o local de trabalho — as discussões dando-se em torno de problemas imediatos, como a inflação, o desemprego, o custo dos transportes, etc. Enfim, discute-se em pequenos grupos onde a confiança pessoal importava muito, dado o medo de infiltrações e perseguições político-policiais. Foi, portanto, a partir da criação de novos canais de comunicação política que as mulheres começaram a intervir na política nacional de maneira mais direta e permanente. (MORAES, 1981, p.2)

O desenvolvimento da história das mulheres como movimento político e campo de estudo eclodiu em conjunto com os demais movimentos culturais e sociais a partir de 1968. Segundo Scavone, com a discussão sobre a relação entre o patriarcado e as relações capitalistas, a questão da(s) identidade(s) do movimento feminista ganham espaço (SCAVONE, 2007). A ideia da crítica entre o público e o privado também se desenvolve a partir desse momento, denunciando a opressão de mulheres com uma proposta de autonomia política e de crítica radical ao patriarcado. Este feminismo denunciava a opressão contra as mulheres no espaço público e privado, aglutinando-se em torno de uma postura libertária e tratando das relações entre os sexos sob um prisma até então inexplorado.

Autoras como Wolff, Zandoná e Mello destacam a importância de trabalhos voltados à história das mulheres que questionaram as hierarquias de gêneros, assim como sobre suas estratégias de luta e resistência em um período de constante ataque às suas liberdades políticas. Para as autoras, é necessário abrir espaços de pesquisa na historiografia brasileira a partir de abordagens que dialogam com as subjetividades, colocando em foco o cotidiano, o privado, as sutilezas e as emoções. Pensando o feminismo não apenas como movimento mas, como dito anteriormente, enquanto conflito social, assim para a historiografia brasileira uma oportunidade de explorar as potencialidades nos diferentes espaços de disputa. (DE MELLO et. al. 2020, p.12) Assim

como Scott, entende a importância de pensar a perspectiva da mulher para o pesquisador/a:

A maneira pela qual esta nova história iria, por sua vez, incluir a experiência das mulheres e dela dar conta dependia da medida na qual gênero podia ser desenvolvido como uma categoria de análise. Aqui as analogias com a classe e com a raça eram explícitas; de fato as pesquisadoras feministas que tinham uma visão política mais global, invocavam regularmente as três categorias como cruciais para a escrita de uma nova história. O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava, em primeiro lugar o envolvimento do/a pesquisador/a com uma história que incluía as narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão e, em segundo lugar, uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos. (SCOTT,1995, p.73)

Em relação ao tema de gênero dentro do campo do jornalismo, Lago (2016) aponta que no período estudado houve um crescente silenciamento tanto no fazer jornalístico quanto no exercício profissional, em que o comum era priorizar certos temas e fontes, reproduzindo assim as desigualdades de gênero. Isso não significa que não havia produção de mulheres no campo do jornalismo. Pelo contrário, o que acontecia na realidade era que esse trabalho não era referenciado ou divulgado, principalmente fora do circuito da imprensa alternativa, como o *Nós Mulheres*. Assim, “valorizar a atuação de mulheres repórteres nos estudos do jornalismo investigativos sobre a ditadura é, portanto, uma forma de romper silenciamentos” (MONTIPO et al. 2019, p. 09)

A presente pesquisa possui como referências, portanto, a história das mulheres e suas lutas, e também uma perspectiva de História Transnacional. Segundo Struck, Ferris e Revel, a história transnacional se apresenta como perspectiva de estudo e não como método. Segundo os autores, a história transnacional engloba diversas perspectivas que vão da história comparativa a conexões e trânsitos culturais. Reconhece “a importância da interação e circulação de ideias, pessoas, instituições e tecnologias através de fronteiras nacionais e estatais”. (2011, p. 574 - tradução nossa) Para os autores, articulando politicamente e culturalmente Estados, sociedade-civil e suas culturas, também estão incluídos no rol de estudo da história transnacional os impactos de movimentos internacionais em grupos sociais e em suas identidades.

Esta dissertação está organizada da seguinte maneira: no primeiro capítulo, trato das experiências que as mulheres envolvidas com a criação do *Nós Mulheres* vivenciaram no exílio a partir de alguns dos registros e memórias produzidas por elas. Busco observar elementos das experiências das mulheres da militância contra a Ditadura Militar em um período pré-exílio e depois, o momento de reelaboração das identidades através do contato com outros movimentos feministas pelo mundo, proporcionado pela experiência do exílio. Importante destacar que as produtoras do jornal são mulheres que em sua maioria eram de classe média com uma educação acadêmica e qualificação profissional. Proveniente de diferentes áreas, as produtoras do *Nós Mulheres* se reúnem posteriormente para discutir o tema do trabalho e dialogar com as mulheres da classe trabalhadora. A partir disso, pretendo discutir as redes e conexões construídas por essas mulheres entre o exílio e o retorno ao território brasileiro.

No segundo capítulo, pretendo discutir o processo de construção e produção do Jornal *Nós Mulheres* a partir da aproximação entre os debates associados ao feminismo no período e a formação e experiência marxista, ou mesmo em atuação em movimentos de esquerda. Discuto também a relação do jornal com a Ditadura a partir de documentos relacionados a vigilância da ditadura sobre o jornal e suas integrantes.

O terceiro capítulo discute a abordagem do periódico sobre os principais temas do jornal feminista, com ênfase no tema do trabalho feminino operário. Pretendo analisar o tratamento no jornal sobre a organização política em sindicatos e outros movimentos sociais, e o tema do trabalho doméstico, o qual alcançou grande importância nas páginas do periódico. Por fim, procuro situar um breve histórico a respeito do Movimento Social pela Creche, uma demanda importante das mulheres trabalhadoras.

Pretendo demonstrar, ao longo desses capítulos, como o movimento feminista brasileiro se desenvolveu ao longo desse período a partir de diferentes espaços políticos e sociais, enquanto ocorreu o encontro de mulheres brasileiras e latino-americanas com um feminismo transnacional. Os movimentos de base, como os das trabalhadoras industriais, produziram um importante questionamento sobre a condição da opressão da mulher a partir da dupla jornada, da subalternização dos postos de trabalho e do sexismo em seu local de trabalho. O periódico *Nós Mulheres* permite, como fonte histórica, a

investigação desses dois mundos e como isso foi discutido a partir de uma ótica marxista que situava capitalismo, sexismo e luta de classe como raízes da luta feminista brasileira desse período.

Aqui estou só, vivendo da minha saudade que é mais barulhenta que menino, que cresce como milho e raiz de ingazeiro. -Maria Sueli em Nós Mulheres, n. 8, 1978, n.p.

1. MULHERES EM TEMPOS DE REPRESSÃO: Feminismo transnacional

Neste primeiro capítulo, o objetivo principal é compreender como a experiência do exílio e o contato com grupos e debates feministas de outros países ou regiões influenciaram na atuação de grupos feministas brasileiros então atuantes. Pretendo analisar como esses encontros com mulheres de outros países contribuíram para se pensar e reformular o movimento feminista no Brasil.

Primeiramente, é necessário ressaltar a concepção de conflito social utilizada neste trabalho. Para isso, utilizo o pensamento de Wolff, Zandoná e Mello, exposto no artigo *“Feminismo(s?) Plurais, Mulheres de Luta”* (2020). Segundo as autoras, entende-se que o conflito social não se restringe à luta “por condições materiais de existência e lutas políticas no sentido tradicional, mas também lutas por mudanças culturais e lutas contra hierarquias e preconceitos. A discriminação contra mulher, a violência de gênero e o sexismo são elementos que agregam nessa conjuntura como espaços subjetivos de lutas sociais, pois estão presentes em todos os momentos da vida da mulher, tanto no âmbito doméstico quando público, interseccionado com outras opressões como o racismo e a LGBTfobia (2020, p.10).

Para elas, o feminismo não pode ser visto apenas como um movimento organizado de características civis, mas sim “como uma crítica social e cultural que problematiza algumas naturalizações acerca das hierarquias de gênero” (2020, p.11). Para as autoras, a historiografia tradicional sobre o período da Ditadura e a repressão que ela promoveu ainda é marcada pelo olhar masculino. O silêncio sobre as mulheres estaria fundamentado pela falta de participação feminina na arena pública e nas disputas de poder, dos dois lados, na Ditadura e na Oposição. Como afirma Colling, (2004, p.2) “A mulher militante política não é encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do

poder”. A falta de reconhecimento das mulheres na resistência à ditadura, com o esquecimento das memórias e a invisibilidade das militantes, possibilitou que as pautas femininas tenham sido deixadas de lado e invisibilizadas tanto no contexto da burguesia e da Ditadura Militar quanto entre a esquerda tradicional.

O conceito de feminismo utilizado por Wolff, Zandoná e Mello segue em grande medida o apontado pela escritora estadunidense bell hooks. Para hooks (2000), o feminismo é a luta contra qualquer ação, pensamento ou comportamento sexista. A autora entende que homens e mulheres foram socializados a viver e pensar de forma sexista. A partir disso, para hooks, como consequência dessa socialização, é possível, sim, que mulheres sejam tão sexistas quanto homens, incorporando e reproduzindo comportamentos de opressão. Os movimentos sociais analisados por Wolff, Zandoná e Mello fazem uma leitura crítica “dessas hierarquias e das desigualdades marcadas pelo gênero, mas também das demais exclusões articuladas em experiências históricas como as que marcam a sociedade brasileira, tais como as de classe, a de raça e as regionais (2019, p.10). As diversas faces do sexismo fazem com que a luta feminista seja feita de várias formas, passando por diferentes experiências e caminhe por margens que por vezes se cruzam, conectando o global e o local, andam uma ao lado da outra ou só se encontram no final, naquilo que chamamos de uma consciência feminista.

Pensar as associações do pensamento e da luta feminista em contextos como os da ditadura militar (1964–1985) no Brasil é compreender as suas múltiplas relações com outras lutas sociais que emergiram e se realizaram nesse momento, em especial às que se estabeleceram na identificação com os ideários das esquerdas, mas também as lutas do meio rural, antirracistas, dos povos indígenas, dos grupos LGBTQ+, e setores culturais como as artes, a imprensa, o humor. (WOLFF; ZANDONÁ; MELLO, 2020 p.10)

É preciso ressaltar, como aponta Joan Scott (1975) em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, os diferentes significados entre o que chamamos História das Mulheres e Gênero. O termo “gênero” passou a ser utilizado como sinônimo de mulheres em estudos que tem como tema história das mulheres. O uso do termo gênero foi usado para gerar mais credibilidade e seriedade a essas produções acadêmicas, pois segundo Scott, “tem uma conotação mais objetiva e neutra” em oposição a “mulheres”:

“Gênero” parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. Nessa utilização, o termo “gênero” não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo “gênero” inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir forte ameaça. (SCOTT, 2005 p.75)

Na mesma esteira, trabalho com o pensamento de Michelle Perrot, que em seu livro “A minha história das mulheres” (2007) conta que seu interesse no tema se deu a partir dos acontecimentos de 1968 e o desenvolvimento de um movimento de mulheres no contexto francês. Em sua pesquisa, apresenta como marco primário da história das mulheres a invisibilidade e o confinamento doméstico: “em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas”. (PERROT, 2007, p.17) Segundo a autora, o nascimento de uma história das mulheres aconteceu na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1960 e dez anos depois na França. Atravessado por fatores científicos, sociológicos e políticos¹⁰, o objeto “mulher” passou a ser analisado nas ciências humanas e principalmente na história (PERROT, 2007, p.19). A partir da década de 1970, houve uma aproximação muito forte da teoria feminista e do marxismo, em que a análise das categorias de classe e gênero eram feitas em conjunto, situando a condição da mulher no mundo capitalista. Esse debate alertava que a opressão vivida e as formas de exploração se diferenciam das dos homens. Ana Maria Veiga, em sua pesquisa sobre as redes e conexões de feministas argentinas e brasileiras nos pós

¹⁰ Segundo Perrot (2007), os fatores científicos estão relacionados às questões ligadas à crise dos paradigmas marxistas e estruturalistas que ocorre nos anos 1970. O protagonismo da multidisciplinaridade e a subjetividade são as principais características dessa reviravolta epistemológica, que começa a abranger temas relacionados ao privado e ao cotidiano a partir do contato com a Antropologia e outros campos de estudos que colocavam as mulheres como sujeitos. Entre os fatores sociológicos, estão o aumento da presença de mulheres no ensino superior tanto como docentes quanto como estudantes, além do maior número de interessadas na história das mulheres. Dos fatores políticos, considerados pela autora os mais decisivos, está no desenvolvimento do movimento de liberação de mulheres, que acontece com mais destaque na França, a partir da publicação da obra de Simone de Beauvoir “O Segundo Sexo”. Segundo Perrot, “esse movimento teve consequências no saber, de duas diferentes maneiras, pelo menos. De início, em busca de ancestrais e de legitimidade, por seu desejo de encontrar vestígios e torná-los visíveis, começou um ‘trabalho de memória’ que continua a desenvolver-se desde então no seio da sociedade em seu conjunto. A longo prazo, esse movimento teve ambições mais teóricas. Pretendia criticar os saberes constituídos, que se davam como universais a despeito de seu caráter predominantemente masculino. Houve, nos anos 1970–1980 uma vontade de ‘corte epistemológico’ que afetou principalmente as ciências sociais e humanas, mas que chegou a tocar o domínio da matemática.” (PERROT, 2007, p.19 e 20)

1968, aponta que apesar das especificidades dos momentos vividos em cada um dos países, é possível localizar “uma tentativa de união, de formação de redes de trocas e circulações que fizeram parte da história dos movimentos feministas tanto do Brasil, quanto da Argentina.” (VEIGA, 2011) A autora buscou, a partir de entrevistas e testemunhos de mulheres argentinas e brasileiras que participaram da militância política contra os militares no pós-1968, entre elas Mirta Henault¹¹, autora do texto *La mujer y los cambios Sociales*, de 1970, traz as memórias como espaço de luta e resistência, ressaltando a pluralidade de vozes e experiências diversas. Entre as militantes brasileiras que a autora entrevistou, percebe-se o receio com o uso do termo “feminista” durante o período do exílio. Pois a imagem do movimento feminista nas organizações de esquerda da época era de que o movimento de mulheres era uma pauta burguesa e não era relevante em um momento de luta pela democracia. Ou seja, muitas diziam lutar pelos direitos das mulheres, mas hesitavam em se denominarem feministas. Maria Lygia Quartim de Moraes, protagonista recorrente desse trabalho também foi entrevistada por Veiga (2011) e “oferece uma representação que parte do ponto de vista das mulheres que tiveram seu primeiro contato com o feminismo no exterior e voltaram para incrementar o cenário das reivindicações das brasileiras em um momento delicado da nossa história.” (VEIGA, 2011 p.49)

Helena Saffioti, escritora da obra *A Mulher na Sociedade de classes: mito e realidade* (1976), criou uma obra vista como uma das maiores obras feministas brasileiras. No período em que produziu o trabalho, ao final da década de 1960 entretanto, a autora não se denominava feminista. Ao nomear um movimento social como “feminista”, a ação se torna um ato político que carrega diversos significados que podem tomar direções opostas conforme as condições materiais que levaram a essa definição. A partir disso, conceitualizações, opiniões, e pautas diferentes resultam em diferentes feminismos (radical, lésbico, classista, etc.). Segundo Veiga, “dizer-se feminista era o mesmo que assumir pesados rótulos, forjados para conter o avanço das mulheres e silenciá-las por meio de uma vergonha social” (2011, p.47 e 48).

¹¹ Mirta é uma ‘mulher política’ termo utilizado comumente na Argentina para designar mulheres que participam ativamente no campo político. No Brasil, essa expressão se assemelha ao que chamamos de militante. A autora se identifica no campo das vertentes marxistas como trotskista e foi de grande importância na produção de conhecimento sobre o tema gênero, abordando entre suas questões principais a questão da dupla militância, comum entre as argentinas dos anos de 1970.

Na década de 1960, a partir da crítica de mulheres afrodescendentes, lésbicas e “chicanas”, entra em pauta a categoria “mulher” e as discussões referentes às relações de disparidade entre gêneros começaram a ser difundidas mais intensamente entre as mulheres no Brasil:

Além do contato com esse ambiente, algumas mulheres do perfil ao qual nos referimos começaram a ter contato com uma literatura que questionava os padrões hegemônicos de sexualidade e os papéis de gênero tais como Simone de Beauvoir, Virginia Woolf e Reich. Em 1967 é publicado na revista *Civilização Brasileira* o texto de Julie Mitchell: “Mulheres: a revolução mais longa”. A chamada imprensa alternativa começava a tematizar a questão ainda que de forma muito tímida. Em 1971 o livro de Betty Friedan *A Mística feminina* é publicado no Brasil pela Editora Vozes e a autora vem ao Brasil para o lançamento. Mas eram ainda iniciativas muito isoladas e incipientes. (ABREU, 2010 p.72)

O ano de 1975 é apontado como data fundadora do feminismo brasileiro de segunda onda¹² a partir da escolha da Organização das Nações Unidas como o Ano Internacional da Mulher. O papel da ONU ao afirmar 1975 como o início da “Década da Mulher” é importante, pois institucionaliza uma pauta vista no contexto da Ditadura como subversiva, para uma demanda mundial de direitos humanos. A partir do apoio internacional, foi possível a realização de eventos, organizações de grupos feministas e a produção de material, como periódicos e revistas. A escolha do ano e a realização da conferência da Cidade do México foi resultado de diversas mobilizações e demandas do movimento internacional de mulheres, que impulsionaram a agenda feminista para a discussão de pautas mais abertamente no cenário político.

¹² Segundo Iracelli Alves (2020, p.17 e 319), as narrativas historiográficas em relação aos movimentos feministas seguem duas vertentes principais. A primeira argumenta que a origem do feminismo acontece a partir de 1970. A segunda apresenta uma divisão cronológica em três ou quatro ondas que não parecem conversar entre si: “A primeira teria começado no final do século XIX, se estendendo até aproximadamente o início da década de 1940; a segunda, nos anos 1970 — após um intervalo de duas décadas; a terceira, na década de 1990 — sofisticando o debate da segunda; e a última teria começado por volta de 2012-2013, inovando radicalmente a predecessora. A emergência das ondas é geralmente lida com o signo da ruptura. A ‘nova’ viria sempre propondo mudanças radicais.” A autora questiona a ideia de ruptura, principalmente entre a Primeira e a Segunda. Segundo Alves, “a maré feminista sempre esteve em movimento” com contribuições importantes entre 1940 e 1970.

Entretanto, há críticas em relação ao papel das Nações Unidas nesse processo. Ao escrever sobre a influência das Nações Unidas no Movimento Internacional de mulheres, Silvia Federici (1997) aponta três considerações que levaram ao órgão internacional a se interessar pela pauta feminista. A primeira é o entendimento de que a relação entre mulher, capital e Estado não sustentava mais a mediação da figura masculina - pai; marido - pois uma das principais demandas do movimento era a exigência de uma autonomia em relação aos homens. O segundo ponto era a necessidade de domar um movimento com “enorme potencial subversivo, fuertemente autónomo (hasta ese momento), comprometido con una transformación radical de su vida cotidiana, sospechoso de representación y participación política” (FEDERICI, 1993, p.88). Terceiro, no mesmo sentido da segunda observação, a segunda onda é compreendida como um período em que as demandas do movimento de mulheres estavam voltadas à politização do privado, a partir de temas como casamento, sexualidade, direitos reprodutivos, além da igualdade de direitos trabalhistas e a luta contra a violência. (DUARTE, SILVA E SANTOS, 2015, p.38; PEDRO,2016)

No Brasil, a luta das mulheres estava ainda enquadrada no contexto partidário, principalmente nas organizações de esquerda, e tinha como pauta central a resistência contra a Ditadura Militar. Nos anos 1960, a ideia de um movimento feminista era percebida como um movimento burguês, e o termo não era utilizado entre as mulheres vinculadas a uma atuação política. A situação brasileira se diferenciava das demais discussões que estavam ocorrendo sobre o direito das mulheres no cenário internacional, principalmente em países considerados centrais. Portanto, uma agenda feminista era percebida como fora da realidade brasileira, “que teria problemas mais urgentes a resolver, e os estereótipos de que seria um movimento de lésbicas” (ABREU, 2010, p.28).

Segundo Duarte, Silva e Santos (2015, p.38), o retorno de várias mulheres que tinham se exilado no exterior contribuiu para a disseminação de ideias feministas, e os grupos de reflexão começaram a se formar por todo território nacional, criando redes de contatos. Mas havia a crítica de que pautas feministas nesse momento da história brasileira eram “divisionistas” em relação à luta pela redemocratização. Therezinha Zerbini, personagem importante deste trabalho e uma das lideranças do Movimento Feminino pela

Anistia, aponta que o que estava ocorrendo era “cópias daquilo que feministas dos países de primeiro mundo estavam fazendo.” Para ela, um feminismo “bom para o Brasil” só seria viável desde que dialogasse e articulasse com as lutas sociais mais amplas. (2015, p.38). Outro depoimento importante é exposto na obra “Memória de Mulheres Exiladas sobre a percepção de algumas brasileiras sobre os movimentos feministas internacionais”:

O que a gente sabia de feminismo nessa época era que as mulheres americanas eram lésbicas, feias, complexadas, ou então que o movimento francês era coisa de pequeno-burguesas que não tinham o que fazer e que nada disso se aplicava à realidade de um Brasil e uma América Latina subdesenvolvidos. (OLIVEIRA COSTA et al., 1980, p.416)

A partir do exposto acima, percebe-se que a forma de fazer ou não fazer feminismo, ou de luta pelo movimento das mulheres, se deu em diferentes abordagens. Segundo Abreu (2010), havia uma distinção entre movimentos femininos e feministas. O primeiro termo é utilizado para designar grupos compostos de mulheres, mas que a pauta não necessariamente incluía questões relacionadas ao sexismo ou a liberação da mulher. Um exemplo seria o Movimento Feminino pela Anistia, que tinha como uma de suas líderes Therezinha Zerbini. Já a segunda categoria, “enquadraria movimentos que se estruturavam a partir da especificidade da opressão à mulher e cujas lutas, embora não necessariamente se circunscrevessem a essa questão, tinham como pauta prioritária e central a luta contra opressão” (ABREU, 2010, p.30). Entre elas, a formação de grupos de reflexão, uma prática desenvolvida principalmente nos Estados Unidos e França. Essa prática foi bastante difundida no Brasil a partir de mulheres exiladas que produziram e distribuíram jornais e publicações dentro e fora do Brasil, criando assim uma rede de conexões feministas.

1.1- Relendo a memória da ditadura a partir do gênero

A memória se diferencia da história por deter sua própria verdade. Ao dialogar sobre a “presença do passado no presente”, entende-se que ao contar uma memória, é comum escolhas e explicações dos autores que beneficiem sua visão de mundo do fato em questão. (CHARTIER, 2022 p.18).

A origem do significado do conceito de testemunho parte da área jurídica “e remete etimologicamente à voz que toma parte de um processo”, e que em caso de dúvida ou receio deve ser considerado uma contribuição para a resolução do impasse. (GINZBURG, 2003 p.2). O conceito de testemunho permanece aberto, segundo Ginzburg (2008) a demanda por uma discussão mais aprofundada e não ocorre sem obstáculos. Entre os principais teóricos do tema, como João Camillo Penna (PENNA, 2003) e Gustavo García (2003), as principais questões que envolvem o tema se dá no campo da escrita e da exclusão social.

Para além disso, o estudo do testemunho articula estética e ética como campos indissociáveis de pensamento. O problema do valor do texto, da relevância da escrita, não se insere em um campo de autonomia da arte, mas é lançado no âmbito abrangente da discussão de direitos civis, em que a escrita é vista como enunciação posicionada em um campo social marcado por conflitos, em que a imagem da alteridade pode ser constantemente colocada em questão. (GINZBURG, 2003 p.2)

A construção teórica do conceito de testemunho é ampla e diverge entre diferentes concepções e polos. Entre as posições favoráveis como James Hatley (HATLEY, 2020) como crítica como a autora Beatriz Sarlo. “Enquanto Hatley o interesse pelo testemunho se associa à responsabilidade social perante o passado, em Sarlo aparece a ideia de que o discurso de testemunho pode comprometer a interpretação da história.” (GINZBURG, 2003, p.1)

Segundo Oberti (2010), ao pensar nas memórias de gênero a partir da sua pesquisa sobre a ditadura argentina, é possível construir um contra relato que questione e repense as perspectivas hegemônicas e tradicionais da historiografia sobre a militância e a resistência à ditadura, assim é necessário a intervenção em leituras passadas, cruzando

informações e problemáticas. “Reeler el pasado reciente desde el género implica tensar los discursos sobre ese pasado y creo que el **relato testimonial** producido en los últimos años ofrece un escenario lleno de dobleces y flexiones ideal para una empresa de este tipo.” (OBERTI, 2010 p.14 grifo do autor)

Sospecho que las escenas producidas por las narraciones personales abren fisuras, en algunas ocasiones porque contrastan con lo que dice la letra impresa, en otras porque permiten que la memoria se embarulla con culpas y deseos. En todo caso producen una apertura hacia el presente y el futuro porque habilitan los canales para discutir otras cuestiones que se vinculan con la pervivencia del pasado en el presente, como, por ejemplo, la cuestión de la responsabilidad personal (OBERTI, 2020, p.14)

Cada vez que o sujeito conta suas memórias, ele faz disso a partir de um lugar cada vez mais do presente, assim é preciso considerar que o sujeito fala a partir desse presente “asumiendo el pasado de manera descentrada”. Quando se trata das mulheres, entende que além desse distanciamento, ocorre um distanciamento a partir do gênero. Ou seja, existem percepções e conclusões sobre experiências que foram influenciadas a partir de uma tomada de consciência feminista que ocorreu entre os anos após os fatos. Conforme Oberti, “los testimonios de mujeres abren juicio sobre el pasado desde una perspectiva, la de hoy, en la cual la presencia en el espacio público de los movimientos de mujeres y feministas es vital”. (OBERTI, 2010, p.16-17)

1.2 O exílio durante a Ditadura Militar: motivos, sujeitos e oportunidades da história.

Em 1.º de abril de 1964, após um golpe apoiado pelas elites bancárias e promovido pelas forças armadas, o então presidente João Goulart foi retirado do governo. Goulart era extremamente malvisto pelos setores militares e de direita no Brasil. Um presidente que prometia reformas sociais, políticas e econômicas de modo a diminuir a desigualdade social no país. Segundo Napolitano (2014, p.7), o golpe resultou de uma profunda polarização na população do país que possuíam ideais e projetos diferentes de como o governo deveria guiar a modernização e as reformas sociais em âmbito nacional. A

conjuntura internacional da Guerra Fria com a crescente tensão entre os Estados Unidos e Cuba “incrementou os conflitos internos da sociedade brasileira”, aprofundou o alinhamento entre os militares e o governo estadunidense, dando o apoio ao Golpe militar (NAPOLITANO, 2014, p. 8). A partir desse contexto, todo o Cone Sul e América Latina sofreram grandes alterações políticas a partir da ascensão de governos ditatoriais. Entre 1962 e 1967 golpes ocorreram na Argentina, Guatemala, Peru, República Dominicana, Honduras, Chile e Panamá. Até 1973, ocorreram novos golpes em países como Panamá, Peru, Equador e Honduras. Quando ocorreu no Chile, teve grande impacto nos exilados brasileiros que estavam alocados lá.

No auge da Guerra Fria, conflitos explodiram também no continente africano e no asiático, como a independência da Argélia, Guerra do Vietnã, Revolução Cubana e as ditaduras latino-americanas. Era difícil que a identidade política dos militantes e sua “moral revolucionária” sejam entendidos a partir de outro contexto internacional que não seja da polarização entre direita e esquerda, ou seja, de uma proposta de sociedade capitalista e uma proposta de sociedade socialista, a partir dos dois blocos antagônicos, os Estados Unidos e União Soviética. (BACK, 2011, p.372)

Segundo Lilian Back, é a partir dessas conexões que podemos entender a fragmentação da esquerda nesse momento específico. Segundo a autora, houve uma resposta imediata da esquerda tradicional nos momentos decisivos anteriores ao golpe e, logo após ao acontecimento, militares em aliança com a burguesia nacional, orientados pela Doutrina de Segurança Nacional, agiram para implantar a ordem e recuperação econômica. Além disso, no campo ideológico, buscaram combater uma onda comunista ou esquerdista alimentada pelos acontecimentos de Cuba. Entre as ações autoritárias temos a implantação da censura, a criminalização de partidos políticos e movimentos sociais, como sindicatos e outras organizações, e demissão de funcionários públicos. A partir desse movimento, surge o que foi chamado Nova Esquerda por Back (2011):

Se não é verdade que essas organizações surgiram com ou em função dos golpes, com certeza podemos afirmar que está nessa implantação dos regimes autoritários o motivo da intensificação de suas ações. Tal corrente era caracterizada por críticas ácidas às esquerdas tradicionais, consideradas em alguma medida responsáveis pelo golpe, pela descrença no caminho pacífico para a revolução, e pelo abandono das formas tradicionais de organização e adoção de modelos revolucionários inspirados na revolução chinesa e cubana (BACK, 2011, p.373)

Em relação aos grupos armados, destaco aqui a ALN (Ação Libertadora Nacional), formada em 1967, com a liderança de Carlos Marighela, o MR8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), movimento que surgiu através do Movimento Estudantil, que com a ALN orquestraram o sequestro ao embaixador estadunidense em 1969. Havia também a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), sua ramificação a VAR-Palmares (Vanguarda de Ação Revolucionária Palmares, que em sua formação continha Marighela, os comunistas e estudantes. Segundo Wolff, (2007) esses grupos agiram principalmente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo.

Entende-se que a participação direta e indireta de mulheres em contexto de lutas, conflitos e confrontos violentos sempre foi algo constante. Porém, o registro das suas vivências e histórias são geralmente deixados de lado. Em relação ao período da ditadura militar, Ridenti (1990) contribui em seu artigo “As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo”, com os seguintes dados a respeito da participação feminina em organizações de esquerda, especialmente as organizações de luta armada: para 4.124 pessoas processadas das esquerdas, 16% eram mulheres. Em relação aos movimentos armados urbanos, o percentual é entre 18.3% (RIDENTI, 1990 p.114). No entendimento das organizações de esquerda nesse momento, é que não havia, em teoria, disparidades entre homens e mulheres no contexto de luta contra a ditadura. Segundo Sônia, na obra “Memórias de Mulheres no Exílio”: “A gente era militante, soldado da revolução, e soldado não tem sexo” (OLIVEIRA COSTA et al. 1980, p.248). Percebe-se o mesmo discurso, invocado por Carlos Marighella, comandante da Ação Libertadora Nacional (ALN), em que afirma:

Como uma escola para escolher o guerrilheiro, a guerra de guerrilha urbana prepara e coloca ao mesmo nível de eficiência a homens e mulheres que compartilham os mesmos perigos de lutar, buscar suprimentos, servir como mensageiros ou corretores, ou motoristas, ou navegantes, ou pilotos de avião, obtendo informações secretas e ajudando com a propaganda ou o trabalho de doutrinação (MARIGHELLA, 2010, p. 78).

A afirmação dos papéis de gênero nas organizações de esquerda era profundamente sentida pelas militantes, tanto na divisão de tarefas comuns quanto na estratégia e tática de luta. Ernesto Che Guevara, em seu livro *A guerra da guerrilha* (2001),

coloca em um subcapítulo que as mulheres teriam uma importância maior e que através da sua “doçura infinitamente superior” podem se infiltrar através de disfarces como cozinheira, professora, costureira. Wolff e Briggmann, ao analisarem esses discursos, apontam que a prerrogativa era de que “as mulheres deveriam continuar desenvolvendo as funções que lhes eram socialmente atribuídas e o gênero se colava ao corpo, nas práticas cotidianas e nas tarefas conferidas a cada militante.” (2019, p.306).

Os depoimentos utilizados nesse capítulo pertencem a mulheres que tiveram como destino durante a ditadura o exílio. Ao longo dos textos, percebe-se a formação de laços com outras exiladas, a reflexão sobre suas condições de mulher, exilada e militante e uma rede de contato com as companheiras que ficaram no Brasil. Muitas passaram por diversos países da América Latina e Europa. Os relatos na íntegra estão na obra “Memórias das Mulheres no Exílio” (1980). No depoimento de Vânia, percebemos mais essa dinâmica:

Não é que as mulheres tivessem tarefas diferentes dos homens, não. Era um processo natural: no começo éramos todos iguais, mas no fim as mulheres ficavam no movimento estudantil. Nós participávamos das ações, mas os treinamentos para as mulheres eram menos intensivos. E além do mais, tínhamos a tarefa de manter a casa. Isso não estava escrito em parte nenhuma, mas na prática todas as mulheres faziam isso. Em relação às tarefas domésticas, todos os homens eram meio domésticos, lavavam pratos. Não era grande desdouro, não era essa a questão. Naquele esquema isto fazia parte do espírito revolucionário. A mulher deixou de ser virgem, o homem deixou de ser macho, lava pratos, faz comida, é bom cozinheiro. Eu acho que isso não era o fundamental. As análises, as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam (OLIVEIRA COSTA et al., 1980, p. 113)

Colling (2004) aponta que a militante política é vista como desviante dos padrões de comportamento da época, diferentemente do que se esperava do comportamento de uma mulher e do papel que ela “deveria” ocupar na sociedade, que seria voltado ao cuidado do lar e da família. Contrariar o ideal de mulher maternal e submissa, fez com que a ditadura caracterizasse as mulheres militantes de esquerda de “Putá Comunista”, dois adjetivos associados a desvios de conduta moral ligado aos valores conservadores. Portanto, para contrariar o que era esperado de uma mulher, as militantes assumem novas identidades, ligadas a características que remetem ao discurso masculino, camuflando sua feminilidade e sexo.

Os principais atributos dos guerrilheiros era a virilidade, coragem, força, manuseio de armas e capacidade de grandes sacrifícios em prol da revolução. Esses traços já são indicativos de um perfil masculinizado, portanto, para serem vistas como boas guerrilheiras era comum o afastamento da feminilidade e apropriação de atributos e comportamentos masculinizados. A partir disso é comum os relatos de militantes que eram elogiadas por seus companheiros homens com termos como “macho” por sua força e resistência. Assim, a manipulação de seus corpos para o combate, com cortes de cabelos e roupas que se afastavam o máximo do ideário feminino era comum. A não ser que a imagem feminina fosse utilizada de forma estratégica, como no caso da “loura do assalto”, em que uma guerrilheira se utiliza da sua sensualidade de forma performática para expropriar bancos. (RAMMINGER, 2010 p.136) O que vemos é o uso deliberativo da feminilidade apenas como tática de luta, porém não no âmbito interno dessas organizações. “Essas militantes, entretanto, para se constituírem como sujeitos políticos, estabeleceram identidades com o discurso “masculino, diluindo as relações de gênero na luta política mais geral” (WOLFF; BRIGMANN, 2019 p.307). No relato de Maria Lygia Quartim de Moraes, membro da ALN, para a polícia era difícil acreditar haver mulheres na guerrilha, por isso era mais fácil escapar. A falta de compreensão diante da questão da mulher nas organizações de esquerda parecia espelhar uma situação global. (PEDRO;WOLFF, 2007)

O período da luta armada se destaca, pois traz uma época da resistência contra a ditadura militar que apesar de haver mulheres em organizações de esquerda, a maioria delas não tinha a percepção sobre a condição das mulheres na sociedade. Ou seja, parte delas não questionava a opressão de gênero que viviam dentro de seus próprios partidos políticos, organizações e relacionamentos afetivos. Por mais que muitas das mulheres não se sentissem confortáveis com o termo feminista, ou não participavam ativamente da militância ativa contra a ditadura, entende-se que essas mulheres estiveram em momentos em contato direto ou indireto com a resistência, já que o grau de envolvimento pode variar entre ações de solidariedade até a imersão total na clandestinidade. (ABREU,2010)

Ser de oposição incluía assinar manifestos, participar de assembleias e manifestações públicas, dar conferências, escrever artigos, criar músicas, romances, filmes ou peças de teatro; emprestar a casa para reuniões políticas, guardar ou distribuir panfletos de organizações ilegais, abrigar um militante de passagem; fazer chegar à imprensa denúncias de tortura, participar de centros

acadêmicos ou associações profissionais, e assim por diante. (TAVARES; WEIS; 1998, p.327–328)

Apesar de não ter um movimento feminista consolidado no momento como identidade política, percebe-se que a transgressão dos papéis de gênero era comum entre as integrantes de organizações políticas de resistência, ainda que o universo da luta política fosse considerado masculino. A transgressão de uma suposta feminilidade no campo do privado, questionando elementos como a virgindade, os padrões monogâmicos de relacionamento e “até certo ponto a dominação masculina”, resultou em transformações relevantes no sujeito-militante dessas mulheres. Ana Maria e Glorinha, a partir de sua vivência descrita no livro *Memória das mulheres no exílio*, aponta algumas questões referentes ao “ambiente político-cultural com transformações na forma de ser da práxis cotidiana” (ABREU, 2010, p. 74).

Ana Maria - Há um tipo de mulheres que tentou ultrapassar, digamos, os preconceitos, as discriminações, o isolamento em que as mulheres são colocadas - tanto na vida profissional como na militância política - igualando-se aos homens, fazendo todas as coisas que os homens faziam. Eu me pus mais ou menos nessa pele, quem sabe inconscientemente. Talvez toda a ideia que eu fiz da maternidade, a escolha de não ter filhos, não foi num primeiro momento ligada à militância, mas à minha realização profissional. Quer dizer, não ter filhos para não perder a mobilidade pessoal, para não ter dependência de um homem, de um marido, para poder me realizar profissionalmente. Mesmo antes de fazer política, antes de ser de esquerda, já tinha essas ideias de não me prender, não me comprometer. A minha libertação como mulher não integrava as peculiaridades da mulher, como ter filhos, cuidar deles. Preferia não ter e eliminar o problema.

Glorinha - Eu acho que se a nossa militância política implicou rupturas com a família, com valores, é porque há uma particularidade nessa militância. No momento histórico em que ela se dá havia uma tentativa de crítica ao stalinismo, de construção do homem novo trazido pela revolução cubana ou pela revolução cultural. A gente tentava um mínimo de inserção do político no cotidiano, quer dizer, não éramos só a pessoa heroica no sentido de transformar o mundo, também nos questionávamos: saímos de casa não casando, tentando romper com a virgindade, tentando desmistificar o casamento. (COSTA et al. 1980, p.300 e 416)

Como aponta Abreu (2010, p.77), muitas dessas situações de sexismo e machismo nas organizações de esquerda só foram compreendidas como tais a partir do exílio e do contato com os demais movimentos feministas, especialmente na França. É a partir dessas conexões e reflexões que essas mulheres conduziram “uma releitura da militância no Brasil e a percepção dos aspectos aqui referido”:

Maria Nakano — Foi no meu novo país de exílio que tomei consciência mais clara da condição de inferioridade da mulher. Nunca pensava antes na minha situação como mulher, embora achasse importante integrar as outras mulheres na luta política, sobretudo as operárias. Não via então que nos organismos que definiam as linhas políticas, que tomavam decisões, o número de mulheres era mínimo. Mesmo nós, que vínhamos da Universidade, tínhamos uma participação insignificante a este nível. Mas naquela época não me dava conta disso. Foi preciso tomar contato com os movimentos feministas de um país mais desenvolvido para que eu passasse a pensar nestes problemas. No princípio, achava que o movimento feminista era um negócio totalmente louco, que não tinha nada a ver com o processo real, que era um grupo de mulheres alienadas. A minha visão em relação a este movimento era extremamente crítica, pois achava que o importante era fazer o que fazíamos no Brasil: integrar as mulheres na política, dentro de uma perspectiva socialista. Mas quando começo a conhecer a luta feminista que se desenvolve em todos os países desenvolvidas, a ver que ela é realmente a expressão de uma situação de dominação e a tentativa de romper com isso, consigo compreender a sua razão de ser. E hoje sei que tem um sentido, que representa um momento histórico importante na vida dessas sociedades. (OLIVEIRA COSTA et al., 1980, p.316–317)

Neste trabalho, sigo uma concepção semelhante à expressada por Abreu, em um sentido amplo, “englobando a saída de pessoas do Brasil por banimento, isto é, militantes libertados em troca de reféns, e em consequência direta ou indireta de perseguição” (ABREU, 2010, p.79). Muitas dessas mulheres não participavam ativamente da resistência, mas eram companheiras, esposas ou filhas de militantes que estavam correndo perigo no Brasil. Também há os casos de autoexílio, mulheres que decidiram sair do Brasil sob o pretexto de continuar os estudos ou turismo, mas que, na verdade, estavam insatisfeitas com a atual situação do país. Portanto, o contexto da mulher exilada não necessariamente representa a existência de uma militância política. O “exílio” tem diversas possibilidades motivacionais de saída e chegada. No livro *Memória das mulheres no exílio*, as autoras expressam bem esse pensamento:

São exiladas as perseguidas, as punidas, as presas e torturadas. São exiladas as que sofreram perseguições indiretas. Esposas, mães, filhas e amantes. São exiladas as que perderam suas condições de trabalho, também aquelas que não puderam suportar o sufoco numa sociedade onde a ditadura desenvolveu e potenciou tantas formas de opressão. E ainda aquelas que teimaram em ser livres onde as liberdades estavam cerceadas. (OLIVEIRA COSTA et al. 1980, p.18)

Algumas dessas mulheres, como Maria Lygia Quartim Moraes, passaram da experiência da luta armada e da organização partidária para o exílio, e após o exílio para criação do *Nós Mulheres*. A partir de 1968, os problemas foram intensificados com o

tensionamento de um lado dos movimentos estudantis, sindicais e da luta armada, do outro com aumento da repressão política e da censura imposta pelo Ato Inconstitucional número 5, o AI-5. O número de pessoas que saíram do Brasil por conta perseguição política, portanto, aumentou drasticamente.

Analisar o exílio como experiência histórica é entender que o exílio, por essência, é uma experiência pessoal e heterogênea. De acordo com Rollemberg (1999), “as trajetórias no exílio variaram não só de pessoa para pessoa, mas também na mesma pessoa, segundo razões explicadas, muitas vezes, pelas circunstâncias históricas, mas que vão muito além destas, dizem respeito a um mundo subjetivo que só a História, como campo de conhecimento, não dá conta”.

Segundo Rollemberg (1999, p. 40),

o exílio foi, para as gerações de 1964 a 1968, a ruptura com uma realidade e desenraizamento do universo de referências que deram sentido à luta. A derrota de um projeto político e pessoal, o estranhamento em relação a outros países e culturas, as dificuldades de adaptação às novas sociedades, que muitas vezes os infantilizam, o não-reconhecimento nos novos papéis disponíveis, tudo isto subvertia a imagem que os exilados tinham de si mesmos, desencadeando crises de identidades.

Essas crises se referiam a diversas áreas da vida do exilado, na busca pela regularização dos documentos, no trabalho, no estudo, na militância política ou no seu abandono das relações familiares e afetivas. Nos primeiros anos da Ditadura, a partir de 1968, os principais destinos estavam na América Latina: Cuba, Uruguai, México e Argentina, o mais procurado o Chile. Após o endurecimento da Ditadura e consequentes golpes nos demais países latino-americanos, a Europa se tornou mais viável. O fluxo para a França, especialmente para Paris, foi mais intenso depois do fim do Governo de Allende. Outro ponto importante para os estudos sobre o processo de exílio, é que ele não deve ser analisado somente quando o exilado chega ao seu país de destino. Para compreender melhor esse processo, é necessário investigar a trajetória anterior à viagem, os conflitos que culminaram na decisão de exilar e as redes de comunicações que se formam anteriormente entre pessoas que já exilaram e as que pretendiam seguir nesse curso.

As autoras Brito e Vasquez (2008, p. 17) apresentam o exílio a partir de uma perspectiva diacrônica: “a definição de exílio deve levar em conta a sucessão dos momentos que as pessoas exiladas atravessam, assim como as diferentes maneiras pelas quais elas reagem, através do tempo, aos novos padrões sociais e culturais”. As etapas individuais são marcadas pelos processos de traumatismo referente à violência causada pelo abandono do país de maneira forçada ou sob condições de opressão e ameaças. A segunda etapa é a transculturação, ou a forma de adaptação, ou não-adaptação dos exilados nos seus destinos. Conforme as autoras, essa etapa não pode ser banalizada como apenas a absorção da cultura e idioma local, mas que constitui um doloroso processo de adaptação marcado pelas contradições entre a cultura de origem e a nova realidade. A terceira etapa é a conscientização dos exilados de que há a possibilidade de o exílio ter uma duração bem maior do que previam no momento de sua partida. Portanto, quanto maior o envolvimento na cultura local, maior o enfraquecimento com o país de origem, e o retorno se torna uma possibilidade mais distante.

A partir dessas questões entendemos que o processo de exílio das mulheres é intrinsecamente diferente dos homens. Muitas saíram do Brasil como esposas ou companheiras de exilados políticos, não eram vistas de fato como sujeitos políticos. Devido a sua própria condição feminina, apesar de muitas delas terem uma grande experiência na militância política, principalmente das organizações de esquerda de combate a Ditadura Militar, incluindo movimentos armados ou não-armados. Segundo a militante feminista cearense Guedes “os movimentos de esquerda se davam conta da necessidade de organizar as mulheres, antes que elas se organizassem sós”. (DUARTE, SILVA E SANTOS, 2019, p.39),

No periódico *Nós Mulheres*, encontramos esse relato em textos como a reportagem especial “*Mamãe, mamãe, me conta como é o Brasil*”, publicado na edição de número 08. Foram apresentados os depoimentos de 4 mulheres residentes em diferentes países e com perfis distintos. Os depoimentos tratam das experiências, percepções e adaptação ao exílio e da possibilidade de retorno ao Brasil a partir da anistia. Assim, Nanci Marietto é apresentada com as seguintes características: solteira, enfermeira e residente em Roma. Ruth Tegou possuía então 3 filhos, era jornalista e residia em Bruxelas. Sobre Maria Sueli Peres e sua filha de 17 anos, o jornal não informava a cidade em que estavam no momento da entrevista, mas sim que o primeiro destino após saírem do Brasil havia

sido o Chile. Ao tratar do motivo de saída do Brasil, o que mais se destacava era o caráter político, isto é, a perseguição da ditadura a elas ou aos seus companheiros. Nanci conta que a partir de 1969 a sobrevivência no Brasil se tornou muito difícil. Ela havia sido vítima de tortura física e psicológica. Entre os fatos que mais marcaram a partida: o sentimento de dor e cansaço emocional. (*Nós Mulheres*, n. 8, 1978, n.p.)

Segundo a entrevistada Maria Sueli: “Eu estava tomada por um cansaço enorme, por uma dor profunda, quase mortal. Ao lado disso existia a imagem dura e denunciante da minha impotência.” As entrevistadas passaram por uma situação bem comum na vivência do exílio: a constante mudança de planos e caminhos. Para Ruth, o primeiro destino foi o Chile. Ao falar sobre esse período, o descreve como “uma das experiências mais ricas da minha vida, era como viver com a liberdade durante 24 horas”. Já ao chegarem em outro continente, o que permaneceu foi o sentimento de inadequação na fala “uma sensação terrível de nos sentirmos perdidos no mundo, num mundo com o qual não tínhamos nada a ver”. Ao comentar a possibilidade de retorno ao Brasil, essas mulheres destacam o papel do Movimento Feminino pela Anistia (MFA) na luta contra o a Ditadura, e o contato delas com o movimento. Ruth comenta que “Os primeiros passos pela anistia ampla e irrestrita chegaram até nós através do trabalho do MFA. Isso foi sentido por mim como o acender de milhares de luzinhas que começavam a clarear uma noite sombria, que se abatera sobre todos nós.” (*Nós Mulheres*, n. 8, 1978, n.p.). Com elementos como estes, é possível notar a importância das redes de comunicação entre os movimentos sociais espalhados pelo globo.

1.3 Os grupos de mulheres do exterior e o contato com a autorreflexão.

A chamada Segunda Onda do Movimento Feminista, a partir dos anos 1970, é descrita como tendo sido inspirada também pelos movimentos a favor da descolonização, defesa dos direitos civis e de justiça social. Nesse período, os grupos de autorreflexão se espalharam pelo mundo. Seus objetivos eram definidos de formas singulares e dependiam da formação de cada grupo. Porém, de forma geral, podemos dizer que os grupos feministas utilizavam o processo de autorreflexão em suas reuniões. O que se colocava

em pauta eram as experiências interpessoais de homens e mulheres, e a percepção das relações de poder entre gêneros. Com o passar do tempo, os grupos se tornaram autônomos e com diretrizes específicas de funcionamento e ação política. Esse movimento coincidiu com a onda de exilados latino-americanos que fugiam dos governos autoritários locais. As mulheres latino-americanas se encontraram em um espaço comum, formando diferentes coletivos para refletir suas vivências como mulheres, latino-americanas e exiladas, “que compartilhavam não somente uma língua, mas em grande medida, uma experiência de vivência sob o regime ditatorial” (ABREU; CARVALHO, 2014 p.134).

Segundo Sarderberg (2002, p.16), é a partir de 1966 que o movimento feminista se transforma em movimento revolucionário “um movimento que não apenas renasce, mas também cria estratégias de luta — sua práxis política — a partir da troca de experiências e vivências das mulheres e da reflexão coletiva”. No contexto das mulheres exiladas, dois grupos se destacam. Primeiro, o Grupo de Mulheres Latino-Americanas organizado por Yolanda Cerquillo Prado, a Danda Prado, que abrangia não só brasileiras, mas outras mulheres latino-americanas no exílio. E o segundo, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, esse formado exclusivamente por brasileiras. Os dois grupos surgiram na França, mostrando a influência do contato com o Movimento Feminista Francês da época. Obras como “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir e a “A Mística Feminina” de Betty Friedan eram leituras obrigatórias para se compreender as dificuldades e opressões em suas vidas privadas. Portanto, era uma questão coletiva e não individual, como no lema proposto por Carol Hanisch (1969): “O pessoal é Político”.

Segundo Pedro e Wolff (2007, p.58),

Muitos movimentos feministas se formaram, então, através de grupos de consciência, que se pensaram como “diferentes dos homens”, capazes de solidariedade, emoção, sensibilidade. Em vez de fazerem uma administração verticalizada, baseada na autoridade e na hierarquia, propunham uma administração feminina, diziam, apoiada na horizontalidade da autoridade: ou seja, todas as pessoas deveriam participar das decisões

O movimento feminista descrito como de Segunda Onda possuía como representante principal o movimento francês de mulheres. O mais emblemático era o

Mouvement de Libération des Femmes, surgido em 1970 a partir dos movimentos sociais que eclodiram em 1968, com pautas antiautoritárias e antiburocráticas. O movimento não se definia com uma organização política institucionalizada. Segundo Abreu e Carvalho (2014), não havia o intuito de criar uma organização rígida, e sim de perfil horizontal, sem líderes ou separação entre público e privado, a partir de uma nova linguagem política e de ação. A aproximação entre as mulheres se dava de forma orgânica pela afinidade política, e se reuniam não necessariamente para criar um pensamento ou movimento feminista. Elas buscavam realizar discussões que tinham como objetivo a reflexão de um problema em particular, ou para se preparar para uma ação ou ato específico: “reuníamos para falar de nós, da nossa experiência, dos nossos problemas, como se o grupo de mulheres possuísse a solução que cada uma não conseguia encontrar sozinha.” (PICQ, 2011, p.157 ABREU; CARVALHO, 2014 p.137). É a partir do exemplo das francesas, e baseando-se em suas metodologias de discussão e reflexão, que nascem grupos de reflexão de brasileiras e latino-americanas no exílio.

Em entrevista à Revista Plural (2021), Maria Lygia Quartim de Moraes conta como foi a experiência de autorreflexão no Grupo Nós Mulheres e a aproximação com outros movimentos sociais da época:

Como voltei antes da Anistia, eu já estava no primeiro grupo que se dizia feminista no Brasil, o “Nós Mulheres” – uma evidente homenagem ao “Nosotras”. Fazer as entrevistas, contatar as lideranças de mulheres, discutir os rumos do feminismo e produzir o jornal ajudou no processo de nosso crescimento pessoal, apesar das divergências ocasionais. Por exemplo, naquela época, mulher não saía sozinha. Então, íamos em grupo às baladas, só entre mulheres, e dançávamos entre nós, ou íamos a algum restaurante. Isso pode parecer ridículo hoje, mas, naquele momento, não era permitido. A nova geração não tem ideia das barreiras que as gerações anteriores tiveram que superar. É importante lembrar, a memória é boa para isso também, para dizer “olha, foi uma luta conquistar tais coisas!”. E não é verdade dizer que, uma vez conquistado algum direito, já podemos descansar. Ao contrário, todas as conquistas estão sempre sujeitas a retrocessos, como estamos vivendo agora. O “Nós Mulheres” tinha várias figuras, algumas ligadas à Igreja Católica, outras não. Distribuimos e discutíamos o jornal em clubes de mães e associações de donas de casa. Com o pretexto de organizar encontros para o dia da mulher, o ano todo desenvolvemos encontros e discussões. Era um “grupão”, autointitulado “coordenação”, do qual participaram jornalistas, feministas independentes, mulheres de entidades variadas; não havia muita exigência em dizer quais grupos ou quantas pessoas cada mulher estava representando. Era muito democrático, uma espécie de grande assembleia, nesta política dos corpos presentes de que fala Judith Butler. Essa ligação com os movimentos populares era uma regra da esquerda de então.

Acredito que a saída da militância desses espaços foi o começo da entrada de movimentos religiosos, porque na política não há espaço vazio. Outro dia, participei de uma roda de conversa e estava criticando os evangélicos, quando a querida Magali [Mendes] comentou: “Olha, Maria, lá nas minhas baixadas eu tenho que trabalhar com as evangélicas”. Ela estava certa, devemos distinguir. Há uma liderança horrorosa, escrota, machista, que faz todo seu discurso em cima da submissão da mulher ao homem e dos fiéis ao pastor. Não podemos confundir isso com a necessidade de proteção de grupos vulneráveis, os quais não podem contar com o Estado, sofrem a pressão das milícias e do tráfico nas periferias e encontram, na igreja, uma salvação. Acho que a responsabilidade total é nossa, desse Estado, que nunca se fez laico, e dos tucanos, com seus projetos de caráter antissocial. É também interessante entender qual foi a reação da esquerda com o crescimento do movimento de mulheres, levando em conta que estávamos em plena ditadura. Estava óbvio que o movimento de mulheres não atraía o mesmo grau de repressão – claro, eu fui muito ameaçada, mas tinha muito mais relação com meu passado na militância armada, de quem eu era irmã ou viúva, do que com minha militância feminista. E diante do êxito dos encontros de mulheres, o MR-8 quis fazer um “entrismo”. Esse grupo tinha uma posição muito estranha, estava ligado ao [Orestes] Quércia e nada tinha a ver com o primeiro MR-8 [Movimento Revolucionário 8 de outubro]. Aí começou uma briga entre organizações tradicionais em torno da disputa do movimento de mulheres, que nunca deixou de ser importante. Chegou a ter briga física por conta de decisões de algumas mulheres que eram favoráveis a seus partidos, uma vergonha. Qual foi a decisão do “Nós Mulheres”? Decidimos sair do grupão e não participar mais dessa grande assembleia. Resolvemos, então, falar de nós, de nossas questões, fazendo algo que já tinha sido realizado por outras feministas, que era o chamado “grupo de reflexão”, e passamos a nos reunir nas casas das integrantes. É esse grupo do “Nós Mulheres” que participa da organização do “Encontro Feminista de Valinhos” em 1980 – o que, rigorosamente, marca minha última participação nesses encontros. Por uma série de razões. Primeiro, porque eu passei meio ano na França e, na volta, participei da organização do Festival de Mulheres, com a grande Ruth Escobar. Depois, porque exatamente no dia 16 de novembro de 1982, isto é, um dia após as 9 Magali Mendes é historiadora, funcionária aposentada da Unicamp e militante do movimento negro. Coordena a formação de Promotoras Legais Populares na Associação Cida da Terra, em Campinas – SP eleições que tinham finalmente mudado a história, e que tinham eleito o Franco Montoro, eu defendi minha tese de doutorado. Por fim, vale dizer que houve uma burocratização do movimento feminista, virou tudo cabide de emprego. Sempre fui muito crítica desse feminismo profissional. Recusei a participar de conselhos porque logo percebi que aquilo ia depender de quem estaria nos cargos executivos – veja hoje, por exemplo, quando o ministério que deveria defender os direitos das mulheres está nas mãos de uma sociopata. E uma série de pessoas ficou viciada em viver desse modo, formando grupos que se eternizam nos aparelhos estatais, que se autorreproduzem. (TEGA, 2021 p.214-216)

A fala de Moraes aponta algumas questões importantes. Primeiro, a utilização de grupos de reflexão como parte do processo pedagógico do movimento feminista. O

entendimento que era preciso falar de suas vidas, escolhas e sentimento e partilhá-las entre as mulheres presentes para entender melhor as questões de gênero. Segundo, aponta que os movimentos de mulheres durante a Ditadura Militar não chamavam tanta atenção. Moraes tinha um perfil específico, foi militante de movimento armado, era viúva e irmã de dois militantes notáveis na história da resistência à ditadura. João Quartim de Moraes, irmão de Maria Lygia, foi um importante membro da Vanguarda Popular Revolucionária¹³ (VPR) e criou em 1969 na França o Grupo Debate cujo objetivo era reunir e apoiar os exilados políticos na Europa, principalmente na França. O grupo também discutia sobre a situação política brasileira e qual seria o melhor caminho para a revolução. Em 1970, o grupo criou a revista *DEBATE: problemas da revolução brasileira*. Seu marido, Norberto Nehring, foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Ação Libertadora Nacional, passou por Cuba para treinamento de guerrilha, mas foi preso e morto pela Ditadura. (PEZZONIA, 2011). No fim da fala de Moraes, a ex-militante analisa o movimento feminista atual comparando algumas situações relacionadas a liberdade e crítica o atual movimento por sua burocratização, apontando que o movimento perdeu uma das principais características, a autorreflexão e a participação nos movimentos populares, esse lugar foi tomado pela bancada evangélica.

O encontro das exiladas com o feminismo vivenciado no exterior propiciou a expansão das ideias feministas no Brasil na década de 1970. Ao produzir o *Nós Mulheres* e entrar em contato com a realidade das operárias brasileiras, percebe-se o encontro do movimento feminista internacional com as especificidades da realidade subdesenvolvida brasileira. Transformando o Movimento Feminista brasileiro mais focado em combater as desigualdades e a questão social proveniente do conflito entre capital e trabalho.

¹³ A Vanguarda Popular Revolucionária foi uma organização de combate a Ditadura fundada em 1968 e tinha como premissa a “partida imediata da organização para a luta armada”. A organização realizou diversas operações, entre elas o furto de fuzis e o atentado que teve como consequência a morte do agente da Central Americana de Inteligência Charles Chandler. (DIAS, 2014 p.68)

1.4. O Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris.

Em 1972, iniciaram as primeiras reuniões do grupo organizado por Yolanda Cerquinho da Silva Prado, a Danda Prado, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Filha de Caio Prado Júnior, Danda Prado nasceu em São Paulo e se envolveu, por influência do pai, nas lutas contra a Ditadura Militar. Exilada em 1970, com 41 anos e divorciada, foi para a França. A partir do contato com o movimento feminista francês, formou o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, que possuía uma tendência mais radical em comparação ao Movimento Francês. Isso porque incluía como parte da identidade, questões pertinentes a condição da mulher que vinha exilada de um país subdesenvolvido marcado profundamente pelo colonialismo.

O Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris foi o primeiro grupo de mulheres brasileiras e de outras nacionalidades latino-americanas exiladas “a partir da iniciativa de algumas mulheres que, sensibilizadas pelo feminismo, decidem se reunir” (ABREU; CARVALHO, 2014 p.138). Havia o contato com o feminismo francês, através de Simone de Beauvoir, e participação em reuniões do MLF. Danda Prado, juntamente com a militante cubana Anne Zelenski, decidiram se reunir com outras mulheres de modo a discutir a questão da mulher latino-americana. Segundo Abreu (2010), em entrevista com Danda Prado, o contato com as feministas francesas foi um momento chave de conscientização sobre as opressões patriarcais que até então não eram pautadas pelos movimentos de esquerda brasileiros que Prado fez parte. Maricota da Silva, uma das integrantes, relata sua experiência transformadora no Grupo na obra *Memória de Mulheres no Exílio* (1981). Ela afirma que ele foi essencial para a mudança de mentalidade e reelaboração de sua identidade em relação ao Movimento Feminista:

Para mim uma experiência muito importante no exílio, certamente eu não a teria vivido no Brasil, foi o grupo de mulheres da América Latina, organizado por Danda Prado. Nós nos reuníamos uma vez por semana, o grupo foi aumentando mais, eu francamente acho que no fim, sei lá, devia haver 100 mulheres presentes. Era um grupo completamente apolítico. Cada dia havia um tema, e sobre esse tema você falava ou não falava. Eu pessoalmente levei meses para falar alguma coisa, mas ficava profundamente comovida quando via certas mulheres falando; não que o meu problema pessoal, que o meu conjunto de problemas se identificasse ao problema delas, ou dela, mas porque ela ousava,

ela estava se despedaçando em público para começar a viver de uma outra forma, pra começar a ousar de uma outra forma, falar sobre si mesma, coisa que certamente ela nunca tinha tido a oportunidade antes e principalmente diante de um público. O nível intelectual de cada uma não contava a mínima; o que contava realmente era a dor e o medo, que você via que era os grandes temas: a dor, o medo, o amor, a dificuldade imensa que cada uma tinha em assumir a sua própria dor, o seu próprio medo, as suas próprias sensações, o seu próprio corpo; e aos poucos você via enfim que aquele pessoal estava se enriquecendo enormemente. (OLIVEIRA COSTA et al., 1981, p. 38 e 39.)

O grupo promoveu debates, encontros e subgrupos de autorreflexão, projeções de filmes, e publicou entre janeiro de 1974 e 1976 um boletim bilíngue (português e espanhol), chamado *Nosotras*, o periódico mencionado acima na entrevista fornecida por Maria Lygia Quartim de Moraes. Entre as mulheres envolvidas nas primeiras reuniões estavam, Mariza Figueredo - que posteriormente se torna a jornalista responsável pelo *Nós Mulheres* -, Danda Prado, Clélia Piza, Cármem Sanchez, Lucia Tosi, Albertina Costa, Vera Tude e Mireya Gutierrez. Algumas eram exiladas políticas e outras não, vinham na condição de estudantes, esposas, e companheiras de homens militantes e perseguidos pela ditadura brasileira, eram de diferentes nacionalidades entre a América Latina, e em sua maioria já haviam passado por outros lugares durante a experiência do exílio. No editorial de janeiro de 1974 no boletim *Nosotras*, periódico produzido pelo Grupo Latino-Americanos de Mulheres em Paris, as escritoras questionam: “por que piensan esto las feministas francesas? Que lo quiere decir el feminismo? El feminismo es un movimiento que tendria sentido solamente en un país industrializado? “Que hay de común o de distinto entre la mujer mexicana, venezolana, argentina, brasileña, francesa? (*Nosotras*, 1974 *apud* ABREU; CARVALHO, 2014 p.138). Esses questionamentos iniciais fizeram parte das primeiras discussões do grupo organizado por Danda Prado. O grupo buscava não apenas entender a problemática de gênero, mas a situação da mulher latino-americana em exílio. Danda Prado admite haver uma insatisfação em relação algumas mulheres exiladas, muitas delas se encontravam em trabalhos precários e subalternos e se tornavam as responsáveis pelo sustento da casa, enquanto os companheiros “ficavam em casa, discutindo a revolução e esperando o retorno ao Brasil” (*idem*, 2014 p.138).

A última publicação do grupo foi em 1976 e o fim do grupo se deu após vários rompimentos entre as integrantes devido a divergências sobre a concepção de feminismo.

Porém, o Grupo Latino-Americano de Mulheres se constitui como primeira tentativa de organização feminista de mulheres latino-americanas no exterior e produziu um amplo material sobre a luta do feminismo. Em relação à transformação da jornada das mulheres que participaram dos grupos, encontramos em seus depoimentos, as consequências do contato com o feminismo e a autocrítica em relação aos seus comportamentos e vidas cotidianas, que só poderiam ter sido forjados a partir da experiência do exílio. Segundo o depoimento de Maricota da Silva:

Eu considero, pra mim, a experiência no grupo um dos momentos- chaves da minha vida. . . Encontrar a semelhança. . . enfim, saber. . . meu Deus, essa dor que eu levo em mim e tudo o que você possa imaginar de samba canção assim de Emilinha Borba, Dalva de Oliveira, essa dor, que há em mim, só em mim, finalmente é uma dor absolutamente de todas nós. . . e isso eu acho que não teria vivido no Brasil, certamente não num grupo como aquele, com uma capacidade intensíssima de sentir as coisas, de sofrer, de amar e de receber o outro, você sabe, eu acho que esse grupo teria que ser forjado no exílio. . .na dor.” (OLIVEIRA COSTA et al., 1981, p. 40)

A principal influência teórica do grupo foi a obra *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir. A partir da leitura, Danda Prado reconheceu que a superação da condição feminina de submissão se dava através do advento do socialismo. A revolução dos costumes, dos padrões e papéis secundários que eram constantemente herdados pelas mulheres, “não desembocavam, por si só, na ideia da necessidade de uma luta especificamente feminina” (ABREU, 2010, p.104). Segundo entrevista fornecida por Danda Prado para Maíra Abreu, ela afirma como as militantes do Partido Comunista seguiam acreditando que o sexismo seria superado a partir da luta de classe, não precisando assim separar a luta por direitos de mulheres com a luta pela revolução. Danda Prado explicou que:

Muitas mulheres dentro do PC já eram mulheres diferentes, especiais, se destacavam das outras e não levavam uma visão segundo moldes tradicionais, mas isso era uma atitude puramente individual; ninguém pensava em se organizar enquanto mulher porque se acreditava que o socialismo resolveria os problemas de discriminação sexual. Lembro-me que Carmem da Silva me procurou em 1965 ou 1966, quando eu dirigia o departamento editorial da Brasiliense, com um projeto de revista de mulher, e a minha resposta foi que o assunto estava ultrapassado e que a questão da mulher se resolveria com a luta de classes. (ABREU, 2010,

p.104)

Em 1971, Danda Prado voltou para a França para fazer Doutorado. Naquele momento, encontra pela primeira vez uma Reunião de Mulheres, algo que nunca tinha experienciado no Brasil, um movimento organizado somente por mulheres. Ao comentar com Beauvoir sobre o interesse, foi vista como muito à esquerda e radical do restante do grupo, e Beauvoir sugeriu procurar uma colega cubana. Segundo Prado, o primeiro contato foi assustador, “nunca tinha ouvido falar em patriarcado, não entendia essa opressão e, além do mais, morria de medo dessas francesas”. A variável do exílio foi essencial para a criação do grupo, pois havia a percepção de que ser exilada era uma condição que trazia diversas disparidades comparadas ao que era discutido pelos grupos de mulheres franceses.

Muitas mulheres exiladas acabavam em situações de trabalho subalterno, mesmo aquelas que tinham experiência e qualificação profissional. Com as diferenças culturais, a difícil adaptação a uma língua estrangeira, muitas acabavam trabalhando com o cuidado do lar das francesas, provendo a casa enquanto os homens exilados permaneciam em discussões sobre a revolução e aguardando o retorno ao Brasil. A princípio o grupo era formado apenas por brasileiras. Prado comenta que:

Quando eu convoquei a primeira reunião, é porque eu já estava ficando irritada com aqueles homens. Os homens ficavam em casa, não tinham o que fazer, as mulheres estavam trabalhando (...) aí eu resolvi discutir isso em reunião, porque eu ouvia contar que uma foi espancada e saiu de noite pela rua... Eu começava a ouvir essas histórias e dizer: não, vamos pelo menos estar juntas, pelo menos a gente traduz, serve para contar o que está acontecendo no movimento de mulheres e tudo. E aí convocamos a primeira reunião [...] (ABREU, 2010, p.106)

Em entrevista a Annete Goldberg (1987), Danda Prado confirmou como se deu a inserção de outras nacionalidades ao grupo:

Por conta da ideia da tese, resolvi convocar uma reunião com todas as

brasileiras que pude localizar em Paris; muitas vieram a essa primeira reunião e não voltaram, com outras continuei a reunir. Aí, com algumas latino-americanas da faculdade surgiu a ideia de criar um grupo. Quando isso aconteceu houve brasileiras contrárias à ideia, que achavam que criar uma entidade era ir longe demais. Diga-se de passagem, que meu companheiro na época e outro militante do VPR achavam uma boa a ideia, queriam canalizar o grupo a VPR, mas eu fui contra.

As brasileiras tiveram de se enfrentar com seus companheiros por causa do grupo. Uma e outra vieram me dizer particularmente que não poderiam mais vir às reuniões porque tinham medo de ser responsáveis pela perda do apoio político que suas famílias recebiam. Nessa época a Frente dos Brasileiros no Exílio me convocou a uma reunião e nela me perguntaram em que esse negócio de mulher podia ajudar na luta contra a Ditadura? (GOLDBERG, 1987, p.71)

A tensão das brasileiras do grupo com seus companheiros se agravou. As reuniões aconteciam no subsolo de um bar parisiense, e durante as reuniões os homens — maridos, companheiros ou namorados — costumavam ficar transitando entre os banheiros, que também ficavam no subsolo, de modo a ouvir o que as mulheres diziam. Segundo Goldberg, uma parte desses homens eram membros e dirigentes da Frente Brasileira no Exílio, e que reagiu ao grupo ameaçando romper com a ajuda financeira e o apoio político para as mulheres que permanecem frequentando as reuniões. Assim, as mulheres acabaram sucumbindo a ameaça, “ajudados pela ambiguidade que elas próprias tinham, o temor de que tais reuniões ‘apolíticas’ se transformassem numa espécie de terapia grupal e de que a assunção do feminismo provocasse o abandono da luta de classes.” (GOLDBERG, 1987, p.72)

Mesmo com saída de quase todas as brasileiras do grupo e a pressão masculina, o que não deixa de caracterizar uma violência sexista, já que coibia a liberdade dessas mulheres de se reunir com outras mulheres, no depoimento de Maricota da Silva percebemos que houve uma mudança significativa no que a própria entendia sobre feminismo e a condição da mulher:

[...] era lindíssimo você ver então pessoas que nunca na vida tinham falado em público, nunca tinham dado uma aula, nunca tinham realmente se manifestado como seres humanos e que de repente começavam a falar. [...] Havia temas que me interessavam mais, temas que me interessavam menos, mas o que me interessava fundamentalmente era ver como nós éramos parecidas; era a gente ver como a nossa dor, enfim como a nossa... como o nosso inconsciente tinha sido forjado da mesma maneira. Idades inteiramente disparatadas, formações inteiramente disparatadas e aquele negócio era sagrado, àquela hora uma vez por

semana... eu acho que se fosse toda a noite haveria gente toda noite porque o importante era aquele encontro. [...] Acabou, eu tenho a impressão de que talvez tenha continuado de outras formas. Num certo momento eu fiquei doente, deixei de frequentar um período e quando voltei tive a impressão de que houve alguma coisa que eu não saberia dizer... (OLIVEIRA COSTA et al. 1981, p.38–39)

O Exílio permitiu para essas mulheres a criação de laços de amizades e vínculos de afetos que reformulou seus ideais de mulheres. Esse vínculo, diferente do que era vivido dentro das organizações de esquerdas contrárias a ditadura, passa para o campo do privado, a maternidade, a sexualidade, as relações e volta ao político quando discutem sobre questões como a democracia, a cultura patriarcal e a volta para o país de origem. A percepção da diferença de tratamento que recebiam com os homens das organizações e a dificuldade de aceitação dos grupos de mulheres por parte dos homens fez com que questionassem seus papéis e protagonismo nas organizações de esquerda, e também em ampliar os temas de discussões para além da luta pela democracia.

1.5. O Círculo de Mulheres em Paris

O Círculo de Mulheres em Paris começou como um grupo de estudos e reflexão a partir de 1974, chamado inicialmente de Comitê. Possuía como objetivo inicial reunir mulheres exiladas recém-chegadas da França, a maioria vinha do Chile. Segundo Abreu, o Círculo tinha um contato próximo com o *Nosotras*, isto é, algumas, ao se desapontarem com a proposta de feminismo do *Nosotras*, acabaram migrando para o Círculo. Porém, as discussões sobre essa união, segunda Zuleika Alambert:

Nesse país europeu entrei em contato com outras exiladas do Chile que, como eu, ali foram parar. E pensamos novamente em nos organizar. Só que entramos em contato com outros grupos feministas que já ali atuavam. Entre eles o Grupo liderado por Danda Prado, denominado *Nosotras* de caráter nitidamente feminista. Eu que me considerava apenas uma marxista que estudava a questão da mulher tive então a ideia de criar o Comitê de Mulheres feministas no Exterior juntando feministas, não feministas, estudantes, profissionais, intelectuais, etc. (...) Nós, mulheres vindas de Santiago nos somamos como grupo de Danda Prado." (apud Abreu, 2010 p.164)

Em relação ao contexto internacional que estava ocorrendo entre o final dos anos 1960 e 1970, as integrantes do grupo tomam uma postura de combate que tinha como

objetivo final a revolução, colocando em pauta uma nova visão de feminismo inspirado pelos movimentos sociais de 1968 que incluía a descolonização da Ásia e da África, a luta pelos Direitos Civis dos Estados Unidos e a liberação sexual:

O feminismo ressurgiu na Europa e nos EEUU impulsionado pelos ventos de maio 1968, naquilo que maio teve de mais autêntico e novo: a contestação anti-autoritária e anti-burocrática, a reivindicação das lutas quotidianas associada a compreensão de que a revolução não será uma conquista definitiva e acabada, que se realizará num futuro longínquo, mas um longo processo de rupturas no qual se inserem as pequenas lutas que enfrentam o poder burguês e apontam para uma sociedade de novo tipo, antiautoritárias, auto-geridas e profundamente democrática (CIRCULO DE MULHERES BRASILEIRAS – vol.III – “Porque um movimento feminista autônomo” s.d. *apud* ABREU, 2010, p.33)

O Círculo tinha uma ligação maior com os movimentos partidários do que o Grupo Latino-Americano de Mulheres. No início de seus trabalhos, a maioria das participantes era integrante do Partido Comunista e do grupo Debate. Com o passar do tempo e o contato com o Movimento Feminista Francês, principalmente o MLAC¹⁴ (Movimento de Liberação do Aborto e da Contracepção), o grupo se distancia das discussões partidárias e passa a rever a questão da mulher mais profundamente. A partir desse distanciamento e das primeiras reuniões, foi escrito o documento “Por uma tendência Feminina Revolucionária”, em que protestaram “pela criação de um movimento autônomo de mulheres com base na luta de classes”, e como proposta uma “constituição de uma tendência revolucionária dentro do movimento de mulheres brasileiras”.

Assim, foi pensada a construção de um círculo de discussão com as mulheres “que estejam de acordo com os pontos políticos essenciais deste projeto e que se disponham a aprofundar esta linha de posições e desenvolver uma atividade no sentido de formação desta tendência revolucionária.” (GRUPO BRASILEIRO DE MULHERES REVOLUCIONÁRIAS, 1975, p.2–3 *apud* GOLDBERG,1989, p.147). Segundo Abreu (2010), os objetivos principais do grupo seriam:

1-Estudar a realidade da mulher brasileira em seus diferentes níveis. 2-Fazer a análise crítica dessa realidade, visando sua evolução e/ou transformação através da mobilização de todas as forças sensíveis ao problema e de nosso

¹⁴ Movimento que teve como pauta principal a descriminalização do aborto no fim da década de 1960. Era um grupo misto, que tinha homens também como integrantes.

próprio esforço. 3-Desenvolver simultaneamente ao estudo aprofundado da questão feminina formulação de conclusões e o encaminhamento de soluções viáveis que o grupo encontrar. 4-Formar uma corrente de opinião que transcenda o próprio grupo, atingindo o maior número de brasileiros no exterior e que estimule a solidariedade ativa à luta da mulher brasileira. Esta corrente deve também sensibilizar a opinião pública europeia. 5- Para atingir o conjunto desses objetivos, devemos atrair o maior número de brasileiras para o nosso grupo.”

Como programa de ações e pautas principais consideradas mínimas para a emancipação da mulher, buscavam:

— Mesma educação para meninos e meninas; — igualdade de acesso à formação profissional; — não aos trabalhos só para mulheres; — por um trabalho igual salário igual; -garantia de trabalho levando em conta a maternidade; — creches e refeitórios nos locais de estudo e trabalho nos bairros; — aborto e contracepção livres e gratuitos; — retirada da imagem da mulher para fins publicitários;

Todas essas reivindicações imediatas são importantes de serem levadas desde hoje e elas têm condição de ser absorvidas pelas plataformas de luta dos trabalhadores em geral. (GRUPO BRASILEIRO DE MULHERES REVOLUCIONÁRIAS, 1975, p.2–3 *apud* GOLDBERG, 1989, p.147)

Além de discutir a questão da mulher, o Círculo tinha como pauta realizar ações internacionais, principalmente a divulgação da luta das mulheres no Brasil, campanhas pela anistia de prisioneiras políticas, formação de redes de contato com outros grupos de mulheres, caracterizando o Círculo como um dos grupos mais diversificados e heterogêneos em relação às suas atividades. A tendência ideológica era inspirada pela “luta de classes” do movimento francês que acreditavam em uma dupla militância, diferente de muitas organizações brasileiras:

Preocupadas fundamentalmente com a conscientização das demais mulheres com respeito às lutas “mais gerais” da sociedade brasileira e às lutas ‘específicas’ das trabalhadoras, e em desenvolver práticas voltadas para essa tarefa, elas se dedicavam ao estudo e à reflexão teórica, tendo produzido textos para a discussão sobre o trabalho feminino e sobre as tendências do feminismo internacional, análises críticas dos editoriais e do conteúdo dos jornais brasileiros *Brasil-Mulher* e *Nós Mulheres*, além de documentos lidos e divulgados em atos públicos e reuniões de diversos tipos. (GOLDBERG, 1989, p.150)

Por mais que não fosse denominado um grupo de autorreflexão, encontramos nos

depoimentos das ex-integrantes as transformações e o crescimento da consciência coletiva:

Consciência feminista é algo coletivo, não se adquire sozinha. Acontece enquanto a gente começa a trocar uma série de experiências, a buscar uma vida coletiva diferente e a ver o feminismo enquanto um processo de transformação do conjunto de mulheres, não só nosso. (COSTA et al., 1981, p. 415)

O Círculo estava em ação na França no mesmo período de produção do *Nós Mulheres* no Brasil. Apesar disso, acredito ser importante mencionar o grupo e as suas práticas e ações em relação a uma “missão conscientizadora”. Segundo Goldberg, o Círculo conseguiu em certa medida resistir às tentativas de vindas de grupos de esquerda para absorver essas ações, mantendo a sua autonomia, sem se transformar em um “braço político”. Muitas mulheres brasileiras puderam pela primeira vez se expressar sobre temas da vida privada que não eram discutidos “no qual algumas puderam questionar o próprio estatuto de exiladas que as definia, apenas por serem companheiras ou familiares de militantes refugiados”. A partir da mudança de identidade dessas mulheres, que passaram a se reconhecerem como feministas, foi possível a crítica às próprias organizações de esquerda de exilados e suas posturas machistas. (GOLDBERG, 1989, p.151)

Segundo Dro, as discussões no grupo foram essenciais para a desconstrução da sua identidade como companheira nos relacionamentos com homens: “O meu encontro com o grupo de mulheres aqui em Paris está me dando uma nova visão da relação com um homem de outra forma”. Adiante, em seu depoimento, fala sobre a dinâmica do grupo: “Bom, pela primeira vez eu chegava numa reunião, com outras mulheres, tinha uma ordem do dia mais ou menos estabelecida, mas a gente conversava de outros assuntos, de roupa, de relações pessoais, amorosas afetivas, sei lá o que, e mesmo a nível político discutimos com muito mais liberdade. O feminismo pra mim despertou uma determinada ansiedade emocional, uma vontade de viver, de batalhar mesmo, como eu tive na adolescência.” (OLIVEIRA COSTA et al., 1981, p. 423–424)

O Círculo de mulheres também foi fundamental para a divulgação de periódicos brasileiros feministas entre grupos estrangeiros, entre eles o *Nós Mulheres* e o *Brasil Mulher*. Foi criado um subgrupo de imprensa feminista para estudo e diálogo do Círculo com as publicações brasileiras. Em correspondência com o *Nós Mulheres*, um dos grupos

de trabalhos do círculo aponta questões nos periódicos que podiam ser trabalhadas com objetivo aprofundar o debate feminista no Brasil:

Imagem 2



¹⁵ *Nós Mulheres*, n. 8, 1978, n.p. As companheiras de 'Nós Mulheres. Interessadas pelas lutas de mulheres no Brasil (...) montamos um grupo de discussão que faz parte do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. Neste primeiro momento, tentativa de identificação de problemas e de questões, os jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher* são as nossas principais fontes de informação e contato (...) Nos editoriais, *Nós Mulheres*

A carta publicada no jornal aponta algumas lacunas identificadas pelo Círculo a respeito do conteúdo do *Nós Mulheres*, entre elas, o fato do jornal não se posicionar como organizador de uma discussão mais profunda sobre a condição da mulher brasileira e buscar mais propostas no sentido de avançar enquanto movimento social. O grupo aponta também que o jornal em algumas oportunidades faz uma escolha em ser “didático” em vez de “problematizador”. O grupo cobra uma postura mais incisiva do jornal em não ser apenas um veículo de transmissão de mensagens, mas de propor e organizar a luta feminista.

Outra carta publicada por Moraes (2017) datada de 17 de novembro de 1976, não foi publicado pelo *Nós Mulheres*, porém encontramos pontos em concordância como o “comprometimento dessas feministas com a revolução socialista” com o editorial da

apresenta os objetivos que pretende atingir, é através deles que procuraremos agrupar e organizar nossas questões: 1) um jornal que trate das questões de interesse de grande maioria das mulheres brasileiras, tem vários problemas a enfrentar: a) um grande espaço foi aberto para os temas voltados para as condições de vida e de trabalho das trabalhadoras brasileiras. Se faz parte das lutas das mulheres, se interessar ativamente pelos problemas gerais do trabalho (...) é também indispensável uma abordagem da questão do ponto de vista especificamente das mulheres. Os problemas se apresentam sempre duplamente: sob o aspecto ‘específico’ das mulheres. E é esse segundo que faz falta, muitas vezes. O exemplo mais significativo é o artigo sobre ‘Direitos das Mulheres’, que trata mais que nada do FGTS (nº4). Em outros artigos essa síntese é bastante boa. b) Enfrenta-se também o problema de dar uma ‘outra’ abordagem às inúmeras questões que representam tabus, tais como a prostituição, educação sexual... e sofre as consequências deste pioneirismo: várias vezes os artigos tímidos e sente-se o vacilo das máquinas com medo de avançar demais. c) Sabemos que o jornal se propõe a atingir as mais amplas camadas de mulheres. Sentimos falta, mesmo assim, da presença de artigos que, vez por outra visem aquela parcela de mulheres, que já tem maior familiaridade com a discussão dos temas em particular com as questões referentes ao feminismo quando pensamos a questão da opressão das mulheres e seus vínculos com a opressão ‘geral’: e a conservação da primeira subordinada à conservação da segunda. Trazer o debate sobre as questões econômicas e políticas mais gerais faz parte da luta. E mais: é claro que a falta de liberdade de organização e expressão impede o desenvolvimento da luta das mulheres. Os textos, tentam numa linguagem simples, colocar os principais elementos de compreensão dos problemas, no que é bem sucedido. Mas a preocupação ‘didática’ num certo momento se contrapõe à ‘problematização’ das questões debatidas. Quando falamos em ‘problematização’, aberta de debater questões, para as quais não existe sempre uma única resposta. 3) as discussões de fundo sobre as concepções de feminismo: por que o jornal não se faz uma tribuna que trate destas questões de forma polêmica? Sentimos algumas lacunas: a) Não se manifesta o interesse pela mulher enquanto elemento de transmissão – de reprodução dos comportamentos sociais (...) b) O jornal não se mostra preocupado em discutir a questão da organização das mulheres, no sentido de **avançar** propostas. O que ela faz é dar a maior divulgação possível as formas de organização já existentes. (...) Será que esta questão não é, em absoluto uma preocupação de vocês ou vocês estimam que não é oportuno nem maduro avançar nesta questão agora? (...) Para vocês o nosso apoio. Gostaríamos de sempre manter contato com vocês e esperem de nós todo o apoio. Sub-Grupo do Círculo

primeira edição do jornal. O documento é um primeiro contato para que o grupo dialogue com o jornal com o mesmo objetivo: a liberalização da mulher

Imagem 3

A redação do jornal **Nós Mulheres**

Somos um grupo de mulheres brasileiras vivendo na França que, sensibilizadas pelo movimento feminista internacional, resolveram reunir-se para debater, aprofundar e tomar uma real consciência da opressão específica que sofre a mulher nessa sociedade. Opressão essa que aparece não só na perpetuação dos "nobres" papéis que nos foram atribuídos - doméstica-esposa-mãe - mas no conjunto das nossas atividades e na nossa personalidade.

Consideramos entretanto que essa opressão, embora específica, não se reflete da mesma forma para todas as mulheres de modo a permitir uma mesma unidade na luta e na organização. Assim, guardando nossa autonomia enquanto mulheres - cabe essencialmente a nós a nossa liberação - integramos nossa luta à de todos aqueles que reconhecem no sistema a causa primeira da existência mesma da exploração e da opressão.

Ao mandar essa carta buscamos abrir um contato permanente com vocês que permita a troca de artigos, jornais, análises, documentos, favorecendo a abertura de um debate em torno das questões centrais que se colocam hoje para o movimento feminista. Assim estaremos contribuindo para o seu enriquecimento e fortalecimento.

Por outro lado, poderemos vulgarizar aqui no exterior as lutas que as mulheres brasileiras vêm enfrentando e reagrá-las para o conjunto de atos do Movimento Feminista Internacional. Um exemplo disso é o artigo que publicamos no "Information des Femmes" sobre o combate à carestia, e que mostra de que forma e em que frentes a mulher trabalhadora vem se organizando. Além disso estaremos mais próximas da realidade brasileira, acompanhando no cotidiano todo tipo de experiências que contribuam para a materialização de uma consciência feminista.

Pensamos dentro em breve criar um boletim aberto a todas as discussões ainda pendentes sobre a liberalização da mulher, e onde circularão nossas posições sobre temas que estamos aprofundando, tais como a existência do Movimento Autônomo, a questão do controle da natalidade no Brasil (Bemfam e outros), a especificidade do Código Civil em relação à mulher, a dupla jornada de trabalho, etc...

Segue também o "compte-rendu" do processo de uma companheira brasileira violada na Bélgica e que está sendo divulgado em toda a imprensa feminista, da forma mais solidária, enquanto esperamos a sentença.

Ficamos aguardando uma resposta e todas as contribuições e material que vocês possam enviar.

Abracos.
Círculo de Mulheres Brasileiras.
Liliane MAGALHÃES

¹⁶ Moraes (2017, p. 207) "A redação do jornal Nós Mulheres. Somos um grupo de mulheres brasileiras vivendo na França que, 'sensibilizadas pelo movimento feminista internacional, resolveram reunir-se para debater, aprofundar e tomar uma real consciência da opressão específica que sofre a mulher nessa sociedade. Opressão essa que aparece não só na perpetuação dos 'nobre' papéis que nos foram atribuídos - doméstica-esposa-mãe - no conjunto das nossas atividades e na nossa personalidade. Consideramos, entretanto, que essa opressão, embora específica se reflete da mesma forma para todas as mulheres de modo a permitir uma mesma unidade na luta e na organização. Assim, guardando nossa autonomia enquanto mulheres - cabe essencialmente a nós a nossa liberação - integramos nossa luta à de todos aqueles que reconhecem no sistema a causa primeira da existência mesma da exploração e da opressão. Ao mandar essa carta buscamos abrir um contato permanente com vocês que permita a troca de artigos, jornais, análises, documentos, favorecendo a abertura de um debate em torno das questões centrais que se colocam

A carta enviada pelo Círculo é a primeira de várias outras que se seguiram durante a publicação do *Nós Mulheres*. “Ao abrir um contato permanente” o grupo feminista de exiladas contribuiu ao longo do jornal com documentos, críticas e proposições. Para o grupo de exiladas, o jornal era um contato próximo para que elas se informassem sobre a situação da mulher no Brasil e também sobre o contexto político. Essa troca de informação era comum entre os grupos feminista e demonstra a construção de redes transnacionais que contribuem para o fortalecimento do movimento do feminista internacional e como indica a carta a “materialização de uma consciência feminista”.

Após a lei da Anistia, os exilados começaram a regressar ao Brasil e esse retorno foi um grande ponto de estranhamento. As mulheres que passaram pelas experiências dos grupos encontraram no Brasil uma sociedade que ainda não tinha a questão da mulher como objeto de discussão no âmbito político. O retorno dessas mulheres foi essencial para uma mudança e uma renovação do feminismo no Brasil. O contato com os grupos fora do Brasil continuou após o retorno de algumas militantes, construindo uma rede de troca de ideias entre as pautas feministas e a militância de esquerda, além de ter aprofundado o conhecimento e discussão da condição da mulher em outros países. A partir da intensa bibliografia e testemunhos sobre o exílio, permite compreender a importância dessa experiência, principalmente para mulheres que mesmo já tendo o contato com a luta feminista, conseguiram criar laços e vínculos que se estenderam nos anos seguintes e trouxeram essa contribuição, a partir dos grupos de reflexões para

hoje para o movimento feminista. Assim estaremos contribuindo para o seu enriquecimento e fortalecimento. Por outro lado, poderemos vulgarizar aqui no exterior as lutas que as mulheres brasileiras vêm enfrentando e resgatá-las para o conjunto de acúmulos do Movimento Feminista Internacional. Um exemplo disso é o artigo que publicamos no 'Information des Femmes' sobre o combate à carestia, e que mostra de que forma e em que frentes a mulher trabalhadora vem se organizando. Além disso estaremos mais próximas da realidade brasileira, acompanhando no cotidiano todo tipo de experiências que contribuam para a materialização de uma consciência feminista. Pensamos dentro em breve criar um boletim aberto a todas as discussões ainda pendentes sobre a liberalização da mulher, e onde circularão nossas posições sobre temas que estamos aprofundando, tais como a essência do Movimento Autônomo, a questão do controle da natalidade no Brasil (Bemfam e outros), a especificidade do Código Civil em relação à mulher, a dupla jornada de trabalho, etc... Segue também o 'compte-rendu' do processo de uma companheira brasileira violada na Bélgica e que está sendo divulgado em toda a imprensa feminista, da forma mais solidária, enquanto esperamos a sentença. Ficamos aguardando uma resposta e todas as contribuições e material que vocês possam enviar. Abraços. Círculo de Mulheres Brasileiras. ”

projetos como o *Nós Mulheres* que além de receber entre seu time de produtoras mulheres exiladas, mantiveram o contato com os grupos de mulheres no exterior.

A memória é curta. Tão curta que fica difícil refazer, recriar o espírito, o clima e as intenções de acontecimentos passados há menos de cinco anos. É por isso que o documento escrito, a memória gravada nas letras, páginas e cores das publicações — é tão rica e insubstituível. Seria difícil contar a história recente do feminismo se não pudéssemos lançar mão do recurso dos nossos textos e das próprias notícias que gerávamos na grande imprensa. Assim, os jornais de São Paulo cobriam sistematicamente nossos encontros, por mais que possamos discordar da abordagem de tais coberturas. Mas de qualquer maneira, nos damos conta de como o tempo histórico é radicalmente diferente do tempo vivido: afinal, nossas publicações constituíam apenas parcelas de nossas atividades, de nossas militâncias intensas e eis que, anos depois, só por ela provamos nossa existência” (MORAES, 1981, p. 215)

2. NÓS **MULHERES**: Agendas, trajetórias e caminhos

Este capítulo pretende situar o *Nós Mulheres* no conjunto de disputas e articulações no qual foi produzido, assim como traçar as trajetórias das mulheres que contribuíram com o periódico. Portanto, o capítulo tentará apresentar as trajetórias que puderam ser identificadas nesta pesquisa para embasar uma discussão sobre os objetivos, os olhares para o que significava o feminismo e sobre os principais temas que decidiram tratar no periódico.

Capelato, autora de *Imprensa e História do Brasil*, aponta que a imprensa “registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes”. Além de transmitir dilemas presentes na sociedade, também é força política: “Os governos e os poderosos sempre a utilizam e temem; por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais.” (1988, p. 13). Seguindo o estudo de Capelato, quando tratamos de periódicos como fonte, o historiador deve observar: “quem são seus proprietários? A quem se dirige? Com que objetivos e quais os recursos utilizados

na batalha pela conquista dos corações e mentes?” Assim, é possível estabelecer um perfil da produção e permitir o seu estudo como fonte/objeto. (CAPELATO, 1988, p.14)

Ao tratar periódicos e jornais como fonte é importante ressaltar o que Tânia de Luca analisa em relação às particularidades do uso de periódicos como fonte, que não seja particular, de autoria única, “empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que as torna projetos coletivos” (LUCA, 2008, p.140). Além disso, indicamos que o periódico trabalhado nessa pesquisa não possui uma produção em larga escala e circulação nacional — com exceção de casos em que as produtoras enviaram o material para grupos específicos no exterior —, estando no que pode ser compreendido como uma posição marginal de “imprensa alternativa”.

2.1 Fontes Impressas e a História através dos periódicos

Durante a década de 1970, já era comum a escrita da historiografia da imprensa, porém uso de jornais e periódicos para “a escrita da História por meio da imprensa” ainda não era explorado de forma constante. Segundo Luca (2008), existem vários fatores que explicam essa conjuntura que não necessariamente era uma particularidade brasileira. Primeiro, constava a tradição de se escrever as historiografias oficiais através de documentos, “associada ao ideal de busca da verdade dos fatos”. Era exigido dos historiadores a neutralidade, objetividade, credibilidade e fontes fidedignas em relação ao objeto de estudo, estabelecendo “uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento” que sejam, além de tudo, distantes do seu tempo. Portanto, o estudo da imprensa como fonte histórica não se enquadra integralmente a esses critérios, pois “continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas”. As mudanças no trato da imprensa como fonte histórica legítima vai ocorrer através da “renovação dos temas, as problemáticas e os procedimentos metodológicos da disciplina”. (LUCA, 2008, p.111–112)

A contribuição metodológica de outras disciplinas das Ciências Humanas, como a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia e a Linguística, “forçaram o historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina” (LUCA, 2008, p.112). Jacques Le Goff e Nora

mencionam que para a promoção de uma nova história é essencial observar três processos que acontecem na construção e renovação de saberes dela mesmo: “novos problemas colocam em causa a própria história; novas abordagens modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; novos objetos, enfim, aparecem no campo epistemológico da história”. (LE GOFF E NORA, 1979, p. 11–12)

O uso da imprensa como fonte histórica gerou discussões profundas acerca da natureza dessa categoria de fonte. É pertinente o questionamento a respeito dos interesses do interlocutor, suas influências ideológicas e ocultas, o propósito de cada texto. Ana Maria de Almeida Camargo ao examinar minuciosamente os desafios do uso da imprensa periódica como fonte histórica, alerta para a armadilha de não nos tornamos cegos a análise do conteúdo, buscando e dando ênfase apenas nas palavras que corroboram nossas hipóteses:

Corremos o grande risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que, em geral, acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade [...] A pouca utilização da imprensa periódica nos trabalhos de História do Brasil para confirmar nossas suposições. Alguns, talvez, limitem seu uso por escrúpulo, já que encontram, tão em evidência e abundância, as ‘confirmações’ de suas hipóteses - e com a mesma facilidade, também, argumentos contrários. A maioria, porém, pelo desconhecimento, pela ausência de repertórios exaustivos, pela dispersão das coleções. Quando o fazem, tendem a endossar totalmente o que encontram, aproximando-se de seu objeto de conhecimento sem antes filtrá-lo através de crítica mais rigorosa. (CAMARGO, 1971, p.226 *apud* LUCA, 2018, p. 117)

A partir dos anos 1970 o uso como fonte histórica da imprensa periódica alterou-se profundamente. Trabalhos como *Imprensa e ideologia em São Paulo* (1973) de Arnaldo Contier e as dissertações de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1974), unidos na obra *O bravo matutino* (1980) foram pioneiros nos estudos da História da Imprensa e na “História por meio da Imprensa” utilizando como fonte única de investigação o *jornal O Estado de S. Paulo*. Segundo as autoras que utilizaram os editoriais para analisar os interesses da classe dominante paulista em uma conjuntura de crise da política liberalista agravada pela Crise de 1989 e os movimentos de 1930 e 1932:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a

tomam como mero 'veículo de informações', transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO E PRADO, 1980, p.19 *apud* LUCA, 2008, p. 118)

Sobre os temas relativos ao movimento operário brasileiro, a imprensa periódica serviu como fonte privilegiada entre os pesquisadores do tema, principalmente entre 1970 e 1990 e no âmbito da imprensa alternativa, fora do circuito dos grandes jornais. Mesmo após a renovação da disciplina, a partir da ideia da Nova História de Le Goff e Nora (1979), com a inclusão de novas temáticas, como raça, gênero, identidades e formas de sociabilidade, a imprensa operária permaneceu como uma vasta e rica fonte histórica.

Dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais, enfim, respostas para as mais diversas questões acerca dos segmentos militantes puderam ser encontradas nas páginas de jornais, panfletos e revistas, que se constituíam em instrumento essencial de politização e arregimentação. (LUCA, 2018 p.119)”

No começo dos anos 1970, grande parte da nova esquerda brasileira estava em situação de exílio, principalmente no Chile, Cuba e França. A situação dos grupos de resistência que permaneceram no Brasil se deteriorava. Ocorre intervenções nos movimentos sindicais, organizações estudantis e partidos políticos levados a clandestinidade e qualquer movimento “suspeito” poderia ser considerado atividade subversiva.

Entre 1964 e 1980, circularam em torno de 150 periódicos que tinham como características um discurso voltado à resistência à ditadura. A imprensa alternativa também se convencionou a chamar de imprensa nanica, segundo Bernardo Kucinski em seu livro *Jornalistas e Revolucionários* (1991, p. 5). A expressão “nanica” surgiu a partir do formato tabloide que grande parte dos jornais de oposição mantinham, espalhada por publicitários.

Além disso, indicamos que o periódico trabalhado nessa pesquisa não possuiu uma circulação nacional no período em questão. Esteve em uma posição marginal e produzido em sua totalidade artesanalmente, assim podemos considerar como parte da “imprensa alternativa” de resistência contra a ditadura que circulava durante a década de 1970. O

periódico apresentava também as características de cunho político e ideológico apontadas por Kucinski como essenciais da imprensa alternativa que circulou no período da ditadura militar: “o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam” (KUCINSKI, 1991, p. 5).

A ampliação do Movimento de Mulheres no Brasil a partir dos anos 1980 ocorreu paradoxalmente com o fim dos dois jornais pautados em tratar da questão da mulher e sua relação com o debate marxista, o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*. Moraes, por sua vez, argumenta que esse embate foi apenas aparente: o que surgiu a partir dos anos 1980 foi um movimento de mulheres pautado em um feminismo mais comercializável que partia do interesse de quem produzia, enquanto, segundo a autora, o *Nós Mulheres* estaria voltado “para a defesa exclusiva daquilo que considerávamos os interesses da(s) Outra(s): A Operária.” Além disso, “a história da imprensa feminista é parte indissociável da história do feminismo”. (MORAES, 1981, p 10 e 201)

2.2 *Nós Mulheres*: criação, protagonistas e histórias.

A construção de movimentos feministas a partir da década de 1970 no Cone Sul se deu em grande medida a partir dos acontecimentos políticos que emergiram em vários pontos do globo como apontado previamente. Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes, entre os anos 1960 e 1970 já ocorria uma reflexão e conscientização sobre as raízes da opressão feminina. A partir desses questionamentos, foi apontado o patriarcado como principal causa da opressão feminina. Assim, o *Nós Mulheres* é criado como ponto de inflexão entre a imprensa alternativa que circulava na época por se identificar e levantar as pautas feministas:

É o surgimento do *Nós Mulheres* - em junho de 1976, fruto da criação caótica de mais de vinte mulheres que, em sua maior parte, desconheciam a militância política organizada, pois estavam fazendo ali sua primeira experiência de intervenção social através da luta ideológica - que permite a conquista de um novo espaço ao privilegiar o tema mulher *tout court* e, principalmente, ao proclamar-se feminista [...]. (MORAES, 2017, p. 171)

No primeiro editorial do *Nós Mulheres*, o jornal responde essa questão “Somos oprimidas porque somos mulheres.” Pois, segundo Moraes, a maior dificuldade para a consolidação de um movimento de mulheres partia do não reconhecimento das próprias feministas como objeto de sua própria opressão. Assim, o editorial é de fundamental importância ao denunciar a “[...] dupla moral sexual e a repressão sexual”, se tornando a primeira publicação jornalística no Brasil a se declarar feminista e anticapitalista. (MORAES, 1990, p. 23)

O projeto de criação de uma publicação “feminista e anticapitalista” surgiu a partir de reuniões de mulheres de classe média, no porão de uma casa na rua Capote Valente em São Paulo- SP, que também era utilizado como sede para a revista *Versus* e demais publicações da imprensa alternativa da década de 1970. Segundo Kucinski (1991, p. 86) a imprensa alternativa é tida como “movimento de base jornalística, cuja reivindicação específica é a de praticar um determinado tipo de jornalismo possível apenas fora do mercado convencional”. Ou seja, entende-se que a distribuição do periódico era feita pela própria equipe. Foi publicado entre 1976 e 1978 e teve 8 edições lançadas de forma irregulares. Para coordenar a produção, Mariza Corrêa é convidada se tornar a jornalista responsável da primeira edição, já que as mulheres não tinham como formação principal o jornalismo (MORAES, 2018).

Vale ressaltar que grande parte da bibliografia acadêmica a respeito do *Nós Mulheres* advém de Moraes, que participou ativamente da construção e produção do periódico e nos anos seguintes produziu inúmeros trabalhos sobre temas como o feminismo e marxismo, dialogando frequentemente com sua experiência no *Nós Mulheres*.

A composição do corpo editorial mudou conforme as edições foram produzidas e publicadas. Porém, como conta Moraes em sua tese “Família e Feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres”, o conselho editorial mais estável se encontra na edição de número 7. A média de idade das integrantes era de 26 anos, sendo que a mais nova possuía 17 anos. Todas eram mulheres brancas com uma situação financeira estável e que não dependiam do lucro da venda do *Nós Mulheres* para a sua subsistência. Conforme o artigo de Moraes (2018, n.p.), que busca destacar os principais pontos da trajetória de vida de Mariza Corrêa, aponta não ser possível determinar um perfil

homogêneo em relação às feministas da época “pois incluíam tanto atrizes como Ruth Escobar, como professoras universitárias e estudantes, ou ainda sindicalistas, jornalistas, ativistas dos movimentos populares, entre outros segmentos.”:

Naquele momento, quatro das mulheres eram solteiras, duas morando fora do lar paterno; duas estavam separadas dos maridos, vivendo sós com os filhos; uma vivia uma relação estável sem coabitação e, finalmente, três encontravam-se casadas com o mesmo marido, duas eram realmente monogâmicas e uma terceira vivia a experiência do casamento aberto. Das dez, nenhuma tinha um emprego estável, coisa que se modificou bastante posteriormente, muito em função da nossa própria autoconscientização. A esmagadora maioria constituída por estudantes (de psicologia, de comunicação, de história) e sociólogas (metade das mulheres já eram sociólogas diplomadas) e uma jornalista profissional. Em termos socioeconômicos tínhamos as filhas das famílias ricas. As casadas de classe média e algumas profissionais da pequena burguesia. (MORAES, 1981, p.218 e 219)

O *Nós Mulheres* circulou no mesmo período de outra importante publicação relacionada ao tema “mulheres” da época: o periódico *Brasil Mulher*. Os dois grupos dialogavam constantemente, porém não concordaram em unir os dois jornais. Em seu livro “A experiência feminista dos anos setenta”, Moraes explica os motivos que partiu da coordenação do *Brasil Mulher*:

Na realidade, após a comemoração do 8 de março, o grupo *Nós Mulheres*, em plena preparação do seu primeiro número, reuniu-se para discutir se não valeria a pena propor uma unificação com o *Brasil Mulher*. Pois do momento que Joana Lopes assumia o feminismo como bandeira, o jornal ampliava-se para além dos limites impostos pela luta a favor da anistia. (...) A oposição ao projeto foi feita pela própria Joana Lopes, que muito sinceramente expôs suas dúvidas sobre a consciência de um “casamento” de dois grupos tão díspares. As responsáveis pelo *Brasil Mulher*, argumentou Joana Lopes, eram amigas, tinham atravessado juntas períodos muito duros; mulheres mais maduras de experiências muito distintas da maioria do *Nós Mulheres*. Elas já tinham o hábito de trabalharem juntas, eram jornalistas profissionais, com um projeto definido. Ademais, não passavam de quatro a cinco pessoas que ficariam meio perdidas na dinâmica anárquica da massa de mulheres que circulava pelo *Nós Mulheres*. (MORAES, 1990, p.27)

A estrutura do *Nós Mulheres* se dividia em: editorial, em que o posicionamento crítico do jornal era exposto, as colunas Daqui e Dali em que era feito um resumo sobre as lutas feministas em todo mundo e suas consequências para o movimento de direito das mulheres. Foto-Criação, uma fotonovela a respeito do tema central de cada edição. Retalhos, parte em que era publicado eventos e avisos de outras instituições, Bate-papo,

um debate entre mulheres e o quadrinho que tinha como personagem principal a passarinha Bia Sabiá, e a seção de cartas em que era possível o diálogo entre locutoras e interlocutoras. Essa estrutura varia conforme a publicação das outras edições, com alguns tópicos sendo excluídos do corpo do jornal e outros incluídos.

Imagem 4



17

Imagem 5



18

¹⁷ *Nós Mulheres*, n. 1, 1976, n.p. “Daqui-Dali”

¹⁸ *Nós Mulheres*, n. 2, 1976, n.p. “Foto-criação”

Imagem 6

BATE PAPO

Um salário para a dona de casa - medida defendida por alguns grupos feministas da Europa, e rejeitada por outros. Perguntamos a algumas donas de casa brasileiras o que elas achavam disso. A discussão segue.

C. - Eu não sei se seria bom, não. Porque a dona de casa não se desenvolve. Ela continuaria envolvida com esse trabalho doméstico, em lugar de abrir a mente para outros tipos de problemas. Se vão pagar um salário, então ela fica mais acomodada ainda, entendeu? Vai pensar: estão até me pagando por isso, então essa é minha vidinha mesmo, e vou continuar assim toda a vida.

L. - É, mas pode também ter aquele aspecto dela falar: bom, tô recebendo esse salário, então vou fazer só esse tanto de trabalho. Ou então começar a reivindicar um salário maior.

C. - Mas se você não está com uma visão mais ampla, não vai poder exigir uma coisa que você não sabe.

M. - Realmente, acho que não vai mudar a imagem que se faz da dona de casa, mas não acho que vai bitolar, não. Vai sair um pouquinho mais de dinheiro do patrão. Que vai melhorar a renda da família, vai.

C. - Mas e daí se vai entrar um pouquinho a mais? Sempre vai sobrar aquilo de ter pessoas que ganham menos e pessoas que ganham mais...

M. - Mas vamos supor uma família onde o marido ganha um ou dois salários, se ela também recebe, puxa, é melhor do que não receber nada!

C. - O trabalho não devia receber dinheiro. Deviam coletivizar, isso sim.

L. - Mas antes de ser coletivizado, você tem que fazer alguma coisa. Eu tô achando que é um passo muito grande coletivizar. Mas assim...

C. - Mas aí, se recebe salário, você se acomoda. Tranquilo.

M. - Mas ninguém sabe se acomoda. Em que lugar isso aconteceu? Onde estão pagando para as donas de casa e elas se acomodaram?

M. - Entende, eu também estava com essa idéia. Mas acho que sempre vai ter o problema de comparação, né. Porque o trabalho da casa, eles não vão valorizar como o trabalho do escritório. E vai haver comparação.

S. - Ela vai começar a sentir seu trabalho como profissão...

L. - Daí ela vai dizer: trabalho tudo isso pra ganhar essa miséria?...

M. - A maioria das mulheres brasileiras trabalha pra poder comer... Recêbem pouco, os filhos são doentes. Puxa, se recebe um salário a mais, se esse trabalho QUE ESTA SENDO FEITO passar a ser pago, ela tem oportunidade de receber um salário do patrão, ou do Estado (de qualquer modo vem de fora, né?)... E não é porque você não paga um salário para a dona de casa que ela vai ficar mais consciente de que deve trabalhar fora, de que deve participar da sociedade.

C. - Eu acho que o mais certo é a gente lutar por creche. Se você tem onde deixar os filhos na creche, a casa você faz em duas horas e dá uma escapada por aí pra ver o mundo.

M. - E a comida? E a roupa? E quem te paga? Porque, se você já trabalhou oito horas, vai agora trabalhar mais duas, de graça?

C. - Não, esse negócio de pagar... Mas uma creche onde você deixa os filhos já seria um grande passo, a partir da educação dos filhos. A mulher em casa, ela é muito egoísta com os filhos. O filho é meu, e ninguém dá palpite. Mas com creche seria diferente. E você ganha mais tempo para se dedicar a uma leitura, a sair, a ir em algum lugar.

S. - Quando a mulher sai para trabalhar fora, ela passa a conhecer mais o mundo. E bom trabalhar fora por isso.

C. - É. O fato de tomar uma condução, conversar com uma amiga, vai achar que não tá bem o salário... A mulher que trabalha fora tem mais chance de se desenvolver.

S. - E; e se ela ganhar um salário pelo trabalho de casa, o marido vai falar «olha, você vai ganhar um pouquinho, pra que vai sair pra ganhar mais?» E depois, precisa ver como essas mulheres vão pedir esse salário. Se brigarem por isso, muito bem, mas e as que não brigarem?

M. - Eu acho que desmistificaria o trabalho delas. E por exemplo, se num mês o salário atrasar, então ela já não faz o serviço.

L. - E depois tem as férias, o horário de trabalho, vai ter que pensar nisso tudo. Eu acho que vai dar o que pensar.

M. - E v. já imaginou? Metade da população são mulheres. Já pensou o tutu que o governo vai ter que gastar pra pagar a gente? Ela vai ter que despertar, antes disso, pra exigir esse salário.

S. - Mas então porque não aumentar o salário do marido?

M. - Você acha que seria a mesma coisa? É muito diferente se ela receber um salário pelo trabalho que ela faz em casa, ela vai se sentir mais valorizada e trabalhando, contribuindo de verdade, não sendo sustentada.

S. - Eu achava bom a gente ver o que a mulher brasileira está achando disso, o que ela quer, Fazer uma pesquisa nos bairros.

M. - Eu acho que não está na fase de fechar a coisa ainda. Acho que estamos na fase de levantar a questão. É boa a idéia dela, vamos sair perguntando qual o problema maior que a mulher sente agora.

retalhos

PRIMEIROS SOCORROS - (As crianças vivem se machucando)

Pequenos acidentes ocorrem todos os dias. Mas um pequeno corte pode infeccionar por não ser bem desinfetado e limpo. A infecção ocorre quando não foi feita a higiene e quando o corte não foi cuidado com rapidez. O perigo é deixar que o corte entre em contato com sujeira, terra, objetos enferrujados (como pregos, latas, arames ou mesmo por um simples



espinho). Nesses casos, recomenda-se lavar muito bem o ferimento com água e sabão, e em seguida colocar um desinfetante como água oxigenada. Após a lim-

SAÚDE DAS CRIANÇAS

A vitamina «D» é importante no crescimento e desenvolvimento das crianças. Combate o raquitismo (por ser rica em cálcio e fósforo) e ajuda o desenvolvimento dos dentes e da formação óssea. É indicada também para as mulheres no período de gravidez e lactação. É encontrada na gema de ovo, fígado, manteiga, creme de leite e no óleo de fígado de bacalhau. A luz solar é outra fonte de vitamina D (crianças pequenas devem tomar sol pela manhã - até as 10:00 horas ou no fim da tarde).

MEDICINA CASEIRA

A arnica alivia rapidamente a dor. Usada externamente, pode resolver casos de cortes, contusões e até de reumatismos, em aplicações locais.

Eucalipto

Para combater as doenças pulmonares como asma e bronquite, e eliminar o catarro característico dessas doenças, faça um chá com folhas de eucalipto. Mas esse chá não deve ser tomado e sim inalado, isto é, a pessoa deve aspirar o



CÂNCER MATA MAIS NO BRASIL

Você sabia que o câncer dos órgãos genitais femininos e das mamas mata mais no Brasil do que em qualquer outro lugar do mundo?

Isso só acontece porque o sistema de prevenção do câncer ginecológico não está sendo devidamente usado. Existem postos de atendimento gratuito espalhados pelos Brasil inteiro, com aparelhagem para prever com até 15 anos de antecedência, se a mulher está sujeita a contrair a doença. Se você já tem 30 anos ou mais, procure os postos de atendimento gratuito: Rio de Janeiro - Instituto Nacio-

Minas Gerais - Liga Maranhense de Combate ao Câncer - Hospital Borges da Costa, av. Alfredo Baleina - Belo Horizonte

Rio Grande do Sul - Associação Rio-Grandense-Hospital Santa Rita, r. Prof. Sarmento Leite, 187 - Porto Alegre

Pernambuco - Sociedade Pernambucana, av. Cruz Cabugá, 1597 - Recife

São Paulo - Hospital das Clínicas - r. Dr. Enéas de Carvalho, 255 Instituto São Camilo de Prevenção do Câncer ginecológico-Av. Pompéia, 1178



O primeiro editorial do jornal se destaca entre os jornais da época ao expressar de um lado a opressão feminina ao afirmar “somos oprimidas porque somos mulheres” e marca ao ser a primeira publicação brasileira que se afirmava como um jornal feminista. O conteúdo do *Nós Mulheres* buscava apresentar “um tom de intimidade entre as mulheres, inédito até então na história da imprensa feminina, o que aproximava as jornalistas das mulheres dos estratos sociais subalternos”. (LIMA, 2021, p. 45). Desta maneira, a presença comum nos atos comemorativos não conseguia impedir um certo medo, em se comprometer com os objetivos feministas por parte dos grupos ditos “feminismos”, sempre preocupados em dar demonstrações de idoneidade política as demais forças que compunham a oposição democrática neste período. (MORAES, 1981, p. 214)

Segundo Moraes, havia um comprometimento com a dialética materialista, partindo da influência marxista e utilizando os conceitos de categorias-chave como trabalho, da forma como explicadas na obra “O Capital²⁰” de Karl Marx: “a diferença estabelecida por Marx, entre trabalho produtivo e trabalho necessário no capitalismo”. Ainda na linha marxista, segundo a autora, utilizavam da ideia sobre a socialização do trabalho doméstico, prevista na obra de Engels “A Origem da família, da propriedade Privada e do Estado”, aproximando a luta feminista e a luta pela revolução socialista, “a luta de todos, homens e mulheres, por sua emancipação”. (MORAES, 1981, p. 214)

O editorial apresenta, também, formulações teóricas e bandeiras que se tornaram posteriormente nas principais formulações e bandeiras de todo o movimento de mulheres. Assim, notemos que ele toca na questão dos papéis sexuais e da redução, “naturalista”, da mulher as funções (sociais) de mãe e esposa. Enfatiza sua importância para a reprodução da família; seu caráter necessário. Levanta a bandeira da luta “por trabalho igual, salário igual” e pela socialização do trabalho doméstico. Defende, com argumentos que hoje

¹⁹ *Nós Mulheres*, n. 2, 1976, n.p “Bate-papo; Retalhos”

²⁰ Entendo como trabalho o conceito de Marx, segundo o autor: [...] O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] (MARX, 1983, p. 149). O resultado do trabalho corresponde as condições materiais de existência e a reprodução da sociedade. (NETTO E BRAZ, 2021)

seguramente já não seriam os nossos, a igualdade entre os dois sexos, chegando mesmo a sugerir (esta sugestão, hoje, é colocada simultaneamente com a da socialização do trabalho doméstico, quando não a antecede, isto é, trata-se de dividir o trabalho doméstico desde agora em casa, sem esperar o socialismo) a divisão da responsabilidade doméstica entre o casal.” (MORAES, 1981, p. 214)

Segundo a interpretação de Moraes sobre o editorial, as questões levantadas no processo de produção do jornal e posteriormente publicadas são incorporadas posteriormente no movimento de mulheres após o fim da ditadura. Porém, resgatando a crítica anterior de Moraes em relação à burocratização do feminismo, entende-se que a fundamentação teórica de cunho marxista tão presente do jornal hoje não é tão presente nos movimentos de mulheres.

É possível considerar que o momento crucial de construção do primeiro editorial, talvez aquele mais importante na história do periódico, pois é onde as criadoras puderam deixar claro seus ideais e objetivos em relação a um projeto tão ambicioso. Moraes, em suas análises posteriores, procurou destacar que, apesar de ter sido um trabalho coletivo, teriam tido grande importância as militantes que passaram pela experiência do exílio e tiveram um contato com outros movimentos de mulheres através do estudo de autoras clássicas da literatura moderna feminista: “Juliet Mitchell, Simone de Beauvoir, Engels, Wally Secombe constituíam leitura obrigatória do “Grupo de brasileiras no Exterior” uma das matrizes mais importantes dos atuais grupos feministas”. Moraes apresenta como um dos editoriais do *Brasil Mulher* - outro periódico relevante do período, porém que não se denominava como “feminista”, utilizava termos que indicam justamente o processo de conscientização das militantes e o resultado de suas leituras na luta contra o sexismo: “nosso instrumento de conscientização e luta” (MORAES, 1981, p.214)

O jornal foi produzido em um ambiente simples, onde as próprias militantes realizavam o processo desde o planejamento da edição até o fechamento. Todo o processo era realizado artesanalmente e muitas vezes se acumulavam funções de trabalho. Uma das vantagens do *Nós Mulheres* em comparação a outros periódicos da Imprensa Alternativa é que aparentemente este não foi afetado pela censura. Por essa razão, foi utilizado também como canal de publicação de matérias de outros jornais alternativos, como *O Movimento*, para a publicação de reportagens que haviam sido censuradas. Em relação à venda do material e aos custos, as participantes não recebiam

nenhum tipo de lucro da venda, muito menos salário, assim, a situação financeira do *Nós Mulheres* estava sempre em dívida. Os custos da produção e publicação eram em parte pagos por doações de colaboradoras, sendo algumas delas Ruth Escobar no primeiro número e a cantora Elis Regina, além de outras pessoas que colaboraram de forma anônima. Na perspectiva de Moraes, essas condições teriam possibilitado que o *Nós Mulheres* se transformasse no “órgão mais independente do jornalismo brasileiro”. (MORAES, 1981, p. 216)

A tensão entre grupos de base - “associações de caráter apolítico, reunindo mulheres em torno de sua condição de mãe e/ ou de dona-de-casa, sob explícita influência da Igreja” - e os grupos “feministas”, considerados de um ponto de vista ideológico e político como sendo mais radicais, ocorria de forma implícita. Havia preconceitos e críticas partindo dos dois grupos, o que acabava por afetar a prática política e ações. Porém, isso não impediu da colaboração dessas duas frentes em atos e eventos colaborativos. Como demonstra o convite que aparece no *Nós Mulheres*, na edição de número 4 de março-abril de 1977 para o Ato de 8 de março:

8 de março em São Paulo

Será realizado na Pensa, às 14 horas, rua Santo Afonso, no salão do Santuário da Penha, um encontro organizado pela coordenação da promoção humana da região Leste-2.

Serão feitos depoimentos de mulheres de diferentes profissões, além da apresentação dos grupos feministas de São Paulo.

Haverá uma reunião organizada pelos seguintes grupos: Jornal *Brasil Mulher*, Centro de Desenvolvimento da Mulher (São Paulo), Clubes de Mães da Zona Sul e Leste, Movimento Feminino pela Anistia e Jornal *Nós Mulheres*.

Serão também apresentados depoimentos de mulheres trabalhadoras, dos grupos femininos, havendo, após, abertura para debates com plateia. (*Nós Mulheres*, n. 4, 1978, n.p.)

A articulação presente nas páginas do jornal expressa o esforço na construção de uma unidade (ou pelo menos uma aproximação) de luta entre os grupos da cidade de São Paulo e a uma vontade de discutir a situação da mulher entre grupos apolíticos e políticos. Apesar de não se denominarem feministas, os grupos de bases, entre eles as associações de bairros e clubes de mães, defendiam pautas que correspondiam ou podiam ser aproximados da luta feminista. bell hooks (2000), ao apontar a questão do viés antifeminista, entende que o fato de vivermos em uma sociedade primeiramente cristã,

permite a persistência da ideia de que a mulher deve ser submissa ao homem da casa, apesar do ingresso de muitas mulheres como força de trabalho. Permite também a persistência do sentimento de que o movimento feminista é um movimento anti-homem e não antissexismo. Essas questões, na análise que Moraes estava produzindo ainda no início da década de 80, eram apresentadas pela autora como ainda estando presentes no consciente de muitas mulheres envolvidas em pautas feministas:

Na verdade, uma das maiores barreiras que os grupos feministas encontraram para desenvolver novas alternativas de participação política residiu exatamente na dificuldade das feministas em se assumirem como sujeito de opressão, ao invés de só falarem em nome das operárias e trabalhadoras de modo geral. Enfim, cheias de preconceitos contra os “grupos de reflexão” - que nos pareciam uma espécie de réplica do difamado chá das cindo das ricas ociosas — demoramos muito para reconhecer a nossa reflexão feita na prática. As longas conversas após o expediente regular, quando falávamos de nossa vida pessoal, de nossas frustrações e medos, não passavam de formas espontâneas de reflexão. Mas por usarmos as “outras” como álibi, isto é, falarmos do aborto delas; dos anticoncepcionais delas (as operárias, as mulheres de periferia, etc.) terminávamos por esquecer que vivíamos os mesmos problemas e que poderíamos ser personagens de matéria sobre os nossos abortos, anticoncepcionais, etc. Não eram só as outras que tinham problemas sexuais, que dependiam financeiramente dos pais, maridos e etc. (MORAES, 1981, p. 221)

Importante destacar que a fala de Moraes ocorre nos anos de 1980, pouco tempo após o fim do jornal. Outra questão importante é a consciência de que há uma questão de classe entre as produtoras e as operárias que eram o tema do jornal, questão que gerava um desconforto nas próprias produtoras em refletir sobre suas próprias vidas e opressões que viviam, já que como aponta Moraes (1981, p. 221), eram “cheias de preconceito contra os grupos de reflexão”. Assim, utilizavam da figura da operária para discutir sobre os assuntos mais pertinentes, publicando sobre as experiências de mulheres de classes sociais mais baixas. A partir dessa constatação, é importante analisar como a equipe do jornal realizava o processo de autorreflexão a partir da escrita a história de outras mulheres. Um Editorial importante que aborda a política como questão essencial para a liberalização da mulher é o de número 6 de agosto de 1977:

É comum ouvirmos hoje em dia, das mais variadas pessoas e inclusive, de mulheres verdadeiramente democratas as seguintes frases: “o feminismo não é uma luta para países subdesenvolvidos como o nosso” ou ‘A luta pela emancipação feminina é importante, mas a luta pela emancipação dos trabalhadores é muito mais importante. A tendência de todas nós, mulheres

feministas, é a de responder a esta pergunta de uma maneira defensiva: Nós não separamos a luta pela emancipação feminina da luta mais ampla pela emancipação do ser humano em geral. Defensiva porque, ao dizermos isto, apenas estamos querendo mostrar que não somos contra os homens, que não somos contra isto e aquilo. Ou seja, dizemos o que não somos e o que não pensamos, mas não definimos claramente o que entendemos por emancipação feminina, por emancipação do ser humano e a ligação que existe entre essas duas coisas.

A grande aspiração da maioria do povo brasileiro, hoje em dia é viver numa sociedade em que todos tenham suas necessidades básicas bem atendidas. Ou seja, onde todos tenham o que comer, onde dormir, o que vestir, possam estudar, trabalhar, cuidar da sua saúde, se divertir, pensar, falar, agir, e se organizar livremente. Essa aspiração, nada mais é do que a vontade de viver numa sociedade democrática e onde haja uma justa distribuição da renda. É lógico que essa maravilha não vai cair do céu e que vai precisar de muita luta para que essa sociedade seja conquistada.

Assim, lutar para que a mulher contribua ativamente, junto com o homem, para as transformações da sociedade e também lutar pela emancipação feminina. A luta pela emancipação feminina é, portanto, parte integrante da luta por uma sociedade mais justa e democrática.

O fato é que a luta feminista não é só isso, ela vai além disso. A mulher sofre também uma opressão específica pelo simples fato de ser mulher. Ela tem mais dificuldade de arrumar emprego, principalmente se for casada e tiver filhos, ela é despedida do emprego se casar ou ficar grávida, ela ganha menos que o homem pelo mesmo trabalho, ela cumpre, quando trabalha fora, uma dupla jornada de trabalho, ela se responsabiliza sozinha pelo trabalho doméstico e pela educação dos filhos (tarefa que deveria ser em muitos aspectos assumida pelo estado, e, em outros assumido, pelo casal) ela sofre constantes ataques sexuais, seja em casa, na rua ou no trabalho.

Enfim, a mulher, não é tratada como um ser igual ao homem. São muitos que acham que a mulher é e deve ser tratada como um ser igual ao homem. Mas são somente as mulheres, porque isto as toca diretamente, organizadas e lutando por suas reivindicações específicas, que terão a força necessária para mudar essa situação. Mas, nos dizem - será que todos esses problemas específicos da mulher não serão resolvidos numa sociedade em que haja uma melhor distribuição de renda e uma maior participação política? -

Sabemos que é somente numa sociedade que garanta a toda a população boa condições de existência, de trabalho, de estudo e liberdade e independência para se organizar política e sindicalmente, que estarão dadas as condições para se alcançar a emancipação feminina. Nesse sentido, pode-se dizer também que a luta por esse tipo de sociedade é parte integrante da luta pela emancipação feminina.

Ou seja, a democracia brasileira, entendida dessa forma precisa da mulher assim como a mulher precisa da democracia. Mas se esse tipo de sociedade é uma condição necessária para a emancipação feminina, essa condição não é suficiente. A história mostra que mesmo nas sociedades que já conseguiram alcançar um maior grau de igualdade e democracia, a mulher continuou a sofrer uma opressão específica. Enquanto a mulher não atingir a plena igualdade de direito e deveres, é necessário, portanto, que exista uma luta organizada e independente de mulheres.

O feminismo, entendido dessa forma, serve não somente aos países subdesenvolvidos, mas a qualquer país onde ainda existam homens e mulheres oprimidos. (*Nós Mulheres*, editorial, n. 6, 1977, n.p.)

O que Moraes aponta em sua escrita é essencial para se entender a construção das produtoras do jornal enquanto feministas em um sentido profundamente articulado com a então luta pela redemocratização. O editorial indica a presença desse caminho de reconhecimento dessas mulheres como sujeitos de opressão. A experiência vivida por essas mulheres no exílio e a possibilidade que encontraram de falar de seus traumas e vida pessoal as ajudou a entender a necessidade do processo de reflexão para a aprendizagem política e assim de fato utilizar dessa bagagem emocional para a construção de um ato político concreto como o *Nós Mulheres*. Não apenas utilizar das histórias das “outras” mulheres, usando-as apenas como objeto de uma narrativa, mas se envolvendo afetivamente com as questões políticas que perpassam o seu gênero:

E um dia, após tanta resistência em fazermos uma matéria sobre aborto — pois havia a pressão da Igreja, o risco de romper uma aliança importante num período de recém começada abertura — e argumentos no gênero, a explosão sucedeu. Alguém argumentou que já não aguentava mais ficar ouvindo que nossas reivindicações não eram importantes e, então, ficar imaginando que as mulheres pobres (as católicas, inclusive) não fazem abortos. Vamos enfrentar o fato de que a maioria entre nós já fez ao menos um aborto, transformando a questão em algo realmente significativo. E, assim, fizemos também um aprendizado (anônimo) de como as questões reais terminam se impondo na prática e da importância em saber enfrentá-las. (MORAES, 1981, p. 221)

Do ponto de vista de Moraes, quando ela se refere a essa questão em seus escritos da década de 1980, o *Nós Mulheres* teria caído na armadilha de fazer uma “imprensa para elas”, utilizando o que chama de “didatismo preconceituoso”, com uma linguagem específica, separando a produtora/leitora ou a agente-sujeito, para “satisfazer ao desejo do outro, [...] vale dizer, no seu nível de compreensão” (1981, p. 221).

Levantar a bandeira da operária como leitora principal ou como público-alvo foi a espinha dorsal do jornal. A partir dela, o jornal tentava discutir as demandas das operárias, principalmente dos problemas econômicos e do mundo do trabalho. Para a avaliação posterior de Moraes, entretanto, as realizadoras do jornal, ao não se dar conta “que a leitora

estava justamente querendo falar de sua vida sexo-afetiva; enfim, cometia-se o típico equívoco doutrinário”:

Em outras palavras, nenhuma bandeira específica era levantada, pois, as reivindicações que fazíamos ou apareciam na forma de denúncia (falta creche! pois, nunca se discutiu “que tipo de creche”) ou diziam respeito a condições gerais de vida (terra a quem trabalha; combate à alta do custo de vida, etc.) ou, então eram completamente doutrinárias (socialização do trabalho doméstico). Nenhuma luta específica — assistência médica/ aborto/ contra a violência sexual/ pelo descobrimento da menina Ana Lúcia — era proposta, mas, em compensação, introduzimos a questão da “autonomia do movimento de mulheres” exatamente como estava sendo discutida na França e na Itália. (MORAES, 1981, p. 222)

Segundo Athayde (2010), a dinâmica entre as que escreviam o jornal e as que eram objeto da escrita estava dada: “A hierarquia se estabeleceu: as outras eram operárias, as que deveriam ser libertadas do jugo da opressão.” (p. 24). No entremeio das relações de classe e raça, há a percepção muito forte da diferença entre as mulheres que “já foram libertadas” e as que precisavam ser libertadas”. Da mesma forma, Moraes desenvolveu parece ter desenvolvido um posicionamento crítico posterior a essa perspectiva hierárquica e doutrinária que observou na produção do periódico.

No próximo capítulo, discutirei de forma mais detida o conteúdo relacionado às mulheres operárias nas páginas do *Nós Mulheres*. Antes disso, entretanto, concluímos essa apresentação das principais características do jornal procurando situar ainda a questão da censura no contexto da Ditadura Militar.

2.3 A censura sobre a Imprensa Alternativa

A partir das buscas realizadas no banco de dados do Projeto Memórias Reveladas e do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), em relação à censura praticada no período, não foram encontrados indícios de que o jornal teve alguma matéria censurada pelos órgãos de vigilância da ditadura. Em entrevista ao documentário “Resistir é Preciso”

da TV Brasil²¹, Moraes afirma que o jornal não passou por situações de censura, mas que era comum que outros jornais da imprensa alternativa que tinham matérias censuradas publicassem essas matérias no *Nós Mulheres*. Ainda segundo Moraes, o *Nós mulheres* era motivo de preocupação, classificado como Jornal da Imprensa Nanica e com matérias subversivas contra a ordem e o governo, era monitorado frequentemente, porém não há registros de que tenha tido matérias censuradas.

O controle e censura das informações do jornal e de seus integrantes era feito pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) criado durante a Ditadura Militar em coerência com a Doutrina de Segurança Nacional²², com o objetivo principal de identificar ações ou ideias subversivas que estariam contra a ditadura ou indicassem algum risco a ordem e a segurança nacional. Além disso, procuravam mapear grupos e membros de interesse. Criado a partir da Lei 4.341/64, o SNI foi responsável pela elaboração de centenas de documentos que serviam como justificativa para o funcionamento dos aparelhos repressivos. Assim, houve um aprofundamento não só da repressão, mas “também de uma espionagem e vasculhamento da vida privada de milhares de cidadãos, em nome da segurança nacional e do bem da nação.” (SAMWAYS, 2014, p. 31)

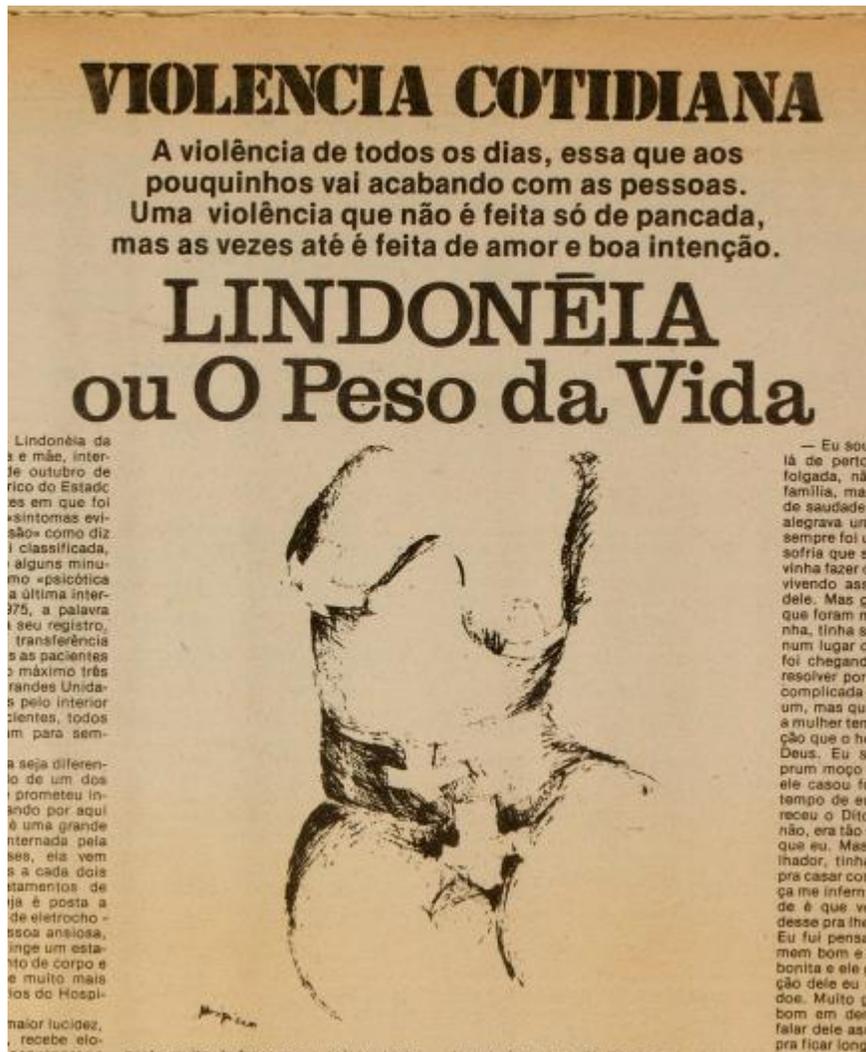
De acordo com documento localizado no Arquivo Nacional, identificado como *Informação Nº 0640/19/AC/78 I* do dia 18 de agosto de 1978 com o assunto “IMPrensa ‘NANICA’ OU ‘ALTERNATIVA’ - MEDIDAS DE CONTROLE, BUROCRÁTICAS E ADMINISTRATIVAS”, o objetivo do documento era fiscalizar o financiamento dos jornais, já que esses. Este documento cita o *Nós Mulheres* entre as publicações consideradas não tendo vendagem relevante o suficiente para ser considerado uma ameaça emergente, mas o suficiente para que o vigiassem. Assim, foram realizadas diversas auditorias contábeis para encontrar alguma ilegalidade que pudesse ser utilizada como motivo para o fechamento. Consta no documento que os jornais apontados possuíam uma linha de atuação “perniciosa”.

²¹ “Resistir é Preciso”. Direção: Ricardo Carvalho. Produção: Pablo Torrecillas e Rodrigo Castellar. Brasília Tv Brasil. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5oy6oMnW7DI> Acesso em: 18 de Agosto de 2022..

²² A ideologia de Segurança Nacional foi importada dos Estados Unidos a partir do contexto da Guerra Fria para cooptar as forças armadas sul-americanas e centro-americanas. Assim, diante de um conflito militar global entre ocidente e bloco soviético, a defesa do hemisfério seria de responsabilidade estadunidense. A partir da expansão das Ditaduras Militares na América Latina e a Revolução Cubana, a Doutrina de Segurança Nacional perpassa as demais esferas da vida social. (MIGUEL, 2002)

Como mencionado acima, o *Nós Mulheres* parece não ter sido diretamente afetado pela censura que ocorria em outros meios de imprensa. O jornal em algumas ocasiões foi utilizado por outros periódicos para publicações de artigos e matérias que tinha sido vetado pelos órgãos de controle. Um exemplo é a matéria de Maria Rita Kehl “*Lindoneia ou o Peso da Vida*” que originalmente foi escrita para o jornal *Movimento*²³, mas foi publicada no número 1 do *Nós Mulheres*.

Imagem 7



²³ O jornal alternativo *Movimento* (1975 -1981) de publicação semanal foi o primeiro “a expressar com clareza em seu programa, defendendo as liberdades democráticas, a independência nacional e a elevação do padrão de vida dos trabalhadores”. (SOUZA, 2014)

²⁴ *Nós Mulheres*, n. 1, 1976, n.p. “Lindoneia ou O Peso da vida”

A matéria conta a história de Lindonéia da Silva, de 28 anos, dona de casa, mãe que estava em sua terceira internação em um Hospital Psiquiátrico do Estado em São Paulo diagnosticada como psicótica maníaco-depressiva. Lindonéia na realidade estava em um casamento infeliz, não amava o seu marido e se sentia culpada por isso: *“Mulher que casa e não atrai o marido é que tem toda culpa. Mulher tem que amar o homem que casou na igreja com ela?”*. Segundo Moraes (2017), a matéria que contava a história de Lindonéia tinha como objetivo preencher um espaço do jornal que seria dedicado a retratar as violências cotidianas sofrida pelas mulheres, porém esse espaço não existe mais nos outros números do periódico. Através da “loucura”, Lindonéia buscava uma fuga da situação que vivia, e exprimia “um ponto nevrálgico da opressão feminina”, a dificuldade da mulher em se reconhecer como sujeito ao direito do desejo. Para Lindonéia, não havia saída para sua situação, pois não seria permitido pensar em outras possibilidades, o que terminava por gerar dor e sofrimento.

Ao final da página, há um manifesto do Grupo Nós Mulheres com o Movimento Feminino pela Anistia e a Sociedade Brasil Mulher contra a censura que afetou o jornal *Movimento*:

Nós, mulheres preocupadas com a situação da mulher na sociedade brasileira, interessadas em discuti-la amplamente e em agir no sentido de modificá-la, vimos através desta manifestar nosso repúdio à violenta censura exercida sobre a Edição Especial que o jornal '**Movimento**' pretendia lançar em seu número 45, sobre um tema único: 'O Trabalho da Mulher no Brasil' e reivindicar a liberação na íntegra, do material censurado.

A preparação dessa edição envolveu esforços de dezenas de pessoas em todo o país - jornalistas, grupos de estudo, movimentos feministas e femininos, e a população feminina em geral, através de seus depoimentos. Grupos de pessoas se debruçaram sobre as estatísticas do IBGE, em busca de um quadro exato sobre o trabalho feminino nos diversos setores de atividades: enquanto repórteres percorriam o país em busca do retrato das condições de vida das trabalhadoras - desde as professoras no interior de Minas Gerais, até as varredoras de rua em Salvador, passando pelas 'boias-frias', pelas secretárias, pelas empregadas domésticas, trabalhadoras na indústria e muitas outras.

A matéria final - que resultou em 305 laudas mostrava alguns pontos essenciais: a dupla jornada de trabalho da mulher (dentro e fora de casa); a função econômica de seu trabalho doméstico, sua condição de força industrial de reserva remunerado em épocas de crise; as diversas discriminações e barreiras à sua integração na sociedade, através do trabalho remunerado produtivo; sua chamada ao mercado de trabalho para funções subalternas abandonadas pelos homens em função do baixo salário; a remuneração inferior ao homem pelo mesmo trabalho; a

falta de infraestrutura social que lhe possibilite melhores condições para o exercício da sua função (creches, restaurantes populares, etc.) e sua mobilização incipiente visando modificar sua situação concreta.

No entanto, o amplo acesso a essas informações nos foi violentamente negado. A redação do jornal 'Movimento' nos informou que, de 305 laudas de texto enviadas ao Departamento de Polícia Federal para censura prévia, 287 laudas foram vetadas. Das 69 fotos enviadas, 58 foram vetadas. De 13 desenhos e vinhetas, foram vetados, de 12 tabelas com estatísticas do IBGE sobre o trabalho feminino, 10 foram vetadas.

Neste ponto, é necessário ressaltar que a censura específica com relação ao tema 'Mulher' vem se manifestando também em outros setores, tais como: livros de Rose Marie Muraro, peças de teatro e até mesmo pesquisas sobre a situação da mulher brasileira que constam na Bibliografia realizada pela Fundação Carlos Chagas, e vetada nesta edição do jornal 'Movimento'.

Desta forma, consideramos absurdo o fato de a mulher poder viver esta situação e não poder ser informada a respeito dela. Ficamos, portanto, impossibilitadas de ter uma perspectiva abrangente e não apenas individual, de nossa realidade, sendo-nos também negada a tentativa de mudança da atual situação. Mudança esta que o próprio governo brasileiro reconheceu necessária e endossou, ao assinar - em julho de 1975, no México - o 'Plano de Ação Mundial', proposto pela ONU, que projeta o Ano Internacional da Mulher por uma década. Este plano consiste no equacionamento de todos os problemas da mulher do mundo, visando uma estratégia global para que os objetivos de desenvolvimento, igualdade e paz, fossem atingidos. Para tanto, é evidente a necessidade de discussão aberta, e o acesso, à informação e à cultura como direito de todos, conforme tese do iminente jurista doutor Pontes de Miranda, apresentada na Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, em agosto de 1974.

Em face do exposto, e respaldadas em nosso direito de cidadãs, protestamos veementemente contra o cerceamento de informação no país, reivindicamos ampla liberdade de expressão e a total liberação do material censurado em 6 de maio de 1976.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA
SOCIEDADE BRASIL MULHER
GRUPO NÓS MULHERES
(*Nós Mulheres*, n. 1, 1976, n.p.)

A censura sofrida pelo jornal *Movimento* aponta como os temas relacionados ao trabalho feminino eram percebidos enquanto temas subversivos. A nota destaca que o governo brasileiro ao assinar o Plano de Ação Mundial que tinha como objetivo a promoção dos direitos das mulheres no cenário mundial se contradiz ao censurar uma reportagem que traz dados importantes para análise da situação da mulher brasileira no mercado de trabalho. O acesso à informação é um ponto crítico na construção de um país democrático, a censura sofrida pelo *Movimento* gera um movimento dos grupos que assinam a nota - Movimento Feminino pela Anistia, Sociedade Brasil Mulher e Grupo Nós Mulher - que do

ponto de vista ideológico tinha suas divergências, mas entende que a construção coletiva em torno da luta pela livre imprensa ultrapassa essas barreiras.

A partir do exposto, observa-se como os jornais da chamada imprensa alternativa e grupos se articulavam para garantir que as informações relevantes chegassem de alguma forma ao leitor. Mesmo com públicos diferentes ou com objetivos editoriais diversos, essa troca registrada no *Nós Mulheres* indica que havia um canal aberto de comunicação entre os periódicos alternativos usado como tática central para burlar a censura militar. O jornal mantinha declaradamente sua posição de oposição a ditadura militar conforme a fala abaixo:

“Que as coisas fiquem claras: mantemos a firme convicção de que existe um espaço para a imprensa feminista que denuncia a opressão da mulher brasileira e luta por uma sociedade livre e democrática” (*Nós Mulheres*, n. 7, 1978, n.p.)

Portanto, apesar de o jornal se apresentar primeiramente como um jornal feminista e anticapitalista, nota-se a interação com outros veículos de imprensa e organizações que tinham até posições políticas divergentes do Grupo Nós Mulheres. Porém, quando se tratava da questão da luta pela democracia e contra a censura, esses atores dialogam buscando estratégias de transmitir ao leitor suas informações. A defesa da anistia dos exilados políticos, da livre imprensa e outros temas relacionados ao contexto político da época, indica que o jornal vai além do seu perfil feminista e anticapitalista.

3 NÓS TRABALHADORAS: marxismo, operárias e trabalho doméstico como pauta do *Nós Mulheres*

Com a efervescência política da ditadura, durante os anos de 1970 o sistema industrial brasileiro passava por uma mudança significativa. O “milagre econômico”, compreendido por ser um modelo de “industrialização acelerada com superexploração da classe operária” traz como uma das principais consequências o crescimento exponencial das populações urbanas. É nesse contexto que acontece uma grande migração da área rural e da região nordeste para o sudeste, principalmente São Paulo e demais polos industriais como a região do ABC Paulista.²⁵ Segundo Gonçalves (2009) até 1960 cerca de 70% da população brasileira estava localizada na zona rural, a partir de 1970 até hoje mais de 80% da população brasileira está nas cidades. A inflação populacional nas cidades, que não possuíam infraestrutura para lidar com o número populacional, se tornou um problema devido à urbanização precária, grande parte dos brasileiros tiveram que se estabelecer em moradia precárias e favelas dos grandes centros urbanos e metrópoles.

O grande “milagre” caiu por terra, e a economia brasileira caiu fortemente com o aumento exponencial da dívida externa, a alta taxa de desemprego e uma inflação que subia diariamente. Para as mulheres, a crise econômica gerada pela política fiscal da ditadura precarizou mais ainda sua situação no mercado de trabalho. De acordo com Gonçalves (2009, p.101):

Elas se concentraram em guetos ocupacionais como o comércio, as instituições bancárias, os serviços (estes compreendendo sobretudo as empregadas domésticas) ..., mas também, e principalmente, no setor informal que desde então não parou de se ampliar. Além disso, se consolidaram as chamadas “especificidades” do trabalho feminismo: desigualdade de salários, má qualificação, maior desemprego.

A partir dessa conjuntura iniciamos o último capítulo deste trabalho, analisando a partir do *Nós Mulheres*, como as trabalhadoras, principalmente as do setor operário,

²⁵ A região do ABC Paulista corresponde a região metropolitana de São Paulo, e tem como principais cidades Santo André, São Bernardo e São Caetano e possuem um tradicional complexo industrial. Foi instalada na década de 1930 e passou por uma grande expansão a partir dos anos 1950. É no ABC Paulista que surgem os grandes movimentos de greve nacional do final de 1970 que se constituíram posteriormente na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e na Central Única dos Trabalhadores (CUT).

conviviam com a superexploração da mão-de-obra, e outros agravantes como o racismo sofrido pelas trabalhadoras negras em seus postos de trabalho e o acúmulo de trabalho a partir da dupla jornada com o trabalho doméstico.

Ao escrever sobre a vida das operárias nas fábricas, o *Nós Mulheres* se destaca na quantidade e qualidade do material produzido. Uma característica importante é de que grande parte do material são testemunhos diretos de trabalhadoras e operárias. O objetivo deste capítulo é explorar e discutir a ênfase nas mulheres trabalhadoras a partir do conteúdo do *Nós Mulheres*. Segundo Rago (2011), até recentemente havia poucos documentos escritos legitimamente por trabalhadoras. Grande parte se resumia a peças escritas por militantes políticas e entrevistas orais, técnica utilizada mais recentemente “que permitem entrever de que maneira elas representavam a si próprias e o mundo do trabalho”. A maioria das fontes foi produzida por autoridades públicas e militantes de diversas partes ideológicas, principalmente anarquistas, socialistas e mais tarde comunistas, com o objetivo principal em “organizar e conscientizar politicamente o proletariado”. A autora aponta que por conta dessa distância com as mulheres reais, estamos mais próximos da “construção masculina da identidade das trabalhadoras do que com sua própria percepção de sua condição social [...] sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política, nem contorno pessoal”. (RAGO, 2011, p. 579). Portanto, é preciso ressaltar que o *Nós Mulheres* não foi um jornal produzido diretamente pelas trabalhadoras operárias, mas a partir da leitura de feministas que estudavam o tema a partir de diferentes referências teóricas, entre elas autoras como Beauvoir, que discutia um feminismo em contexto europeu. Assim, analisar e expor as especificidades das condições sociais das operárias brasileiras se tornou um trabalho simultaneamente de reflexão sobre os seus privilégios quanto de formação feminista sobre a realidade brasileira. Esse processo possibilitou as escolhas editoriais, a seleção e organização dos temas que foram abordados.

No entendimento do movimento socialista, ao se pensar no trabalho doméstico e no cuidado, ocorreram diferentes períodos e entendimentos sobre o tema. Durante o século XX, permanecia nas organizações operárias e no discurso anticapitalista a ideia de que a mulher deveria permanecer na esfera privada, ou seja, em lugar natural, cumprindo o papel

de mãe, cuidadora e dona de casa. Segundo Andrade (2015), havia entre as organizações sindicais e partidárias o temor pela substituição da mão de obra adulta masculina pela feminina e infantil, o que teria como consequência a redução dos salários, “ocasionado não só pela introdução de novas reservas de trabalhadores cujo trabalho é depreciado, como pela equiparação do valor da força de trabalho ao tempo de trabalho necessário para a manutenção e reprodução do trabalhador individual, e não de sua família”. (ANDRADE, 2011, p. 265)

No editorial do número 2 do *Nós Mulheres* aponta-se a relação entre o trabalho doméstico, a inflação dos alimentos, custo de vida e a responsabilidade pela reprodução social da classe trabalhadora:

Trabalhando fora de casa ou não, são as mulheres as responsáveis pelo trabalho doméstico e, naturalmente, quem maior contato cotidiano tem com essa situação. Executando este trabalho, elas **garantem parte da existência dos trabalhadores e de sua geração futura**. Assim, custo de vida e trabalho doméstico são problemas interligados e é por isso que donas de casa nos falam também de suas reivindicações, de sua função e da importância social desse papel. (*Nós Mulheres*, n. 2, 1976, n.p., **grifo próprio**)

Imagem 8



26

Analisando autores socialistas entre o século XIX e XX, como Proudhon e Michelet, o discurso construído perpassa o mesmo argumento biológico que alguns seguem até hoje, de que a menstruação e as gestações dificultariam o trabalho da mulher nas fábricas. Buscando argumentos supostamente científicos argumentos que justificam a inferioridade biológica e intelectual, ou seja, a sua anatomia e biologia seriam os responsáveis de enquadrá-las em seus determinados papéis:

Como 'eternas doentes', elas não seriam apropriadas para o trabalho fora de casa. Sua fraqueza e sofrimento ditariam que elas precisam ser cuidadas e poupadas, de modo que o trabalho as debilitaria, desgastaria e corromperia ainda mais, degenerando as futuras gerações e destruindo a família. (ANDRADE, 2011 p. 267)

²⁶ *Nós Mulheres*, n. 2, 1976, n.p. Capa da edição nº2

Porém, a reclusão das mulheres em seus respectivos lares só cabia às mulheres burguesas. As mulheres que precisavam complementar suas rendas sempre saíram de seus lares, seja nas fábricas, nas casas de burgueses - cozinhando, lavando, cuidando de seus filhos - nas atividades comerciais ou na prostituição. Assim, as mulheres trabalhadoras foram formando laços de sociabilidade através dos espaços que ocupavam, seja o chão da fábrica, os lavadouros, mercados etc. Dividindo-se assim entre as atividades domésticas e o trabalho informal, rompendo com a perspectiva de que o privado não era influenciado por “forças socio cômicas impessoais” (LASCH, 1999, p. 178 *apud* ANDRADE, 2011, p. 268).

O socialismo, enquanto movimento político em prol das mulheres, conseguiu mobilizar as massas de mulheres proletárias, o que significa questionar o lugar que as mulheres ocupam na sociedade burguesa, reconhecendo o direito de voto, estabelecendo suas associações e direitos de expressão, suas aspirações de independência econômica e sua luta pela construção sua individualidade, por meio de seu desenvolvimento intelectual e profissional. Nessa nova perspectiva, o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos passam a ser vistos como obstáculos à sua participação na vida pública por meio do trabalho e das atividades políticas. (ANDRADE, 2011)

3.1 Trabalho, imprensa e feminismo: as operárias nas páginas do *Nós Mulheres*

Moraes argumenta que o tema trabalho é amplamente explorado no universo da imprensa feminista. O principal motivo para o tema constar como favorito é a tese de que a independência econômica da mulher é condição essencial para sua libertação. Pois ainda que o trabalho doméstico seja reconhecido, aquelas que o fazem sem receber remuneração continuariam dependendo de figuras masculinas como principal provedor da casa. Outro fator se dá pela “importância da prática de trabalho coletivo para a tomada de consciência do caráter do sistema capitalista”. A partir da vivência do chão da fábrica, o processo de reflexão enquanto classe trabalhadora vai se construindo. “Daí a importância-símbolo da mulher operária: aquela que vive a condição de classe operária, tato através

da família (o pai, o marido) quanto através da sua subordinação direta à lógica do lucro.” (MORAES, 2017, p. 190)

O *Nós Mulheres* não constituiu o que pode ser identificado como imprensa operária, já que as mulheres que o produziam vinham de outras classes sociais. Apesar disso, a pauta do trabalho é presente em todas as edições publicadas. E as mulheres operárias, dentre outras mulheres trabalhadoras, parecem ter recebido maior destaque. Em entrevistas, reportagens e matérias eram discutidas as condições de vida das operárias, as relações sociais e as tentativas de organização política e sindical entre os grupos.

O advento da urbanização e industrialização que permitiram o processo de formação da classe operária²⁷, principalmente nas grandes capitais, proporcionou que os temas relacionados a cidade e ao mundo do trabalho se tornam relevantes no processo de produção de periódicos relacionados a causa operária e as relações sociais no espaço urbano. Nesse sentido,

A cidade intromete-se na imprensa. O crescimento da cidade, a diversificação das atividades econômicas, a ampliação do mercado e o desenvolvimento da vida mundana são incorporados às formas e conteúdos dessas publicações. Através de novas temáticas, personagens e linguagens, o processo social que transforma a cidade passa também a configurar as publicações. (CRUZ, 2000, p. 80)

Com efeito, talvez seja possível afirmar, em alguma medida, que como o *Nós Mulheres* apresentou diversos registros e entrevistas com operárias, o jornal permite o acesso a elementos importantes a respeito da classe trabalhadora brasileira, e até mesmo alguns elementos a partir do ponto de vista da classe trabalhadora feminina, ainda que tendo passado pelo tratamento das organizadoras do jornal. O impacto da classe operária na sociedade, especialmente no período abordado, permite que a temática seja explorada em diferentes meios, não sendo limitado apenas a imprensa operária em si, mas articulado com outros atores da sociedade e analisado a partir de diferentes óticas, como é feito pelo *Nós Mulheres* que não tinha como objetivo principal ser um jornal operário, mas dialogar com as pautas das mulheres operárias em conjunto com pautas feministas, buscando uma

²⁷ Entendo o processo de “formação da classe operária” como assinala BATALHA (2003, p. 173) “um processo conflituoso, marcado por avanços e recuos, pelo fazer-se e pelo desfazer-se da classe, que surge na organização, na ação coletiva, em toda manifestação que afirma seu caráter de classe”.

articulação sobre os temas. É possível considerar que o *Nós Mulheres* se enquadra na classe de jornais alternativos com conteúdo predominante político que, como define Kucinski, “tinham raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos de 1950 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis de 1960”. (KUCINSKI, 1991, p. 5).

Elizabeth Lobo (1991, p. 31-32) traz em seu estudo sobre a formação da força de trabalho industrial feminina os seguintes dados: em 1970, a porcentagem de homens na força de trabalho industrial em São Paulo é de 88,2% enquanto de mulheres, 11,8%. Em 1980, a porcentagem masculina, cai para 83,2% enquanto a feminina sobe para 16,8%. A partir desses dados, vemos que as mulheres a partir da década de 1970 um aumento expressivo das mulheres nesses postos de trabalho. Segundo a autora, esse crescimento se deu por quatro fatores principais: 1- a partir da queda do salário real em 1964, ocorreu necessidade de contribuir no orçamento familiar. 2- O surgimento de postos de trabalho na indústria metalúrgica “que exigiam habilidade, destreza e comportamento minucioso, qualidade próprias das trabalhadoras.” 3- mudanças na organização do processo de trabalho, que se tornou “mais simples, mais rotineiro e menos qualificado” permitindo a contratação e uso de uma mão de obra, não ou semiqualificada. 4- “as mudanças no processo de trabalho, que provocaram a transferência, ao nível burocrático, das funções de planificação e de organização da indústria, por isso, a criação de cargos de execução simplificados, ocupado de preferência por mulheres”.

Somando a esses fatores, também a nova política de gestão da mão de obra, implementada a partir da crise de 1973, em que predominou uma tendência ao aumento do aliciamento de mulheres e menores de idade, devido ao custo ser mais baixo, e “que passam por menos agressivos na hora das negociações.” Lobo aponta 4 características relacionadas ao trabalho feminino na indústria de São Paulo, são elas: 1- os salários femininos são mais baixos que os masculinos, e essa diferença se acentua com a idade; 2- na produção, as mulheres se concentram em empregos classificados como não qualificados ou semi qualificados; 3- as tarefas realizadas são monótonas, repetitivas, de ciclo curto (alguns segundos) e requerem destreza e habilidade manual; 4-as formas de controle (e os critérios de seleção) de trabalhadoras femininas diferem das formas de controle exercidas sobre os trabalhadores masculinos.

As produtoras do *Nós Mulheres* já possuíam o entendimento de que a subalternidade das mulheres da classe operária, especialmente as mulheres negras, era uma questão relacionada ao gênero. Assim, entendiam a produção do tabloide para retratar as demandas de mulheres que se encontravam em postos de trabalhos subalternizados e como prática feminista relacionada a desenvolver um pensamento crítico sobre as condições de mulheres trabalhadoras. Nesse sentido, vemos na obra de Moraes (2017), que apresenta o perfil do jornal, por um comentário feito sobre uma matéria jornalística assinada por Maria Rita Kehl²⁸:

O *Nós Mulheres* é feito quase integralmente em torno de donas de casa da periferia, operárias, empregadas domésticas, varredoras de rua. Pessoas localizadas no ponto de confluência de dois grandes problemas sociais: o da mulher e do trabalhador, dessa maneira *Nós Mulheres* demonstra na prática (e a partir do conteúdo dos depoimentos) a relação intensa e necessária no modelo social, dito ocidental, entre essas duas posições (MORAES, 2017, p. 56)

No periódico, Moraes (2017) identifica como a figura da operária era essencial para a discussão entre oprimido e opressor no âmbito das relações de trabalho, a autora confirma que a escolha dos temas tendia a fugir da esfera privada, das relações afetivas. O entendimento do protagonismo do proletariado na revolução social era presente nos militantes marxistas no período de produção do jornal, aliado ao feminismo o jornal deu ênfase as mulheres operárias sobrepondo outras experiências de mulheres trabalhadoras, que são posteriormente explorados nas edições seguintes. Para isso, atribui a dificuldade das próprias feministas que produziam o *Nós Mulheres* em discutir seus próprios problemas. Havia uma dificuldade em enfrentar “o pai, o irmão, o marido” devido aos laços de afetividade do cotidiano:

E neste sentido, a figura da operária era especialmente oportuna, por aliar as duas opressões e nos permitir, portanto, tratar principalmente daquela que se processa na fábrica. Em relação ao trabalho doméstico: jogar sua responsabilidade

²⁸ Maria Rita Kehl foi jornalista entre 1974 e 1981, publicou artigos em jornais e revistas de São Paulo e do Rio de Janeiro como o Movimento e o Em tempo. É formada em Psicologia e Mestre em Psicologia Social pela USP. Possui Doutorado em Psicanálise pela PUC-SP. Foi membro da Comissão Nacional da Verdade em que foi premiada em 2013 com o prêmio “Movimento Humanos Direitos (MHuD), por sua pesquisa sobre camponeses e indígenas no relatório da CNV. Fonte: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/membros/65-maria-rita-kehl.html>> Acesso em 13 de Março de 2023.

aos poderes públicos, reclamando creches, lavanderia coletiva etc. Dividi-lo com os operários, os maridos? Nunca! Eles também chegam cansado. É por isto também que a única maneira de divulgar a existência das donas-de-casa (dos Clubes de Mães e Associações de Donas-de Casa) enfim, das mulheres que exerciam em tempo integral a atividade doméstica, não tendo nenhum patrão em cima do qual pudéssemos jogar a culpa de tudo, era falar de suas condições de vida, e nunca delas mesmas. Elas personificavam a miséria do custo de vida, da falta de transportes, da inexistência de postos de saúde, etc. Por isto, enfim, a necessidade de fragmentação: algumas mulheres personificavam a miséria das condições de vida no capitalismo; outras a superexploração da força-de-trabalho; outra a falta de direitos políticos. Cada uma contando a história de uma forma de opressão, ao mesmo tempo que denunciando os excessos da opressão sobre o sexo feminino. Mas nenhuma delas trazendo a questão integral, o realmente específico: a opressão masculina. (MOREAS, 2017, p.189)

O tema do trabalho feminino foi amplamente discutido no periódico, trazendo principalmente entrevistas e histórias de mulheres operárias do estado de São Paulo e dos grandes centros industriais brasileiros. Segundo Teles e Leite (2013), o tema do trabalho feminino ocupou em torno de 48% de toda a coletânea, em comparação ao *Brasil Mulher*, outro periódico feminino de destaque da época, em que o tema representava cerca de 22% do conteúdo. A edição nº 01 apresenta, em registros fotográficos e nos depoimentos, que a maior parte das trabalhadoras eram mulheres negras e pobres que tinham que manter com o emprego o trabalho doméstico (ou seja, o trabalho doméstico não remunerado) a criação dos filhos:

Hoje somos *nós mulheres* operárias, mais adiante seremos *nós mulheres* boias frias, *nós mulheres* empregadas, *nós mulheres* bancárias e por aí afora. Porque nós achamos que é importante saber o que cada uma dessas mulheres, em situações tão diferentes, tem a nos ensinar sobre as nossas semelhanças.” (Nós Mulheres, n. 1, 1976, n.p.)

Imagem 9



29

A primeira edição teve como tema central o trabalho feminino. Segundo Lima (2021), as trabalhadoras operárias são entrevistadas em três reportagens, uma delas a principal matéria da edição, outras questões como donas de casa, trabalho informal, empregadas domésticas, direitos trabalhistas. Percebe-se o interesse de contar as histórias dessas mulheres por entrevistas e depoimentos, assim como reivindicar a melhoria de suas condições de vida e de trabalho. As condições de trabalho nas fábricas eram mais precárias para mulheres. Foi a partir do II Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema que ocorreu uma abertura para a discussão da situação da mulher operária nos sindicatos. Assim, com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos, em novembro de 1976 ocorreu o I Congresso sobre a situação da mulher metalúrgica. O *Nós Mulheres* apontava então as seguintes questões referentes à situação das metalúrgicas:

— Os cursos profissionalizantes são de difícil acesso para a mulher, por isso ela exerce trabalhos não especializados na empresa e nos raros casos em que isso ocorre — isto é, quando teve oportunidade de se profissionalizar — é paga e registrada como “ajudante geral” ou “operadora de máquina”.

²⁹ *Nós Mulheres*, n. 3, 1976, n.p. “A Hora das Metalúrgicas”

- A diferença de salário recebido pela mulher, mesmo quando ela tem uma função igual à do homem.
- O excesso de força física exigido em alguns trabalhos.
- A competição para agradar o chefe, e a consequente falta de coleguismo entre as trabalhadoras.
- Além de enfrentar às 48 horas de trabalho semanal exigidos pela empresa, a mulher metalúrgica deve ainda trabalhar, e muito, em casa, não lhe sobrando tempo para divertimento ou mesmo para descansar. (*Nós Mulheres*, n. 3, 1976, n.p.)

Em relação às reivindicações, o artigo aponta como principais: a) redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais com os sábados livres e fixação de um máximo de suas horas extras diárias; b) eliminação do trabalho em turno, determinando-se um horário fixo; c) férias de trinta dias, pagas em dobro e que coincidam com as escolares; d) garantias de emprego, como um período de experiência em que o trabalhador não pode ser demitido; e) Condições de trabalho, com instalações industriais sem insalubridade e insegurança no processo de produção e a fixação de um ritmo de trabalho; f) fixação de uma idade mínima de trabalho, aos 14 anos; g) garantias sindicais, como o reconhecimento do direito de greve e a formação de um fundo de desemprego. É possível verificar uma articulação feminina nas fábricas, com demandas específicas.

Lobo, em seu livro cita a fala de uma operária durante o 1º Congresso das Mulheres da Metalurgia de São Bernardo do Campo, realizado em 1978, relatando a política de promoção na empresa em que trabalhava. A promoção nas indústrias, não significava essencialmente a mudança de cargo, mas sim o aumento salarial:

Além de mim, só havia homens na oficina. Eu produzia 100, 110 peças (depois, baixei para 88), enquanto os homens só produziam 68,70.

Enquanto eles ganham Cr\$10,50 por hora, eu ganhava Cr\$ 6,00; depois eles passaram para Cr\$ 10,50 por hora, e eu, para Cr \$6,50. Sabe por quê? Por que depois de trabalharem 6 meses eles têm a classificação de “oficial”. Sem nem precisar pedir ao chefe. Com a classificação, eles recebem uma promoção enquanto profissionais. E eu, em quatro anos, não fui classificada. (LOBO, 1991, p. 36)

O relato indica a desigualdade profunda entre homens e mulheres no local de trabalho. Em primeiro lugar, se constata que a chefia é sempre ou quase sempre masculina, não se observa uma figura de autoridade feminina que pudesse ser vista como um exemplo. Em segundo, há a percepção de que as mulheres eram colocadas em uma

condição de vigilância maior que os homens desde a contratação até para o exercício da atividade laboral, conforme a autora:

a vida cotidiana das operárias está submetida a constantes implicâncias referentes às idas aos banheiros, ao consumo de cigarros e às movimentações no interior da fábrica, que se traduzem concretamente, por parte dos chefes, em punições frequentes, recriminações repetidas, ameaças ou palavras ofensivas. Quanto aos constrangimentos sexuais exercidos sob a ameaça de perda de emprego, esta é uma queixa constante das operárias. Já mencionamos que os critérios de seleção, exigindo testes de gravidez, discriminavam as mulheres casadas. Enquanto isso, após o período de experiência, eram admitidas as “mais bonitas” e as “mais dóceis”, situação esta também denunciada pelas operárias. Os próprios operários, entrevistados a saída da fábrica, reconhecem que os constrangimentos e humilhações reservados às mulheres são maiores. Dessa forma, para manter as desigualdades de salário e um comportamento dócil entre as operárias, é necessário utilizar formas de controle e de disciplina que articulem a subordinação operária ao capital com a subordinação sexista da mulher isso permite concluir que a produção se estrutura sobre a base de uma divisão sexual e social do trabalho que atinge os salários, as promoções, a qualificação, a escala de funções e as formas de controle da mão de obra.” (LOBO, 1991, p. 38)

Considerando, portanto, essas condições e denúncias destacadas por Lobo para o período, é possível perceber que o jornal *Nós Mulheres* pode ter constituído também um espaço maior para abordar as críticas da classe a algumas propostas. Uma delas, destacada pelo jornal, é a liberalização do trabalho noturno que acentuaria a questão da dupla jornada e colocaria as trabalhadoras em situações vulneráveis de violência:

Trabalhando a noite a mulher faria todo o trabalho da casa, cuidaria dos filhos no momento em que estes dão mais trabalho e passaria ao marido apenas o cuidado com as crianças enquanto dormissem. Estaria assim caracterizada altamente a tão falada & denunciada dupla jornada de trabalho em toda a sua extensão. Dormir, mesmo, que é bom e necessário só quando as crianças dessem uma folguinha, fossem brincar ou para a escola.

Esse não é o único problema. Todas as entrevistadas por *Nós Mulheres* falam em seu medo de serem assaltadas, violentadas, no caminho de ida e volta do trabalho. Esta é, aliás mais uma característica de uma sociedade machista que simplesmente não respeita a mulher que é vista a noite nas ruas, o que fazer, então, diante de tal situação? Se a mulher trabalha de dia, deixa as crianças sozinhas - dada a falta de creches que deveriam ser mantidas pelas empresas com mais de 30 funcionárias, como manda a lei - e quando chega em casa ainda tem que fazer todo o trabalho doméstico. Além disso, ganha menos. Se, por outro lado, trabalha a noite, enfrenta a situação já exposta. Que fazer?

Talvez lutar para que caia a proibição legal do trabalho noturno, dando forma de lei a uma realidade que já está aí faz tempo. Reivindicar então, que na nova legislação sejam previstas maneiras de proteção a esse trabalho. Que sejam dadas condições de segurança para que a mulher possa transitar sem os temores atuais. Talvez.

Sim, talvez. Porque se um dia a nossa sociedade puder assegurar tais direitos, é bem provável que não seja mais necessário, para ninguém, o trabalho na hora em que todos devem dormir.

O que não tem talvez, é a necessidade de adequar as leis à realidade, e a urgência de não permitir, que leis como a que garante a estabilidade da mulher grávida, por exemplo, encontrem em seu próprio texto 'jeitinhos' para não serem cumpridas, pois se sabe que geralmente a mulher que engravida é demitida, mesmo que com seus direitos pagos.

Enfim, e uma situação delicada que chega quase a ser o drama de um condenado à morte, ao qual é dado o 'direito de escolher entre morrer na forca ou por fuzilamento. Trabalhar de dia ou à noite?

Acorda, menina, que é hora de trabalhar, papai está trabalhando, mamãe também já vai. (Nós Mulheres n. 5, 1977, n.p.)

O trecho destaca a questão da liberalização do trabalho em período noturno. Porém, ao ouvir e registrar as falas das operárias, ocorre um processo de filtro e análise por parte da equipe editorial que seleciona, comenta e propõe dando a entrevista um nível de análise que vai além do que de fato é dito pelas trabalhadoras. Os relatos apontados seguem na linha de pensamento expresso por Saffioti (2013, p. 66) “que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir, de modo positivo para atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais.” Também se percebe o agravamento na divisão sexual do trabalho que faz parte da estrutura social capitalista, em que certas características supostamente como naturalmente femininas - docilidade, submissão e passividade- reforçadas por normas e instituições.

3.2. Racismo nas páginas do *Nós Mulheres*

O entrecruzamento e combinação de diferentes formas de discriminação são geradas por uma lógica de dominação persistente, “fundada em paradigmas naturalizados de formas de opressão, forjadas pelos critérios do gênero e da raça”. Nesse sentido, as

trabalhadoras do setor metalúrgico ao reivindicarem a melhora na condição de trabalho, conseguiram também incluir em suas denúncias durante o congresso realizado em 1978 que foi coberto pelo *Nós Mulheres* o preconceito racial sofrido pelas trabalhadoras nas indústrias. A questão pertinente às violências vividas pelas mulheres negras aparece desde a primeira publicação do periódico, porém eram referenciadas no mesmo conjunto de opressões das demais trabalhadoras, sem diferenciação em relação à cor da pele. “Contudo, equiparar os problemas da mulher negra aos da mulher branca é desconsiderar todo o passado de opressão do qual as mulheres negras continuavam sendo vítimas”. (LIMA, 2021, p. 53). Ao pensar no passado colonial brasileiro, entende-se a profundidade do racismo na sociedade brasileira. Em um país em que as relações de trabalho eram baseadas primeiramente na cor da pele, essas bases permanecerem no pensamento do patronato brasileiro. De acordo com Mello, “A instituição do fim das relações de trabalho escravistas não significou uma ruptura com esse passado, apenas marcou o início das lutas pela superação de uma percepção naturalizada de classificação social fundada no critério étnico racial.” (MELLO, 2020, p. 200).

Na última edição do *Nós Mulheres* na matéria, “*Liberdade não se outorga. Conquista-se*” o periódico trata da situação do afro-brasileiro após 90 anos da abolição da escravatura, traz as falas de Abdias Nascimento e Lélia Gonzales. Ao analisar o processo de abolição, o jornal escreve:

A abolição da escravatura foi resultado da pressão estrangeira, da necessidade da Inglaterra em vender manufaturas, que começava a produzir naquele início da industrialização. Os escravos estavam ficando caros. A economia precisava de trabalhadores assalariados, com poder de compra, e para isso começaram a vir para o Brasil os imigrantes europeus. Os negros? Foram jogados a margem, confinados ao subemprego, onde a maioria se encontra até hoje. Transformados em elementos folclóricos, ligados ao carnaval, ao futebol ou ao crime, são a maioria dos desempregados no país. Sua participação na história foi mascarada de forma semelhante à das mulheres. Era necessário silenciá-los. (*Nós Mulheres*, n. 8, 1978, n.p.)

Sueli Carneiro, uma das principais pensadoras sobre a realidade da mulher negra na América Latina na perspectiva de gênero, faz a reflexão sobre a necessidade de articulação do gênero com demais categorias de opressão. Para a autora, a mulher negra sempre esteve na linha de frente dos ataques do sistema capitalista-patriarcal, mulheres escravizadas e que não foram incluídas nas discussões quando as feministas liberais

buscavam o acesso ao mercado de trabalho. Mercado de trabalho esse que sempre foi visto como essencial para as mulheres negras que ocupavam os postos de trabalhos mais subalternizados. Na mesma linha, bell hooks crítica a ideia de Betty Friedan quando escreve sobre “o problema que não tem nome” (hooks, 2000, p. 38, tradução nossa): a frustração sentida por mulheres brancas pela subordinação aos maridos, aos pais ou outra figura de autoridade masculina, só é sentida por esse pequeno grupo de mulheres, mulheres que estavam na força de trabalho, principalmente com salários bem abaixo dos homens e realizando também o trabalho doméstico reconheceria a chance de ficar em casa como “liberdade”. O feminismo negro, de acordo com hooks (2000), quebra não apenas os paradigmas relacionados a questões de gênero, mas também do próprio feminismo liberal que erra ao não enxergar as diferentes camadas de opressão e a complexidade das questões de raça e classe que envolvem as relações sociais. Carneiro indica ainda como essas desigualdades persistem:

A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. [...]

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência”. (CARNEIRO, 2003, p. 2)

A partir da quarta edição a discussão sobre racismo e trabalho se faz presente no jornal mais energicamente, e na quinta edição traz em sua capa o tema: “Racismo uma opressão a mais”. Na reportagem principal da edição, cinco mulheres negras debatem sobre a comemoração da abolição da escravatura. Comentam suas experiências, situações de racismo que viveram, principalmente no mercado de trabalho. Uma das entrevistadas resume a condição da mulher negra no Brasil: “ser preto nada mais é do que ter todos os problemas do branco, só que aumentados. Ser crioula é ter todos os

problemas da mulher mais os da cor”. (*Nós Mulheres*, 1976, n.p.). Essa edição é a primeira na história do jornal que destaca a situação da mulher negra de forma contundente, analisando em conjunto com a opressão de gênero. Assim, é preciso detalhar como essas opressões se entrelaçam, no que Saffioti chama de um “nó” e que Sueli Carneiro faz questão de afirmar a necessidade de enegrecer o feminismo, pois a mulher negra é constantemente atingida duplamente. Kimberley Crenshaw traz a definição de interseccionalidade:

A questão é reconhecer que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero. Ambas as categorias precisam ser ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam. (CRENSHAW, 2019, p. 8).

Assim como Hirata (2014), que percebe a interseccionalidade como uma teoria complexa de identidades e desigualdades sociais. O enfoque interseccional pretende compreender a dinâmica de diferentes opressões como sexo/gênero, classe, raça, etnicidade e orientação sexual. Sem realizar a hierarquização dessas categorias, mas compreendendo seus pesos na reprodução das desigualdades sociais.

3.3. A SOBRECARGA: O trabalho doméstico não remunerado

O trabalho doméstico como problemática no movimento de mulheres se faz presente desde o início das discussões sobre a naturalização de papéis de gênero na sociedade capitalista. Segundo Mello (2010), é importante perceber como essas questões eram abordadas durante a década de 1970 e 1980 por mulheres organizadas em movimentos de trabalhadoras e grupos coletivos que tinham como objetivo reivindicar direitos específicos a elas, e buscar em que momento na história o trabalho doméstico passa a ser uma questão a ser discutida no mundo do trabalho. A divisão sexual do trabalho é questão central nesta pesquisa e uma constante na história das mulheres. Com uma justificativa que se apoiou no determinismo biológico, grande parte dos postos de

trabalho destinados a mulheres estavam ligados a reprodução biológica e ao cuidado, naturalizando a ideia de que a mulher era biologicamente mais suscetível a este tipo de trabalho. Para Marx, a colocação das mulheres no mercado de trabalho no modo de produção capitalista se tornou acessível pela introdução da maquinaria industrial. Pois não exigia força física como requisito para participar do processo de produção. A mulher a partir desse momento se torna propriedade do marido e do capitalista. (CARLOTO, 2002)

Para entender os caminhos que levam as mulheres a se submeterem a postos de trabalhos subalternizados enquanto seguem realizando por quase sua totalidade o trabalho doméstico em seus grupos familiares, é preciso analisar “como a sociedade manipula a participação da mulher enquanto força-de-trabalho e as atitudes da própria mulher e de seu grupo familiar ao desempenho desse papel profissional.” Eva Alterman Blay (1975) que realizou uma pesquisa com 522 trabalhadoras qualificadas na indústria paulista analisou diversos fatores que influenciam na vida das mulheres em relação à percepção do trabalho, “influência do grupo familiar sobre a trabalhadora, às reações de familiares, amigos e outras pessoas quando a mulher iniciou sua vida de trabalho remunerado e à relação entre o exercício profissional e a divisão do trabalho interna ao grupo familiar” (BLAY, 1975, p. 8). Segundo a autora, o tema do trabalho feminino deve ser analisado a partir de uma perspectiva estrutural, considerando o grau de industrialização dos países, fator determinante de definição da quantidade de mulheres a serem inseridas como mão-de-obra e de sua qualificação. Ao observar o caso brasileiro, em que é um processo tardio de industrialização, ocorreu em primeiro momento uma dinâmica de limitar a participação feminina em atividades econômicas ativas. De acordo com Blay, “isto decorre da liberação de mulheres de atividades rurais e da não incorporação proporcional das migrantes em atividades econômicas urbanas” (1975, p. 9).

Mello explica que dentro do que é chamado Segunda Onda feminista, as referências bibliográficas consultadas discutem apaixonadamente a questão da desvalorização social e inviabilização do trabalho doméstico. Torres, ao analisar o trabalho doméstico a partir da conceituação marxista do que é o trabalho, afirma não haver discussão se o trabalho doméstico é trabalho, pois é “atividade do homem sobre a natureza para satisfazer suas necessidades”. E sim entender que o trabalho doméstico não passa pelo mesmo processo do que aqui chamamos trabalho produtivo por falta de expressão melhor, pois não

encontramos no trabalho doméstico características essenciais como os ciclos de acumulação do capital, o estabelecimento de relações salariais a partir da venda da força de trabalho e precificação de produtos resultados desse trabalho. Assim, aponta duas temáticas que precisam ser mais discutidas, “a dificuldade para medição desse trabalho em termos estatísticos, e a subestimação de índole cultural que recai sobre o trabalho doméstico”. (TORRES, 1988, p. 03 *apud* MELLO, 2010, p. 245). Arriagada coloca em consonância com Torres que “a falta de valoração monetária do trabalho doméstico não remunerado impede de avaliar a real contribuição econômica das mulheres” (2007, p. 244)

Como principal matéria no número 2 do *Nós Mulheres*, “A RAINHA DO LAR: NÃO TEM CETRO NEM COROA” trazia um diálogo ou uma entrevista com Maria, então com 28 anos, e que tinha dois filhos, e era trabalhadora de uma escola. Cida, 30 anos, três filhos e era dona de casa. Helena, de 27 anos, professora primária com dois filhos. Laura, 25 anos, dois filhos e estudante. Sônia, 32 anos, 3 filhos, dona de casa. Por fim, Inês, 50 anos, três filhos e dona de casa. A reportagem mostra a solidão dessas mulheres, que muitas vezes passavam todo o tempo dentro de casa em um “trabalho que nunca acaba”. Sônia e Inês manifestavam o sentimento de desespero e angústia ao se verem sem perspectiva de outra realidade sem ser a do cotidiano:

Eu me sentia em desespero, falava: - Meu Deus, será que a vida é só isso?
Eu não estava mais na fábrica - só em casa, cuidava dos meus filhos, tudo; depois, aos domingos, ia a casa da minha mãe, né, ou então um cineminha de vez em quando. Falava:- Mas é só isso? A vida é isso? Sônia, 32 anos, 3 filhos

Quando a gente fica fechada, pensa que o problema é só da gente. Mas no momento em que passa a conversar mais com outras donas de casa, a gente vê que o problema é geral. É geral na classe média, é geral na classe baixa, é geral. Aí fica mais tranquila: a gente vê que o problema é geral mesmo, é uma epidemia. Inês, 50 anos, 3 filhos. (*Nós Mulheres*, n. 2, 1976, n.p.)

A questão da falta de produção de valor do trabalho doméstico, traz um questionamento teórico também. Do ponto de vista teórico, Henaut afirma, que na contemporaneidade, “nem a economia clássica, nem o marxismo científico estimara como produtivo o trabalho da mulher em casa” (HENAUT, 2001, p. 52). Para Fatiha Hakiki-Talahite, ao analisar o que nomeia de “processo de trabalho doméstico”, entendendo que estes processos envolvem não somente o trabalho, mas possuem veias culturais, sociais e históricas, a autora argumenta que ao tentar inserir valores econômicos no trabalho

doméstico, é preciso considerar que apesar de existir uma teoria da medida do valor na esfera da Economia Política de Marx, o trabalho doméstico não pode ser inserido nem na esfera da produção ou na esfera da circulação, já que o trabalho doméstico não possui a finalidade de uma troca mercantil:

“Igualmente, as tentativas de construir uma teoria do trabalho doméstico fundada no reconhecimento dos produtos deste último como valor situam se, à primeira vista, de maneira instável em relação ao campo no qual elas pretendem se inscrever, qualquer que seja, aliás, a definição de valor que adotem(...) (HAKIKI-TALAHITE, 1986, p. 97)

Maria Angeles Duran, confronta a ideia de que o trabalho doméstico não pode ser caracterizado como trabalho na teoria econômica política, segundo a autora, “negar o caráter doméstico seria apresentá-lo como natural. Quer dizer, parece que deixa de ser trabalho porque é realizado na família, mas isso seria mais uma característica especial e, esse trabalho, de tão comum e numeroso, deveria ser considerado a regra, não a exceção.”. Duran compreende que a principal distinção entre o trabalho doméstico e os demais, seria “o fato de serem relativamente livres, intercambiáveis e contratados” (DURAN, 1983 *apud* MELLO, 2010, p. 247). Portanto, para a autora, o trabalho doméstico não passar por uma relação assalariada contratada não significa não haver a venda da força de trabalho, a diferença é que essa força de trabalho sofre uma exploração ainda maior, pois não há remuneração nenhuma em valor de troca, assim como a autora explica:

(...) por ser um trabalho de manutenção que se destrói quando se produz, mal permite visualizar sua acumulação e, como tal, perceber sua contribuição para a criação de riqueza e, menos ainda, ser trocado pelo resultado de outros trabalhos em outras unidades econômicas. Não é possível a troca, a objetivação por dinheiro, e nem sequer a permuta. (DURAN, 1983, p. 25)

No *Nós Mulheres*, compreende-se que o modo de produção capitalista se beneficia da divisão sexual do trabalho, pois além da sobrecarga que acontece em muitos casos que o trabalho doméstico não remunerado e a jornada de trabalho se unificam, outra problemática do trabalho doméstico não remunerado é que ele é utilizado como argumento

para o fortalecimento da ideia de que a força de trabalho feminina é barata e desnecessária. Lobo (1991) aponta para duas categorias de discriminação nessa situação:

1- No primeiro caso, pela mesma tarefa, as mulheres são classificadas no nível salarial mais baixo definido para essa função. Assim, enquanto os homens elevam-se a categoria de operário de prensa qualificado, as mulheres, são “auxiliares de prensa”, independentemente de seu rendimento/produktividade. [...]

2- O segundo tipo de discriminação toma forma de uma valorização das qualidades “masculinas”, como a força, em detrimento das qualidades “femininas” (destreza, precisão, habilidade, rapidez), ainda que estas sejam manifestações ligadas à produtividade e impostas pelas características do processo de trabalho nas indústrias modernas. (LOBO, 1991, p. 36)

Referente a análise que defende que o trabalho doméstico não é valorizado, pois ele seria analisado a partir do olhar masculino, Mirta Henaut (2001) faz uma crítica contundente a este ponto defendido pelas feministas da Segunda Onda. Segundo Henaut, “os problemas referentes à individualidade das mulheres estão ligados ao olhar masculino, androcêntrico, que se dá sobre suas atividades” (HENAUT, 2001 *apud* MELLO, 2010). Para a autora, o trabalho doméstico tende a monotonia, a repetitividade, se tornando, sim, o trabalho “natural da mulher”. Não produz riqueza segundo a relação de produção-dinheiro- mais-valia. “O trabalho enorme de cuidar da espécie, apenas merece uma menção de ‘boa dona de casa’. Não é rentável nem produz dividendos” (HENAUT, 2001, p. 24). Podemos perceber a presença dessa percepção no periódico a partir da fala de Inês no tópico *UM BOM DISFARCE DO DESEMPREGO* e a análise do jornal:

Dona Inês, 50 anos, 3 filhas, diz- ‘mas eu não sou bem realizada porque dentro de casa realmente a gente não tem aquele valor. Eu faço as coisas porque eu gosto, porque é opção minha ser dona de casa, esposa, mãe, embora não tenha valor, agora que minhas filhas são grandes elas não dão o valor pra gente. Então eu procuro me valorizar, procuro ter uma abertura maior, mas falta muito pra realização da gente, né?’

Dna. Inês não precisa ficar em casa agora que suas filhas cresceram. Mas ouve todo mundo dizer que lugar de mulher é em casa, cuidando do marido e dos filhos. Certamente, se houvesse emprego para ela, não se diria mais isso: mas como não há, a situação de dona de casa - como manda o figurino - disfarça bem o seu desemprego.

Entretanto, ela realmente trabalha, em casa. Mas, numa sociedade onde o dinheiro determina o valor das coisas, o trabalho doméstico, que não vale dinheiro, nem é considerado trabalho. Porque então fazê-lo? (*Nós Mulheres*, n. 2, 1976, n.p.)

Na imprensa feminista do cone sul, o *Nós Mulheres* se destaca ao abordar a questão do trabalho doméstico, principalmente nos dois primeiros números. No número de estreia do periódico a questão do trabalho doméstico é inserida através da charge que tem como personagem principal a passarinha “Bia Sabiá” e é assinado por Ciça. A autora conta a história do casal de sabiá que chega em casa após o fim do turno de trabalho. Nos primeiros quadrinhos os dois personagens apontam o quanto estão cansados do longo dia de trabalho, assim, o marido vai deitar e começa a ler o jornal enquanto demanda o jantar e outros serviços para a esposa. Entre as ordens de sobremesa, café e para a esposa “caprichar na marmita” do dia seguinte, ele ainda critica o movimento de emancipação feminina: “O mundo tá perdido Olhai essas notícias... as mulheres tão com tudo, são umas folgadas e ainda vem com esse tal de movimento feminista... qual é?”. O último quadrinho é apenas um close na expressão raivosa da Bia Sabiá que escuta as reclamações enquanto enxuga a enorme pilha de louças após ter feito jantar, sobremesa, cafezinho e marmita, enquanto o esposo descansava.



Em uma das cartas enviadas por uma leitora, Tânia Jamardo Faillacce de Porto Alegre, e publicada no número 1 do jornal, também problematiza a questão, apontando a necessidade de mudança do status quo, e questionando a passividade de algumas mulheres em relação ao tema:

Ao meu ver, o grande, o básico problema feminino, é a desvalorização do trabalho doméstico – causada pelo advento do mercantilismo, e a valorização social com base na remuneração financeira do trabalho. É a economia do mercado e a sua mentalidade corruptora que provocaram a degradação do papel doméstico, socialmente tão importante como o da produção de alimentos. Ninguém vai me convencer que limpar as unhas de um executivo numa barbearia seja mais importante que mudar as fraldas de um filho em casa. Nem que seja mais útil, ou mais necessário. O trabalho, porém, não vale por seu produto, e sim por seu preço. Essa é a primeira distorção mercantilista, totalmente absorvida e levada a seus últimos extremos pelo capitalismo. (...)

A luta da mulher não é contra o homem, assim como a do negro não é contra branco, e sim contra um status quo, que escraviza e degrada o ser humano. Status quo, que mantém uma cultura que afirma ser o trabalho feminino doméstico inferior ao assalariado, o sistema de vida do índio inferior ao branco ocidental, a cor preta abaixo da branca, e a castidade acima da sexualidade livre.

O problema de muitas mulheres, da maioria, é sua falta de combatividade, de convicção. Ela pede, não exige. Ela espera não obtém. Ela quer igualdade de condições sociais e profissionais, mas se arrepia ante a barra pesada do mundo além das portas da sua casa.³¹ (grifo da autora, *Nós Mulheres*, n. 1, 1976, n.p.)

A divisão sexual do trabalho pode ser analisada como prática social, pois assume “formas conjunturais e históricas”, a partir da manutenção de tradições que determinam certas tarefas nas indústrias como masculinas ou femininas. A divisão social do trabalho se manifesta na “assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas”, nos salários e no controle social da produção. “A divisão sexual do trabalho não é tão somente uma

³⁰ *Nós Mulheres*, nº 1, 1976, n.p. “- Oi querida, foi tudo bem lá no serviço? - Oi... foi um dia duro – Bom chegar... tou exausto! – eu também! – Ahhh...me faz ai uma limonada! E o jantar, vai demorar? – Já vai já! – Que qui tem de sobremesa? Traz aí o café! Tá fazendo a minha marmitta de amanhã? Capricha nela, a de hoje tava uma droga. Puxa vida criatura, ainda não acabou de lavar a louça?! O mundo tá perdido! Olhai essas notícias – as mulheres tão com tudo, são umas folgadas e ainda vem com esse tal de movimento feminista, qual é? Afinal, o que mais vocês querem nessa vida?”

³¹ Trecho da carta de Tânia Jamardo Faillacce, de Porto Alegre - RS, extraída do Jornal *Nós Mulheres*. São Paulo, n. 1, junho de 1976, p. 18.

consequência da distribuição do trabalho por ramos ou setores de atividades, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho (CARLOTO, 2002, n.p.; LOBO, 1991)

3.4. O Movimento pela Creche

Uma das principais pautas clamadas pelo jornal é o Movimento de luta pelas creches, criado a partir da resolução do “Primeiro Congresso da Mulher Paulista” que ocorreu em 1979. Inicialmente eram movimentos pequenos e isolados, que apontavam em propostas unitárias, mas que posteriormente foram se unificando a partir do título: O Movimento de Luta por creches. De acordo com Maria de Almeida Teles, o direito à creche foi pensado como um direito trabalhista para mães trabalhadoras de bebês com até seis meses. Ele consta na CLT- Consolidação das Leis de Trabalho de 1943 - como responsabilidade das empresas que empregam mais de 30 mulheres a partir de 16 anos. De acordo com autora, a proposta era de ter um espaço para que as crianças ficassem guardadas e fossem amamentadas. “Estas eram tidas como objetos que pudessem ser guardados enquanto as mulheres trabalhavam” (TELES, 2005, p. 22). A luta unificou diferentes movimentos de mulheres para uma luta única, enquanto movimento: “feministas de diversas tendências, grupos de mulheres associadas ou não à Igreja Católica, aos diversos partidos políticos (legais ou clandestinos) e grupos independentes” (TELES, 1993, p. 103). De acordo com Faria, ao pesquisar sobre a história do movimento pela creche a partir do recorte de classe social e das trabalhadoras operárias, se revela que a história da creche e da pré-escola é a história da mulher operária que precisa mudar sua função e o papel que exercia até então. (FARIA, 2002)

A abertura das primeiras creches em São Paulo ocorreu no final do século XIX, relacionado a uma vertente assistencialista em que priorizava a proteção dos filhos pequenos das mães trabalhadoras. A proposta de um projeto educacional não ocorre de início, visando apenas a manutenção da saúde física e moral das crianças, assim como garantir um lugar para a amamentação. O tema da creche, se insere no que as feministas

dos anos 1970 e da chamada "2ª Onda Feminista" consideram "questões da vida do cotidiano". É a partir dessa colocação que as feministas politizam o tema como pauta das mulheres e não como pauta relacionada essencialmente a um tema socialista. Segundo Teles (2005, p. 24), havia a ideia generalizada de que a creche era uma política socialista, portanto não deveria ser considerado uma política pública adequada em um país como o Brasil: "Ora a creche era vista como coisa do socialismo, ora como um ato de caridade para com as mães pobres e suas crianças". Ao pensar a relação idealizada entre mãe e filho pequeno, como padrão do cuidado nos primeiros meses de vida, gera, de acordo com Rosemberg (1984), um "terreno perigoso" para se pensar na creche como política pública, pois ocorre um não reconhecimento e uma desvalorização do trabalho feminino, e entende a creche "como um mal menor e não como um local específico tendo valor próprio". "Muitas vezes a creche é percebida como usurpadora ou competindo com imagens arcaicas (míticas ou não) da mãe provedora" (ROSEMBERG, 1984, p. 74). A partir do momento que as feministas e outras organizações de mulheres inserem a creche no campo dos direitos das crianças, ela passa a ser tratada como política pública.

As feministas exigiam creche como espaço de socialização de crianças e isso implica em adquirir qualidade profissional e condições adequadas para todos os atores envolvidos: crianças, mães, pais e profissionais. Havia palavras de ordem como: creche não é depósito de crianças; creche não é caridade, é um direito! Creche não é estacionamento! Cabe ao estado garantir políticas públicas que propiciem espaços sociais e pedagógicos para que as crianças pequenas sejam acolhidas e socializadas. Assim, as feministas e o movimento de mulheres politizaram a creche. (TELES, 2005, p. 25)

Para Rosemberg (1984), percebe-se ao se analisar a história recente da creche como instituição, que os motivos para a expansão acontecem não pela necessidade das crianças entre 0 a 6 anos de idade, mas sim por motivos exteriores. Entre eles, motivos políticos visando incentivar ou cercear a mão-de-obra de mães. Ou seja, a instalação de creches não foi pensada para ser uma política universal a todas as pessoas com filhos, mas sim apenas como uma instituição de substituição do cuidado materno, afetando a construção de uma identidade da instituição "capaz de gerar uma proposta educacional alternativa e satisfatória para as crianças pequenas". (ROSEMBERG, 1984, p. 74):

[...] a proposta de creche, até época bastante recente, não conseguiu romper com a representação idílica da socialização da criança pequena pela maternagem compulsória, não sendo tida com uma instituição destinada a educação de todas as crianças, mas apenas como um equipamento substituindo certas mães: aquelas que trabalham fora (ROSEMBERG, 1984, p. 74)

A discussão a respeito das creches se deu em dois pontos: a) a falta da creche como obstáculo para o trabalho fora do lar e; b) com a exigência do cumprimento da lei em vigor. Porém, até a metade da década de 1970, a legislação vigente não era cumprida pelo empresariado, assim como a fiscalização e a punição eram insuficientes. Segundo Rosemberg (1984), as trabalhadoras em sua maioria não tinham conhecimento desse direito, a pauta da creche demorou para ser inserida nas reclamações da categoria. Segundo a legislação:

Art. 1º - Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos trinta mulheres, com mais de dezesseis anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação. S1º - O local em que se refere o presente obedecerá aos seguintes requisitos: a) berçário com área mínima de 3 m/2 por criança, devendo haver entre os berços e estes e as paredes, a distância mínima de 0,50 em: b) saleta de amamentação provida de cadeiras ou bancos - encosto para que as mulheres possam amamentar seus filhos em adequadas condições de higiene e conforto: c) cozinha dietética para o preparo de mamadeiras ou suplementos dietéticos para a criança ou para as mães: d) o piso e as paredes deverão ser revestidos de material impermeável e lavável: e) instalações sanitárias para uso das mães e do pessoal da creche. S 2º - O número de leitos no berçário obedecerá à proporção de um leito para cada grupo de trinta empregadas entre 16 e 40 anos de idade. (“Creche com quem deixar nossos filhos”. *Nós Mulheres*, n. 2, 1976, n.p.)

A realização do 1º Congresso da Mulher Paulista em março de 1979 fomentou a luta e a criação do Movimento pela Creche. O congresso foi importante, pois “comprovou a existência do movimento feminista mesmo para setores que negavam a importância ou necessidade da organização específica das mulheres” (MORAES, 2017, p. 218). O artigo “Creche com quem deixar nossos filhos” do número 2 denuncia a falta de vagas e creches, assim como a falta de responsabilidade das empresas e do Estado que não eram obrigados a oferecer educação gratuita entre seis meses até os sete anos. A lei vigente obrigava apenas durante o período de até 6 meses, assim ineficaz para a mãe e a criança que não possuíam mais garantias do estado ou da empresa após esse período:

Outro problema é: depois dos seis meses, a criança com quem fica? É bom lembrar que entre seis meses e 7 anos não há nenhuma lei que obrigue o Estado ou as empresas a fornecer educação gratuita.

Esta é uma questão que cada vez mais mulheres enfrentam, no momento em que deixam o lar para trabalhar e aumentar o orçamento doméstico. Mas mesmo trabalhando fora a mulher continua responsável pelos cuidados dos filhos. (*Nós Mulheres*, n. 2, 1976, n.p.)

Os movimentos operários e sindicais de modo geral não viam na creche uma pauta prioritária na lista de reivindicações. O Partido Comunista tinha como preocupação os direitos e proteção das mães trabalhadoras, porém, não reclamavam explicitamente a bandeira da greve, a naturalização da maternidade era comum, “como se só as mulheres pudessem criar e educar as crianças”. (TELES, 2005, p. 23)

No *Nós Mulheres*, o Movimento pela Creche era pautado com frequência. Segundo Telles (2005), o periódico em conjunto com o *Brasil Mulher* ajudou a fortalecer a demanda dos grupos feministas e de mulheres, porém a palavra “creche” possuía um estigma muito profundo. Conforme a autora, na época a creche funcionada como um orfanato, um lugar para crianças abandonadas. Assim, as próprias mães que precisavam do serviço precisaram ressignificar o termo:

As feministas, ao desnaturalizarem o destino das mulheres à maternidade obrigatória, denunciaram a discriminação histórica e propuseram políticas que enfrentassem a divisão sexual do trabalho e a ideologia do amor materna. A maternidade é uma função social, interessa a toda sociedade que deve estar preparada política e afetivamente para receber, cuidar, educar e socializar as crianças pequenas. A creche não é um problema individual, é uma questão social! (TELES, 2005, p. 25)

A pauta pela creche se mostra importante no sentido que colocou diferentes grupos de mulheres, muitas que não concordavam ideologicamente ou politicamente em concordância sobre a necessidade de um espaço de acolhimento para os filhos, que não deve ser confundido com a educação infantil. (TELES, 2005).

O *Nós Mulheres* ao tratar sobre a mulher no mundo do trabalho, analisa elementos que vão além do trabalho em si, como a questão da demanda pela creche, o racismo e a sobrecarga do trabalho doméstico. Assim, devido ao espaço que o tema do trabalho e os temas que se relacionam ao mundo do trabalho ocupam no periódico, se fez necessário

destacar o tema, pois conforme indicado por MORAES (2017) não existiria o *Nós Mulheres* sem as trabalhadoras operárias, elas são essenciais na construção do jornal e do movimento feminista que buscavam construir.

CONCLUSÕES

De acordo com Santos e Nobrega, a partir da aproximação do movimento feminista com a teoria marxiana, foi possível elucidar alguns pontos referente a opressão feminina que até então não foram respondidas pela vertente liberal. Porém, apesar dessa aproximação, é preciso apontar que esse movimento não se deu incondicionalmente. A partir da leitura marxista das questões de gênero, as principais pensadoras desafiaram “os limites do marxismo expandiram o seu potencial teórico-crítico através da incorporação da dimensão sexuada nas relações sociais”. (SANTOS E NOBREGA, 2004, p. 2)

O feminismo socialista se destacou e foi além do debate marxista tradicional, pois além de entender as relações sociais que ocorrem no modo de produção capitalista através da exploração da classe trabalhadora, também entende que enquanto mulheres, existe uma relação dialética entre as opressões de gênero e classe. Segundo Santos e Nobrega, “capitalismo e patriarcado, são ambos sistemas de exploração e entre ambos se estabelece uma relação de serviço mútuo, onde o sistema de valores instituídos pelo patriarcado reforça, fundamenta e serve o controle capitalista” (2004, p. 6)

Pautas socialistas como o fim da família e a propriedade privada vão ao encontro do pensamento feminista, assim, a união dos dois movimentos favoreceu a construção de uma ideologia que entende que a subalternidade feminina e a divisão sexual do trabalho devem ser extintas da totalidade social. Porém, o feminismo marxista vai além do debate do marxismo clássico, pois há o entendimento de que além de uma hierarquia de gênero, há uma hierarquia de classe, nem todas as mulheres vivenciam o mesmo grau de opressão ou o mesmo tipo. “Para além disso, apesar da opressão feminina ser uma parte da sociedade de classes não é necessariamente uma característica permanente e determinante das relações humanas.” (SANTOS E NOBREGA, 2004, p. 6)

O entendimento que existe um Modo de Produção Doméstico servido diretamente ao modo de produção capitalista se deve ao feminismo socialista, já que o trabalho doméstico não vai ser reconhecido como atividade produtiva, porém, não haveria trabalho produtivo se não houvesse o trabalho do cuidado, do alimentar e do limpar feito historicamente por mulheres. Papeis que foram hierarquicamente impostos em função do sexo para a perpetuação do sistema econômico e cultural.

No âmbito político, a relação entre a luta das mulheres e a luta de classes é indissociável. Entendendo o capitalismo como sistema que preenche a realidade social, a luta das mulheres deve se estender além do plano econômico, mas também no plano cultural.

As mudanças sociais da época trouxeram uma mudança de paradigma principalmente nos movimentos operários e populares. Segundo Eder Sader, ao analisar os movimentos de operários e populares, percebe “a crise dos referenciais políticos e analíticos que banalizavam as representações sobre o Estado e a Sociedade em nosso país”. Para Sader, pequenos movimentos e expressões começam a ser percebidos como métodos eficazes de confronto a institucionalidade estatal. Para o movimento feminista em questão, o contexto histórico latino-americano é essencial para a construção do pensamento feminista próprio brasileiro. Assim, ao analisar o contexto histórico da época, Cynthia Sarti esclarece que as relações de influência entre os feminismos europeus e norte-americano também foi marcado a partir da “contestação da ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964” (SARTI, 2004, p. 36)

No exílio, encontramos personagens únicos, que demonstram a capacidade de metamorfose de suas identidades derivadas das mudanças provocadas pelo deslocamento e desenraizamento dos países de origem. Ao saírem de forma traumática, essas mulheres passaram a ter contato com outras, e ao se reconhecerem em sua própria dor, buscaram se unir e compartilhar suas experiências e diferenças. O processo de autorreflexão visava o despertar da consciência, mas ele não acontecia de forma espontânea. Era necessário instigá-lo, provocá-lo e às vezes forçá-lo, o que podia ser violento, pois o encontro com as dores e traumas eram frequentes. Os grupos feministas então funcionaram como principal instrumento de despertar. O choque de culturas e o encontro com as mulheres brasileiras e latino-americanas em um território estrangeiro, causado pelo exílio, foi a principal chave de transformação. As reelaborações de identidades mostradas no texto refletem que a experiência de se entender primeiro como esposas e companheiras para depois se verem como brasileiras e latino-americanas, refugiadas ou exiladas, como menciona Rollemberg. Portanto, vemos os grupos de mulheres como grupos de interesse, em que agiam conforme as mudanças das estruturas sociais e se mobilizavam em prol de suas motivações políticas, porém buscando como

objetivo central a conscientização das mulheres em relação às suas opressões.

Devido ao contexto político e social da época, ficou claro “que não era o momento ideal para falar sobre problemas que interessavam apenas às mulheres de classe média, com demandas diferentes dos demais grupos sociais.” (LIMA, 2021, p. 46). O entendimento da equipe de escritoras e produtoras é que era necessário pautar um feminismo de classe. Segundo Pinto (2013), o movimento feminista no Brasil se pauta a partir do entendimento da condição de mulher no espaço público e privado, mas também na condição de país subdesenvolvido que luta contra uma intensa desigualdade social, fome e a miséria.

Com efeito, Saffioti aponta como a inferiorização social da mulher da classe trabalhadora permite o aprofundamento da exploração de sua força de trabalho:

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescindiu, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa. (Saffioti, 1979, p. 36)

A emergência do feminismo nos países do Cone Sul afetados pela ditadura militar traz em sua bagagem os movimentos ligados à luta pela democracia, pelos direitos políticos e civis, anistia, entre outros. A partir dessa especificidade, a construção de uma consciência feminista feita a partir dos grupos de mulheres se dá em conjunto com os movimentos de classe, os de luta contra a carestia e pela conquista de espaço institucional nas organizações de esquerda e sindicatos. Os grupos de reflexão permaneceram como etapa essencial para percepção e despertar da consciência, mas a construção de uma unidade de luta coletiva contra o patriarcado deve ser o principal objetivo.

Entendo, portanto, que gênero, classe e raça são categorias que se entrelaçam, e analisando a partir da concepção de interseccionalidade apontada por Saffioti como um nó. Como jornal pioneiro, o *Nós Mulheres* desempenhou um papel fundamental e em alguma medida talvez único ao buscar refletir e construir alternativas de organização a partir da luta comum das mulheres, “a partir dos seus problemas específicos”. Além de incentivar a busca pela reflexão, tomada de consciência, criação de espaços de lutas próprios, mas também o envolvimento em outras organizações como sindicatos, partidos e organizações comunitárias. (MORAES, 2017, p. 197)

O *Nós Mulheres* buscou, enquanto periódico, servir de instrumento de divulgação de ideias feministas, formação de redes colaborativas entre grupos de mulheres e a articulação do movimento feminista com os movimentos sociais, especialmente os operários. As mulheres que produziram o jornal compartilharam as experiências de organização de luta e resistência em grupos de esquerda e a partir de suas vivências no exílio encontraram na empatia e na comunhão de suas trajetórias elementos novos que permitiram ir além do marxismo tradicional, constatando que a luta feminista é fundamental para a revolução social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris** / Maira Luisa Gonçalves de Abreu. Campinas, SP : [s. n.], 2010.

ABREU, Maira; DE CARVALHO, Adília Martins. Sisterhood is powerful*: exílio e mobilizações feministas na França em apoio às “Três Marias”. **Lutas Sociais**, v. 18, n. 32, p. 133-147, 2014.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 76, p. 49-86, 2009.

ALVES, Iracélli da Cruz. **Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil**. 2020. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ANDRADE, Joana El-Jaick. **O Marxismo e a questão feminina: as articulações entre gênero e classe no âmbito de feminismo revolucionário**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-24052012-163347/>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

ARRIAGADA, Irma. Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina. In: ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi (orgs). **Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada**. Bauru: Edusc, 2007.

ATHAYDE, Maria Cristina de Oliveira. **Corpo, sexualidade e prazer: um olhar historiográfico sobre periódicos feministas de Brasil e Argentina (1974-1985)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

BACK, Lilian. **A Seção Feminina do PCB no exílio: debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

BARROS, Albani; SILVA, Edva Gomes. FUNDAMENTOS DA “QUESTÃO SOCIAL, DA CRISE ESTRUTURAL E DO DESEMPREGO”. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-ALAGOAS**, v. 3, n. 1, p. 13-28, 2015.

BASTOS, Natália de Souza. **Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda–Brasil: anos 1960-1980**. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História)–Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BLAY, Eva. Trabalho industrial x trabalho doméstico a ideologia do trabalho feminino. **Cadernos de pesquisa**, n. 15, p. 8-20, 1975.

BOSI, E. (1994). **Memória e sociedade: lembranças de velhos** (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

BRIGGMANN, Luísa; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. In: DE MELLO, Soraia Carolina; ZANDONÁ, Jair; WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Editora Appris, 2020. p.303-322

BRITO, Angela; VASQUEZ, Ana. Mulheres latino-americanas no Exílio: universalidade e especificidade de suas experiências. **Revista Esboços**, n.17, 2008.

CALAÇA, Vanessa Maria Pereira. **Vozes do Exílio: As Memórias das Mulheres Exiladas durante a Ditadura Militar**.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. Contexto, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lúcia Coelho. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"**. Editora Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 37-55, 2004.

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. **Serviço Social em revista**, v. 4, n. 2, p. 7-12, 2002.

CARNEIRO, Sueli. (2011). Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em 13 de abril de 2023

CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: Questões & Debates**, v. 40, n. 1, 2004.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em revista**, v. 10, n. 10, 2004.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)**. São Paulo: EDUC, 2000.

DE ALMEIDA TELES, Maria Amélia. A participação feminista na luta por creches!. In: FINCO, D.; GOBBI, M. A.; FARIA, A. L. G. **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**. Campinas, SP: Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2015.

DE MELLO, Soraia Carolina; ZANDONÁ, Jair; WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Editora Appris, 2020.

DE MORAES, Maria Lygia Quartim. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. **Estudos de Sociologia**, v. 17, n. 32, 2012.

DE MORAES, Maria Lygia Quartim. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 99-105, 1998.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. O terrorismo de estado (TDE) no Rio Grande do Sul: perseguição, prisão e tortura de militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). **Albuquerque: revista de história**, v. 6, n. 11, 2014.

DREIFUSS, R. A. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981

DUARTE, Ana Rita; SILVA, Sarah Pinho; SANTOS, Elyssan. Experiências e desafios da segunda onda feminista brasileira: Organizações sob vigilância no Ceará. In: DE MELLO, Soraia Carolina; ZANDONÁ, Jair; WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Editora Appris, 2020. p.35-55

DURAN, Maria Angeles. A dona de casa: crítica política da economia doméstica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. **Educação pré-escolar e cultura**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Editora Elefante, 2019.

FERREIRA, Gleidiane; SILVA, Tauana Olívia. Uma visão holística da democracia: a luta de mulheres negras no Brasil (1960*1980) In: DE MELLO, Soraia Carolina; ZANDONÁ, Jair; WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Editora Appris, 2020. p.121-142

FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988, p. 13-14

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista brasileira de história**, v. 24, p. 29-60, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. **Revista Conexão Letras**, v. 3, n. 3, 2008.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante**. 1987. Disponível em: <<http://pantheon.ufrj.br/handle/11422/13805>>. Acesso em: 24 set. 2021.

GONÇALVES, R. Sem pão e sem rosas: do feminismo marxista impulsionado pelo Maio de 1968 ao academicismo de gênero. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 21/22, p. 98–110, 2009. DOI: 10.23925/ls.v0i21/22.18620. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18620>. Acesso em: 19 maio. 2023.

HAKIKI-TALAHITE, Fatiha. Por uma problemática do processo de trabalho doméstico. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée (et. al.). **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HANISCH, Carol. *The personal is political*. 1969.

HATLEY, James. *Suffering witness*. New York: State University of New York, 2000.

HENAUT, Mirta. *De la rueca a la red. La economia sumergida*. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 2001.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.
hooks, bell. **Feminist theory: From margin to center**. Pluto Press, 2000.

JELIN, Elizabeth. **Exclusión, memorias y luchas políticas**. Clacso, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. São Paulo: Scritta, 1991.

LAGO, Cláudia. Silêncios, potencialidades e desafios da pesquisa em Jornalismo. [Entrevista cedida a] Janara Nicoletti, William R. Cordeiro. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 109-115, 2016.

LEITE, Rosalina. **A imprensa feminista no pós-luta –armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres**. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Sociais PUC/SP, São Paulo, 2004

LIMA, Vaníria. “Jornal Nós Mulheres”(1976-1978): mulheres negras e relações de trabalho na imprensa feminista. **Revista Coletivo SECONBA**, v. 5, n. 1, p. 45-59, 2021.

LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos impressos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153, 2008.

MALFATTI, Selvino Antonio. Os movimentos sociais em Alain Touraine. **Revista Estudos Filosóficos**, n. 6, 2017.

MARIGHELLA, Carlos. **Manual do guerrilheiro urbano**. Clube de Autores, 2010.

MARTINS, Marina Solon Fernandes Torres; NUNES, Márcia Vidal. A imprensa alternativa como aliada ao movimento feminista durante a ditadura militar no Brasil: uma análise no Jornal Nós Mulheres. **Revista Latino-americana de Jornalismo**. João Pessoa, ano 7, vol 7, n. 1, p. 493-510, 2020.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa. O protagonismo de mulheres negras no contexto de uma cultura fabril. *Revista Transversos*. Dossiê: O protagonismo das mulheres negras na escrita da História dos Brasis. Rio de Janeiro, nº. 20, 2020. pp. 197-215. Disponível em: . ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.55238.

MELLO, SC de. Feminismos de segunda onda no cone sul debatem o emprego doméstico: relações entre empregadas e patroas. **Caderno Espaço Feminino**, v. 23, n. 1/2, 2010.
MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, n. 5, p. 40-56, 2002.

MONTIPÓ, Criselli; DE OLIVEIRA, Cândida; MOSER, Magali. Mulheres jornalistas e ditadura civil-militar no Brasil. **Revista Extraprensa**, v. 12, n. 2, p. 7-29, 2019.

MORAES, Maria Lygia Quartim de (2017). *Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro*. Campinas: Unicamp/IFCH, Coleção Trajetórias n.9, 2v

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Família e feminismo: o encontro homem-mulher como perspectiva. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, 1985.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Família e Feminismo: Reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres**. Tese de doutorado. São Paulo: USP 1981.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Os feminismos de Mariza Corrêa. **Cadernos Pagu**, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. Editora Contexto, 2014.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. Cortez Editora, 2021.

OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memória? In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina OLIVEIRA COSTA, A. et. al. **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura**, v. 9, n. 14, 2007.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana María. **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Editora Mulheres, 2011.

PERROT, Michelle; CORRÊA, Angela M. S. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PEZZONIA, RODRIGO. A Luta Armada e os Exilados do DEBATE. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos ‘anos de chumbo’ à era global. **Labrys**, estudos feministas, n. 3, janeiro/julho 2003.

RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. ‘Na guerra com batom’. A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul. In: PADROS, Enrique Serra (org.). **Repressão e Resistência no “anos de Chumbo”**. Vol. 02. Porto Alegre: Ed.: CORAG, p. 135-159, 2010.

RAMOS, Tânia Regina de Oliveira. (Org.). **Leituras em Rede: gênero e preconceito**. Florianópolis: Mulheres, 2007.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo social**, v. 2, p. 113-128, 1990.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: Entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROLLEMBERG, Denise. Exílio: refazendo identidades. **Historia oral**, v. 2, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa**, n. 51, p. 73-79, 1984.

ROVAI, Marta Gouveira de Oliveira. **Osasco 1968: A greve no feminino e no masculino**. Tese (Doutorado), FFLCH/Usp. São Paulo, 2012

SA, C. P. As memórias da memória social. In C. P. Sá (Org.), **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República. 2005

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego Doméstico e Capitalismo**. São Paulo: Vozes, 1978.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranóia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2014.

SANTANA, C. de M.; BOTELHO, D. M. Uma revisão bibliográfica sobre metodologia da autorreflexão e pedagogias feministas. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30360>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SANTOS, Elisabete; NÓBREGA, Lígia. Ensaio sobre o feminismo marxista socialista. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 5, n. 11, 2004.

SANTOS, Vinicius Correia. Da era Fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho - mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. **VI Colóquio Internacional Marx e Engels, Anais...** Campinas: Unicamp, 2009.

SARDENBERG, C. M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Revista Inclusão Social**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 15 –29, 08 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28008>. Acesso em: 15 de dezembro de 2019.

SARLO, Beatriz. Tempo passado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARTI, C. O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, agosto/setembro 2004.

SCAVONE, Lucila. Estudos de Gênero e Feministas: um campo científico? In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXXI, 2007**, Caxambú. Anais [...] XXXI Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 2007, p. 1-23.

Scheibe (Orgs). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 13-30

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SOUSA, Inara Bezerra Ferreira. **O jornal Movimento: a experiência na luta democrática**. 2014. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos. **São Paulo: Brasiliense**, 1991.

STRECK, Danilo R. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2010, v. 15, n. 44 [Acessado 19 Agosto 2021], pp. 300-310. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000200007>>. Epub 02 Set 2010. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000200007>

STRUCK, Bernhard; FERRIS, Kate; REVEL, Jacques. Introduction: space and scale in transnational history. **The International History Review**, v. 33, n. 4, p. 573-584, 2011.

TAMIÃO, Juliana Segato et al. Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988). 2009.

TAVARES, M. H. e WEIS, L. “Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: SCHWARCZ, L. M. (Org) **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

TEGA, Danielle. Uma feminista marxista: entrevista com Maria Lygia Quartim de Moraes. **Plural-Revista de Ciências Sociais/USP**, v. 28, n. 2, p. 203-222, 2021.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013. 312 páginas.

TELES, Luciano Everton Costa. Imprensa e mundos do trabalho: a singularidade da imprensa operária no Amazonas (1890-1920). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 3, n. 5, p. 186-212, 2011.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches. **FINCO, D. GOBBI, M. A.; FARIA, ALG de.(org.). Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015.**

TORRES, Cristina. El trabajo doméstico y las amas de casa – el rostro invisible de las mujeres. **Mujer y Trabajo** nº 2. Montevideo: CIEDUR, 1988.

VEIGA, Ana Maria. Um mosaico de discursos: redes e fragmentos nos movimentos feministas de Brasil e Argentina. In: Joana Maria Pedro; Cristina Scheibe Wolff; Ana Maria Veiga. (Org.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras do Cone Sul**. 1ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011, v. , p. 48-65.

Lista de Fontes:

NÓS MULHERES. São Paulo: Associação de Mulheres, n. 1, jun. 1976.

NÓS MULHERES. São Paulo: Associação de Mulheres, n. 2 set/out.1976

NÓS MULHERES. São Paulo: Associação de Mulheres, n. 3 nov/dez.1976

NÓS MULHERES. São Paulo: Associação de Mulheres, n. 4 mar/abr.1976

NÓS MULHERES. São Paulo: Associação de Mulheres, n. 5 jun/jul.1977

NÓS MULHERES. São Paulo: Associação de Mulheres, n. 6, ago./set. 1977

NÓS MULHERES. São Paulo: Associação de Mulheres, n. 7 mar.1978

NÓS MULHERES. São Paulo: Associação de Mulheres, n. 8 jun/jul.1978